



Vítor Diogo da Silva Sé Fernandes

A regeneração urbana de base cultural

O núcleo histórico de Santa Maria no Funchal

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Claudino Ferreira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Vítor Diogo da Silva Sé Fernandes

A regeneração urbana de base cultural: O núcleo histórico de Santa Maria no Funchal

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Claudino Ferreira

Coimbra, 2016

Aos meus pais,

ao meu irmão,

à minha família

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Claudino Ferreira, pela ajuda na escolha do tema, por toda a sua disponibilidade, compreensão e paciência. O seu contributo foi essencial no desenvolvimento deste trabalho.

Quero também agradecer aos meus pais e ao meu irmão, por todo o seu apoio e carinho. Obrigado, papá e mamã, por tudo o que sacrificaram para que eu pudesse atingir os meus objetivos. Sinto-me orgulhoso por acreditarem nas minhas capacidades.

Agradeço também à minha família, à minha tia Carla, à minha tia Elsa, ao meu tio João, à minha tia Umbelina, e principalmente à minha avó Osvalda, que tanto fez e faz por mim. Sem eles com certeza não chegaria a este momento.

Eternamente grato ao meu tio Carlos, um poço de boa disposição. Todos os momentos passados consigo são inesquecíveis. Obrigado por tudo.

Agradeço também ao Professor Agostinho, por toda a sua preocupação e disponibilidade para comigo. Agradeço todos os minutos disponibilizados na biblioteca da Escola João Gonçalves Zarco, porventura a escola que me acolheu no ensino secundário.

Quero também deixar as minhas palavras de gratidão à Regina do Arquivo Regional da Madeira, que por muitas vezes facilitou a minha pesquisa documental.

Dedico também um especial apreço a José María Zyberchema, por disponibilizar parte do seu tempo e paciência no fornecimento de fotografias e informações cruciais para o desenvolvimento da tese. Agradeço também o cafezinho que me pagou no 1418 Culture Bar durante a entrevista.

Um muito obrigado ao Vítor, à Andreia e ao João, por me acolherem na sua casa e por me ajudarem a ultrapassar os piores momentos que vêm juntamente com esta tarefa. Agradeço especialmente à Natacha, por todo o seu carinho, ajuda e incentivo. Sem ela esta tarefa teria sido, seguramente, mais difícil.

Agradeço também aos meus grandes amigos, Carlota Nóbrega, Vítor Paixão e Catarina Abrantes, por todo o vosso apoio e amizade. Espero um dia poder retribuí-lo da mesma forma.

Por último, quero agradecer a Coimbra, que tão bem me acolheu e ensinou o significado da palavra saudade.

Índice

1. Introdução.....	1
2. A regeneração urbana de base cultural.....	3
2.1. A emergência da cidade criativa nas políticas públicas.....	3
2.2. As problemáticas do enobrecimento urbano.....	11
2.3. Definição da(s) problemática(s).....	15
2.3.1. O caso de estudo: objetivos e hipóteses.....	22
2.3.2. Estratégia analítica.....	25
3. Caracterização do núcleo histórico de Santa Maria.....	29
3.1. Enquadramento histórico.....	29
3.2. Território, demografia e habitação.....	36
3.2.1. Caracterização territorial.....	36
3.2.2. Caracterização demográfica.....	36
3.2.3. Condições de habitabilidade.....	43
3.3. A arquitectura do núcleo histórico.....	46
4. Transformações no núcleo histórico de Santa Maria.....	53
4.1. Evolução espacial da cidade do Funchal.....	53
4.2. Aluviões ao longo dos séculos.....	60
4.2.1. Trezentos anos de aluviões (séc. XVII-XX).....	61
4.2.2. Aluviões no séc. XXI.....	63
4.3. Ações desenvolvidas em prol da regeneração do núcleo histórico.....	65
4.3.1. Festivais e feiras gastronómicas.....	69
4.3.2. On by Porto Bay.....	70
4.3.3. Arte de Portas Abertas.....	72
4.4. Evolução recente do comércio.....	76
4.4.1. Evolução recente do comércio na rua de Santa Maria.....	79
4.5. Pedonização da rua de Santa Maria.....	86
5. A caminho do enobrecimento?.....	91
5.1. O caso do núcleo histórico de Santa Maria.....	91
5.2. Conclusão.....	100
6. Referências bibliográficas.....	102

Resumo:

Foi durante a década de 1980 que o potencial da cultura nas políticas de regeneração urbana foi sendo reconhecido, um pouco por toda a Europa e América do Norte, como resposta aos problemas associados ao processo de desindustrialização. Com efeito, a reabilitação urbana de base cultural, legitimada pelo conceito de cidade criativa, foi apontando para três modelos teóricos distintos, conforme os seus objetivos. No entanto, esses processos regenerativos, seja pela sua vertente económica ou pela indefinição das suas agendas, resultaram em dimensões malsucedidas, como a diminuição da heterogeneidade cultural, a estetização do espaço, a exclusão dos residentes e utilizadores nos processos de decisão do planeamento urbano, a expulsão dos habitantes com menor estatuto social e económico, o que por sua vez deram origem, em muitos casos, ao enobrecimento urbano.

É à margem destes conceitos e problemáticas que se analisará a natureza dos processos de regeneração do núcleo histórico de Santa Maria, área que corresponde ao primeiro núcleo habitacional da cidade do Funchal. Seguidamente, propomo-nos a examinar a forma como esses processos influenciaram o bairro, procurando debater a possibilidade de esses efeitos que derivam da regeneração urbana de base cultural poderem dar origem ao enobrecimento urbano da “zona velha” do Funchal.

Palavras-chave: regeneração urbana; cidade criativa; enobrecimento urbano; núcleo histórico de Santa Maria; Funchal.

Abstract:

It was during the 1980s that the potential of culture in urban regeneration policies was being recognized almost everywhere in Europe and North America, in order to solve the problems associated with the process of deindustrialization. Indeed, the urban regeneration cultural base, legitimated by the concept of creative city, was pointing to three different theoretical models, according to their objectives. However, these regenerative processes, either by its economic aspect or the vagueness of their agendas, resulted in unsuccessful dimensions, such as the reduction of cultural heterogeneity, the aestheticization of space, the exclusion of residents and users in urban planning decision-making, the expulsion of people with lower social and economic status, which in turn gave rise, in many cases, the gentrification.

It is in the margin of these concepts and issues that will be examined the nature of the regeneration processes of the historic center of Santa Maria, an area corresponding to the first housing project of Funchal. Next, we propose to examine how these processes influence the neighborhood, looking for discussing the possibility of such effects arising from the cultural basis of urban regeneration can lead to the gentrification of Funchal's "old town".

Keywords: urban regeneration; creative city; gentrification; Santa Maria's historic center; Funchal.

Lista de siglas

ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Renovação Urbana
ARU – Área de Reabilitação Urbana
CEE – Comunidade Económica Europeia
CMF – Câmara Municipal do Funchal
CRIAMAR – Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens.
DCMS - Department for Culture, Media and Sports
DN – Diário de Notícias do Funchal
DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais
JM – Jornal da Madeira
ORU – Operações de Reabilitação Urbana
PDM – Plano Diretor Municipal
PITER - Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional
PROCOM - Programa de Apoio à Modernização do Comércio
QCAII - Quadro Comunitário de Apoio
RECRUA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
UBCOM - Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial

Lista de tabelas

Tabela 1. Comércio e Serviços no Município do Funchal em 2014 (n.º).....79

Lista de quadros

Quadro 1. Planos Urbanísticos do Funchal (séc. XX).....60

Lista de figuras

Figura 1. Funchal entre 1430 e 1485.....	31
Figura 2. Forte de São Tiago.....	49
Figura 3. ‘Hostel Santa Maria’.....	51
Figura 4. Casas em amarelo-ocre e barras de tom vermelho no Largo do Corpo Santo.....	52
Figura 5. Cópia parcial da Planta do Funchal de Mateus Fernandes (1570).....	54
Figura 6. Inundações ocorridas no bairro de Santa Maria em 1804.....	55
Figura 7. Plano de Melhoramentos de Ventura Terra (1915).....	57
Figura 8. Igreja de Santa Maria do Calhau.....	62
Figura 9. Acesso à praia de São Tiago.....	66
Figura 10. Porta n.º 77, ‘Tasca Literária Dona Joana Rabo-de-Peixe’.....	74
Figura 11. Esculturas de José Fernandes.....	76
Figura 12. Edifício da antiga sede do Funchal 500 Anos, atual ‘Venda Velha’.....	80
Figura 13. Largo do Corpo Santo (1960-2015).....	85
Figura 14. Um bairro “disneyficado”.	98

Lista de gráficos

Gráfico 1. Evolução demográfica do Funchal (1920-1970).....	37
Gráfico 2. Evolução da população residente na RAM e Funchal (1981-2011).....	38
Gráfico 3. População residente por local de residência (1991-2011).....	39
Gráfico 4. Proporção (%) de residentes que 5 anos antes viviam fora do município (1991-2011).....	40
Gráfico 5. Proporção (%) de residentes que trabalha ou estuda fora do município (1991-2011).....	41
Gráfico 6. População residente e n.º de famílias, alojamentos e edifícios em Santa Maria Maior (2001-2011).....	41
Gráfico 7. Idade média da população residente (1991-2011).....	42
Gráfico 8. Idade média dos edifícios (1991-2011).....	43
Gráfico 9. Proporção (%) de edifícios construídos nos últimos 10 anos (1991-2011)....	44
Gráfico 10. Proporção (%) de edifícios muito degradados (2001-2011).....	45
Gráfico 11. Proporção (%) de edifícios com necessidade de reparação (2001-2011)....	45
Gráfico 12. Proporção (%) de alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados (2001-2011).....	46
Gráfico 13. Proporção (%) de alojamentos clássicos vagos (2001-2011).....	46
Gráfico 14. Comércio e Serviços no Município do Funchal em 2014 (%).....	79
Gráfico 15. Estabelecimentos de Comércio e Serviços na rua de Santa Maria (1971-2015).....	81
Gráfico 16. Comércio e Serviços na rua de Santa Maria em 1971 (%).....	81
Gráfico 17. Comércio e Serviços na rua de Santa Maria em 2015 (%).....	81
Gráfico 18. Estabelecimentos comerciais na rua de Santa Maria.....	83
Gráfico 19. Estabelecimentos de serviços na rua de Santa Maria.....	83

1. Introdução.

Nos finais do séc. XX, a regeneração urbana de base cultural, inspirada nos modelos da cidade cultura e criativa, parecia ser a solução para uma variedade de problemas para as cidades norte americanas e europeias em processos de desindustrialização. Na definição do setor criativo, emergiu o conceito de cidade criativa, conceptualizado por autores como Charles Landry (1995; 2000; 2005) e Richard Florida (2002; 2004). Eventualmente, as políticas de regeneração, no âmbito da cidade criativa, foram apontando para três modelos teóricos distintos, consoante os seus objetivos ou modos de conceber a cidade e classe criativa (Ferreira, 2010). Nos últimos tempos, as agendas políticas inspiram-se um pouco de cada um destas modelos, o que as torna muito ambíguas e pouco claras em relação às expectativas, objetivos e efeitos esperados.

No entanto, o forte pendor economicista dessas agendas criativas, aliada à indefinição das mesmas, ao privilegiar as classes mais abastadas e qualificadas da população, resultou em dimensões malsucedidas, como a diminuição da heterogeneidade cultural e do valor cultural intangível de bairros, ruas, edifícios e monumentos, a marginalização de culturas, a estetização do espaço, a exclusão dos moradores e utilizadores nos processos de decisão do planeamento urbano, o que resultou, em muitos casos, em processos de enobrecimento, que por sua vez reforçam a polarização e expulsão dos habitantes com menor estatuto social e económico (Ley, 1996; Smith, 1996; Lees et al., 2008; Ferreira, 2010).

É à margem destes conceitos e problemáticas associadas que se pretende analisar a natureza do processo de regeneração urbana do núcleo histórico de Santa Maria da cidade do Funchal, habitualmente chamada de Zona Velha da cidade. À entrada para o séc. XXI, o bairro de Santa Maria enfrentava um conjunto de problemas associados ao declínio das atividades artesanais, industriais e comerciais (Bettencourt, 2007; Costa, 2013; CMF, 2014a). Verificaremos no percurso do trabalho que medidas, ações, políticas e iniciativas foram tomadas para combater estas problemáticas, bem como a forma como a cultura e a criatividade foram encaradas como soluções na sua regeneração.

Apesar de se reconhecer que a regeneração urbana de base cultural tem o potencial de atrair, fixar população, e promover a mistura social, a sua vertente

económica em detrimento dos resultados sociais gera mecanismos contraditórios de expulsão e reapropriação. Neste sentido, outro dos objetivos é verificar o impacto que os processos de regeneração urbana provocaram no núcleo histórico em termos demográficos e comerciais. Por último, trataremos de debater, à margem de outros casos, a possibilidade de que os efeitos resultantes da regeneração urbana de base cultural no núcleo histórico poderão conduzir, a médio/longo prazo, a processos de enobrecimento urbano, mesmo tendo em conta que este é um fenómeno muito versátil, diversificado, e dependente de muitas variáveis.

Em termos de estrutura de trabalho, no primeiro capítulo abordaremos de forma mais desenvolvida a temática da regeneração urbana de base cultural, inspirada pelos modelos teóricos da cidade criativa, bem com as problemáticas que dela advêm. Com base nestas dimensões malsucedidas, procuraremos averiguar de que forma estas poderão dar origem ao enobrecimento urbano. Neste sentido, serão expostos os objetivos e hipóteses que irão dar sequência ao trabalho, bem como a estratégia analítica utilizada para o efeito.

Sendo que o trabalho pretende analisar a natureza dos processos regenerativos no núcleo histórico de Santa Maria, o terceiro capítulo servirá para caracterizar a área de estudo em termos históricos, demográficos, territoriais, habitacionais e arquitetónicos.

Em relação ao quarto capítulo, este será trabalhado nas várias dimensões que, direta ou indiretamente, influenciaram a natureza dos processos de regeneração. Abordaremos então a evolução espacial da cidade do Funchal, referindo os vários planos diversos e plantas que foram surgindo desde o início do povoamento da ilha, as intempéries que afetaram a cidade do Funchal, e o seu núcleo histórico em particular, todas as ações, medidas, políticas e iniciativas em prol da recuperação do bairro desde a década de 1980, a forma como estas afetaram o comércio local, e o processo de pedonização do principal arruamento do bairro, a rua de Santa Maria.

Por fim, o último capítulo procurará tratar os dados trabalhados nos capítulos anteriores e debater as possibilidades de o núcleo histórico de Santa Maria estar à beira do enobrecimento urbano.

2. A regeneração urbana de base cultural.

2.1. A emergência da cidade criativa nas políticas públicas.

A partir da década de 1980, foi se gerando no campo das políticas urbanas “uma apetência crescente pela aposta na cultura como forma de estimular processos de regeneração socioeconómica e urbanísticas, de promover imagens apelativas das cidades, atrair investimentos, profissionais, consumidores, turistas e ficar população, principalmente nas cidades que se encontravam em processo de desindustrialização (Ferreira, 2010: 7) A regeneração¹ urbana das cidades com base na cultura foi então encarada como uma solução, tanto à crise económico-social como à perda de competitividade no contexto pós-fordista (Ferreira, 2010; Harvey, 1989; Castells, 1996; Miles, 2012).

Embora o debate dos benefícios sociais das artes e da criatividade para o desenvolvimento individual e comunitário remonte aos anos 60, foi nas próximas décadas que essa potencialidade foi ganhando destaque, tanto no campo das políticas culturais como no planeamento cultural, territorial e urbano (Reeves, 2002; Landry, 2005).

No mesmo sentido, e impulsionados pelo trabalho de John Myerscough (1988) sobre o valor económico das artes na Grã-Bretanha, outros estudos foram expondo vários argumentos técnicos e demonstrações empíricas sobre os efeitos económicos das atividades culturais, proporcionando as bases para o investimento público na cultura, principalmente para os programas de regeneração urbana e desenvolvimento territorial (Ferreira, 2010; Reeves, 2002; Landry, 2005).

¹ É Paulo Peixoto (2009) quem aborda a utilização dos termos “requalificação” e “reabilitação” nas operações de natureza urbanística, arquitetónica e de intervenção no espaço público. Nos termos da “Carta de Lisboa de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada” (resultante do ‘Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana’, que ocorreu em Lisboa entre 21 a 27 de outubro de 1995), a reabilitação urbana “é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, o que exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito” (Peixoto, 2009). Ainda se acrescenta que a reabilitação urbana procura readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial, manifestando preocupações com o património histórico-arquitetónico e com a manutenção da população no centro das cidades (AAVV, 2005). Já a requalificação corresponde a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas atividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (Peixoto, 2009). Ainda assim, não querendo problematizar a conceptualização do termo neste trabalho, decidimos adotar o termo “regeneração urbana” para o efeito.

Em paralelo e em simultâneo foram se desenvolvendo os conceitos de indústrias culturais e indústrias criativas, reforçando a tendência para a aposta nas políticas culturais, legitimadas pelo conceito de “cidade criativa”. O conceito de indústrias criativas surgiu no início dos anos 90 na Austrália, tendo só merecido especial atenção após a criação do *UK-Government Department for Culture, Media and Sports* (DCMS) em 1997 pelo grupo de investigação *Creative Industries Unit and Task Force* (Furtado e Alves, 2012) Chris Smith, ex-secretário de Estado do Reino Unido para a Cultura, referia na *Creative Industries Mapping Document* que

As economias e sociedades mais bem-sucedidas do século XXI vão ser também as mais criativas. Criatividade vai fazer a diferença – para as empresas que procuram vantagens competitivas, para as sociedades que procuram novas formas de abordar problemas e melhorar a qualidade de vida (Smith, 2001: 3 *apud* Furtado e Alves, 2012: 127).

Desde então, o potencial económico das indústrias que se originam a partir da criatividade, habilidade e talento individuais começou a ser reconhecido tanto por parte de analistas e consultores como por parte de instâncias e organizações internacionais, possibilitando novas agendas e programações políticas em torno da cultura (Landry, 2005; Pratt, 2005).

Segundo Michelle Reeves (2002), o sector das indústrias criativas foi sendo reconhecido por organizações supranacionais como a Comissão Europeia ou o Banco Mundial e os governos nacionais e locais como uma força muito relevante na economia global em rápida transformação. As indústrias criativas e culturais começaram então a se assumir como sectores estratégicos na retórica das políticas de desenvolvimento económico e competitividade territorial. Desde o início do novo século, as indústrias culturais foram conquistando o seu espaço por entre as políticas económicas e as políticas especificamente culturais (Pratt, 2005).

Foi nesse processo que a retórica política foi mudando a ênfase da expressão “indústrias culturais” para “indústrias criativas”, um movimento mais orientado para a promoção do potencial económico de um sector muito heterogéneo, assente na exploração dos direitos de propriedade intelectual (Garnham, 2005). Como sublinha Ferreira (2010), a preocupação estratégica pelas indústrias criativas e indústrias culturais nas políticas públicas à escala nacional ainda são mantidas mais no plano retórico do que no prático. Neste segundo plano, as medidas de políticas culturais

traduzem-se “fundamentalmente em programas direcionados para o património e apoio às atividades culturais e artísticas mais eruditas e consagradas” (Ferreira, 2010: 5).

Há, no entanto, outra perspetiva por parte de abordagens mais recentes (KEA, 2006; UNESCO²; *Agenda 21 da cultura 2004*) que tende a configurar a cultura “como parte integrante do processo básico de tomada de decisão que permeia toda a estrutura do mecanismo de ordenamento urbano” (Ursic, 2012: 143). No estudo *The Economy of Culture in Europe*, é delimitado ao sector cultural e criativo quatro áreas de atividade: o campo nuclear das artes; as indústrias culturais; as indústrias e atividades criativas; e as indústrias relacionadas (KEA, 2006: 56). Incluindo-se a cultura³ no “campo nuclear das artes”, é de lembrar que esta representa apenas uma pequena parte do sector cultural e criativo. No mesmo documento, o campo das artes é descrito como

Uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento local, [...] um catalisador para o dinamismo das cidades criativas. Atua como elemento soft de localização numa política económica local que vise incentivar o estabelecimento de empresas e pessoas talentosas. Ajuda a reforçar a integração social e assegura coesão territorial. É um atrator turístico de sucesso (*Ibidem*: 35 *apud* Ferreira, 2010: 6).

Com efeito, muitos países procuraram definir individualmente os seus próprios sectores criativos, muito embora a natureza de cada um deles seja distinta. Foi então neste clima de conceptualização da criatividade e indústrias culturais e criativas que emergiu o conceito de “cidade criativa”.

São já vários os autores que têm explorado a teorização da cidade criativa, onde se destacam as contribuições de Charles Landry (2000), Richard Florida (2002; 2004; 2005; 2008), Michael Porter (1990), Landry e Bianchini (1995), Ken Robinson (1999; 2001), John Howkins (2001), Andy Pratt (1997), Richard Caves (2000) ou Allen Scott (1997), onde muitos se desdobram na evolução das atividades culturais e criativas para as indústrias criativas, bem como da sua importância para o desenvolvimento económico urbano, enquanto outros criticam as ideologias liberais e contestam os efeitos da segregação, polarização e exclusão social associados à aplicação das agendas da cidade criativa.

Dos que foram referidos, é de referir o contributo de Landry no debate do conceito da cidade criativa associada à cidade, economia e sociedade. No *The Creative City*, Charles Landry e Franco Bianchini (1995) debatem as condições que definem a

² UNESCO, *United Nations Educational and Culture Organization*. Cf. <http://en.unesco.org/>.

³ No seu sentido mais restrito e tradicional, definido como “as artes” (Ferreira, 2010).

natureza de um ambiente criativo, bem como a importância do património histórico e cultural para a cidade e para a economia. Novamente Landry, de resto, autor de muitas publicações importantes no âmbito da cidade criativa, defendia na sua obra *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators* que é nas especificidades de cada local que as cidades podem potenciar os seus ativos urbanos e económicos, ao “tornar uma fraqueza numa força” (Landry, 2008: 8).

Socorro-me das palavras de Landry, que, ao se reportar à ideia original da cidade criativa, afirmava que a filosofia da mesma surge no reconhecimento de que,

À primeira vista, haverá sempre, em qualquer local, um potencial maior do que se poderia imaginar, apesar de algumas cidades, talvez Londres, Nova Iorque e Amsterdão serem, em grande parte, criativas. Pressupõe a criação de condições para que as pessoas pensem, ajam e atuem com imaginação de forma a aproveitarem as oportunidades ou que se adereçam aos problemas urbanos supostamente intratáveis⁴ (Landry, 2005: 2).

Outro autor importante na abordagem à cidade criativa foi Ken Robinson, ao defender a importância do sistema educacional para o fomento da criatividade e talento das sociedades (Robinson, 1999). Este discurso vai de encontro à reinvenção das muitas áreas, no que diz respeito à necessidade da criatividade nas cidades como resposta à competitividade territorial, sendo que a educação era uma delas.

Finalmente, uma referência a Richard Florida, que defendia a emergência de uma “classe criativa” no seio das comunidades nos EUA. De facto, os EUA, que foram tão influentes na teorização do impacto económico das artes, haviam demorado a estabelecer o elo entre as indústrias criativas e a cidade criativa, apesar de alguns investigadores estarem já a descrever essa dinâmica, casos de Allen Scott (1997) e John Howkins (2001). O ponto de viragem surge na publicação *The Rise of the Creative Class*, onde Florida, para além de enfatizar a relação entre cidade e criatividade, entendia a nova “classe criativa” como um recurso essencial para a competitividade territorial (Florida, 2004).

De um modo geral, todas estas reflexões tiveram um grande impacto nas cidades e na forma de pensar a sua organização e regeneração com base no reforço enfático dos chamados fatores *soft* (talento e criatividade). Com a assunção de que a

⁴ Tradução livre do autor. No original “*The philosophy is that there is always more potencial in any place than any of us would think at first sight, even though very few cities, perhaps London, New York or Amsterdam are comprehensively creative. It posits that conditions need to be created for people to think, plan and act with imagination in harnessing opportunities or adressing seemingly intractable urban problems*” (Landry, 2000: 2).

criatividade era favorecida em ambientes citadinos com identidade própria, o sucesso das cidades contemporâneas passava pela própria capacidade em “atrair capital humano qualificado” (Furtado e Alves, 2012). Com efeito, o ideal da cidade criativa foi assim ganhando destaque, associado ao planejamento cultural e urbano.

É neste contexto que o discurso dos planejadores, políticos e decisores urbanos aponta para três modelos distintos que, embora relacionados, se reportem a diferentes objetivos estratégicos, modos de conceber a cidade criativa no âmbito da regeneração urbana e papéis atribuídos às artes e classe criativa.

Um primeiro modelo, no qual o programa da cidade criativa incide no reforço das condições de atração à classe criativa de Richard Florida, constituída por membros que trabalham em sectores desde as artes, design e meios de comunicação social à publicidade, serviços financeiros e relações públicas. Para além de reconhecer a emergência desta nova classe como o “motor” do crescimento urbano, Florida ligava três áreas: a classe criativa; a economia criativa; e as condições necessárias para que as cidades atraíam a classe criativa.

Por outro lado, Florida identifica uma crescente classe de trabalhadores não especializada, pouco qualificada, remunerada e independente, mas que mantêm o funcionamento da cidade criativa. Neste sentido, esta classe, na maior parte constituída por migrantes, “foi gerada pela necessidade económica” (Florida, 2004: 71 *apud* Miles, 2012: 12). A propósito, Richard Sennett (1998) demonstra que a criatividade da nova economia engloba novos padrões de emprego, flexíveis, mas caracterizados pela insegurança, nos quais a nova classe criativa fomentou novas correntes consumistas ligadas a domínios muito além da arte: bares, marcas de designer e outros estilos de vida (Miles, 2012).

Voltando à ideia principal, é na presença desta classe criativa nas cidades que reside o aumento do dinamismo económico dos territórios urbanos, essencial para a competitividade territorial e regeneração urbana. Para um maior dinamismo económico, Florida (2004) defende uma fórmula simples de condições, comumente conhecida pelos “3T’s do crescimento económico”: tecnologia; talento; e tolerância. Enquanto o primeiro se reporta à presença das indústrias de alta tecnologia e capacidade de inovação tecnológica, o talento representa a capacidade de inovação por parte da classe criativa, particularmente os artistas. Finalmente, a tolerância, que representa a diversidade social, étnica e cultural, “ingredientes” que por sua vez promovem a criatividade e inovação.

O outro modelo, inspirado por Charles Landry e no grupo de consultores *Comedia*⁵, coloca maior ênfase nos projetos artísticos do que na classe criativa. Neste plano, a cidade criativa é vista como uma cidade “capaz de potenciar o uso das capacidades criativas dos seus habitantes, trabalhadores, organizações e autoridades, [de forma] a resolver problemas individuais e coletivos, melhorar a qualidade de vida da comunidade e dinamizar económica, social e culturalmente o território” (Ferreira, 2010: 8). Para tal, as cidades necessitam de infraestruturas para além do *hardware*: edifícios, ruas e esgotos. As infraestruturas requerem a combinação entre o *hard* e o *soft*, onde se incluem as infraestruturas mentais, a forma como a cidade aborda as suas oportunidades e problemas e as condições ambientais necessárias para gerar uma atmosfera criativa (Landry, 2005).

Apesar de dar crédito ao sector do voluntariado, a visão da cidade criativa de Landry traduz-se na capacidade de criação de condições na própria cidade que por sua vez faça com que as pessoas pensem, ajam e atuem de forma a resolver problemas aparentemente difíceis. Desta forma, a cultura e as artes são entendidas como fundamentais para a regeneração económica e social das cidades, onde o planeamento cultural e urbano “deve estimular a mobilização de pessoas em torno de projetos de desenvolvimento comunitário” (Ferreira, 2010). Contudo, segundo Miles (2012), Landry hesita entre o conceito de cultura como um objetivo e as artes como algo de útil. Neste sentido, como lembra Ferreira (2010), os desenvolvimentos da cultura e criatividade são pensados mais como instrumentos para atingir uma variedade de objetivos do que propriamente objetivos a serem atingidos.

Por fim, o terceiro modelo, no qual a cidade criativa é aquela que alberga e polariza as indústrias culturais e criativas (Ferreira, 2010). Ora desde que se descobriu o potencial económico da cultura na década de 1980, grande parte das medidas estratégicas passaram pela atração e fixação deste tipo de atividades, quer pelos benefícios fiscais e financeiros quer pela formação de *clusters* de indústrias culturais e criativas.

De um modo geral, são reconhecidos como elementos essenciais tanto a presença das atividades culturais e criativas como a dos agentes culturais inerentes ao processo. Desta forma, os membros da classe criativa poderão sustentar iniciativas em empreendimentos culturais, tanto de cariz empresarial como mercantil. Outra estratégia

⁵ Grupo de investigação fundado por Charles Landry em 1978.

neste modelo poderia ser também o investimento público em eventos/festivais como elementos catalisadores de outras iniciativas no âmbito das indústrias criativas.

É visível a subjetividade da agenda da cidade criativa. Mas é muitas vezes na combinação destas três dimensões que surgem os inúmeros programas de regeneração urbana: desde o investimento em infraestruturas, equipamentos e eventos culturais; o envolvimento das comunidades artísticas nos projetos de participação sociais e económicos, à atração de moradores, turistas, consumidores, investidores e outros grupos sociais; ou à revitalização da imagem das cidades (Ferreira, 2010).

A diversidade de soluções, por si só, não é problemática. Muito pelo contrário. Contudo, é de lembrar que, se por um lado, estes projetos de reabilitação procuram atrair uma classe criativa diversificada, por outro lado podem levar à diminuição do grau de heterogeneidade da cidade (Ursic, 2012). A propósito, Bianchini (1999) refere-se a este uso da cultura e potencial das indústrias criativas, vistas como ferramentas preciosas para a diversificação e compensação das economias locais como a era do “marketing urbano”. No limite, assiste-se à inflação do conceito “cidade criativa” (Landry, 2005), onde o sentido da própria noção se torna oco, transformando-se num mero *slogan* ou bandeira ao serviço da regeneração urbana. Aliás, as artes, segundo García, tendem a estar presentes nos processos de regeneração urbana de forma simbólica, como um mecanismo para atrair os turistas e os media, em vez de representarem um “veículo” para a capacitação e representação local (García, 2004).

Na verdade, essa tendência tem sido estudada por vários autores, uma tendência que tem legitimado as políticas públicas, com alguns casos de referência. No Reino Unido abundam os exemplos de iniciativas na promoção da regeneração urbana através do desenvolvimento das indústrias criativas, como os casos de Liverpool, Sheffield, Birmingham, Manchester, Dublin ou Glasgow. Como resposta à reestruturação industrial, as indústrias culturais surgiram como uma possível solução para uma diversidade de problemas, desde a necessidade de novos empregos ao fomento da inclusão social. Com efeito, criou-se o elo entre as artes e a regeneração urbana. Em Manchester, por exemplo, a velha imagem da cidade industrial foi sacrificada em nome do consumo estético e oportunidades de investimento, uma transição ainda assim condicionada pela desindustrialização e processo de criação de uma nova imagem para a cidade, uma “cidade cultural” (O’Connor e Wynne, 1997).

No plano nacional, há também alguns casos a serem mencionados. Em Portugal, a tendência do marketing urbano começou a se verificar a partir da década de

1990, traduzida em grandes eventos como a Expo'98 e a Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura (Ferreira, 2010). Entre essas, contam-se a valorização do património histórico dos centros históricos, como o foi o caso da destradicionalização de Évora (Fortuna, 1997); a aposta dos municípios em eventos culturais, caso de Guimarães, Capital Europeia da Cultura⁶ em 2012; o apoio ao desenvolvimento de bairros culturais ou à criação de indústrias criativas, como o Bairro Alto-Chiado, em Lisboa (Costa, 2009), Óbidos, que se tem assumido como zona urbana criativa, não só a nível nacional como europeu, ou Paredes, que pretende para a sua cidade um *Innovation Hub*⁷ no design; entre outras iniciativas que vão de encontro ao ideal do marketing urbano (Bianchini, 1999).

Do discurso regenerativo da cidade criativa, os efeitos esperados também são vários: a regeneração das economias locais; a modernização do tecido económico; o aumento do emprego e crescimento económico; a regeneração das competências e capacidades criativas da população, do património monumental e espaço físico das cidades, da imagem e identidade das cidades; da coesão e identidade local das comunidades; ou melhoria da qualidade de vida urbana em geral. Contudo, como lembra Peixoto (2009), encarar as novas áreas urbanas a partir do “poder criativo” pode representar uma confiança excessiva, o que resulta em dimensões malsucedidas.

A grande vocação economicista por parte das políticas de regeneração urbana resultou, em muitos casos, na diminuição parcial do valor cultural “intangível” de bairros, ruas, edifícios e monumentos históricos, na diminuição da heterogeneidade cultural, na exclusão dos utilizadores nos processos de decisão. Além disso, privilegiam a classe mais qualificada e abastada da população, o que resulta em processos de enobrecimento, que por sua vez reforçam a polarização e a expulsão de habitantes com menor estatuto social e económico.

De forma geral, como lembra Ferreira (2010), as recentes modalidades de associação entre as políticas culturais e regeneração urbana têm sido interpretadas entre dois aspetos principais: a) os processos de reconversão funcional e estético dos espaços das cidades à imagem dos estilos de vida e dos padrões de consumo das classes médias urbanas mais escolarizadas e qualificadas, além de traduzirem o protagonismo e influência dos novos (publicitários, marketeers, criativos, designers, programadores e planeadores culturais, promotores turísticos) e velhos (arquitetos, urbanistas,

⁶ Cf. <http://guimaraes2012.blogs.sapo.pt>.

⁷ Cf. <http://www.inteli.pt/pt/go/paredes>.

engenheiros, políticos, decisores) intermediários culturais; b) as transformações geradas pelos processos de globalização e transição das economias capitalistas contemporâneas de um regime de produção fordista para um regime de acumulação flexível, processos que promovem um elevado grau de circulação do capital e investimento e geram dinâmicas de competição urbana pela sua captação e retenção (Harvey, 1989). Nestes casos, a cultura e o lazer funcionam como motores daquilo que Sharon Zukin (1991) identifica como processos de “destruição criativa” das paisagens urbanas. Estes casos de destruição criativa poderão oscilar entre a efetiva construção de parques temáticos à conversão funcional e simbólica de ruas e bairros em museus ao ar livre (Ferreira, 2010). É novamente Zukin (1991) quem identifica estes exemplos como o *paradigma do enobrecimento* e o *paradigma da disneyficação*, respetivamente.

2.2. As problemáticas do enobrecimento urbano.

De facto, nos últimos 30 anos, a regeneração urbana de base cultural, legitimada pelo conceito de cidade criativa, tem sido uma tendência um pouco por toda a Europa Ocidental e América do Norte. A partir da Europa Ocidental, o modelo da cidade cultural foi sendo difundido pela Europa de Leste, depois da queda do muro de Berlim em 1989 (Miles, 2012). Gradualmente, foram sendo encontrados novos usos para os velhos edifícios nos centros das cidades pós-industriais. A cidade criativa, da produção e consumo cultural, tomou o lugar da cidade industrial, de produção material.

Nestas circunstâncias, como defende Malcom Miles, o problema é que, apesar de as estratégias culturais serem apresentadas como tendo capacidade de regenerar os centros degradados e as zonas desindustrializadas, o que as determina são motivos económicos e comerciais e não o interesse cívico, que implica benefício público (Miles, 2012). Aliás, são vários os autores que se destacam na crítica à cidade criativa, como David Harvey (2010; 2011; 2012), Neil Smith (1996; 2002; 2005) ou Jamie Peck (2005). Salientam que a retórica da cidade criativa associada a políticas de valorização da imagem da cidade, ainda que vise o aumento do emprego, o crescimento económico, a fixação da população já existente e a modernização do tecido económico, não deixa de funcionar também como um mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grandes investimentos públicos que são desviados aos mais carenciados.

Certamente, o planeamento urbano associado à cidade criativa deveria assentar na inclusão social, na heterogeneidade e no princípio da sustentabilidade económica e cultural (Ursic, 2012). Contudo, as intervenções públicas em prol da valorização da cidade criativa “desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação” (Mendes, 2012: 53), que se traduzem numa grande orientação para o mercado e consumo, em detrimento das classes mais baixas. Em muitos casos, o resultado da reabilitação urbana de base cultural, que leva à marginalização de culturas, estetização do espaço e renovação do edificado ou à diminuição da heterogeneidade cultural, tende a ser o enobrecimento urbano (*gentrification*⁸) (Ley, 1996; Smith, 1996; Lees *et al.*, 2008).

O enobrecimento urbano, é um exemplo dessa “destruição criativa” que Zukin (1991) falava. Nesse processo, certas “áreas das cidades em declínio funcional e económico (como os centros históricos) [são convertidos] em bairros com forte componente de produção e oferta cultural, artista e lúdica” (Ferreira, 2010: 16).

Neste sentido, a futura configuração das cidades dependerá cada vez mais do sector privado ou de parcerias público-privadas, no âmbito desta “lógica de mercado”. Consequentemente, à custa da expulsão dos residentes e empresas mais tradicionais, ficam a ganhar os promotores imobiliários, as empresas e as instituições financeiras. Como defende Smith (1996), é a emergência da “cidade revanchista”.

Para Savage e Warde (1993), o enobrecimento urbano requer a combinação de quatro processos: a) a reorganização da geografia social da cidade, com a substituição no centro da cidade de um grupo social por outro com maiores rendimentos e qualificações; b) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida

⁸ Não é preocupação central do trabalho discutir a problemática da conceptualização do termo, nem a sua tradução mais fiel para português. Contudo, será necessário referir algumas considerações. O termo *gentrification* foi usado pela primeira vez em 1964 pela socióloga Ruth Glass (1964) ao se referir às grandes casas vitorianas de Londres que foram transformadas em *flats* dispendiosos ou *houselets*. A seu ver, à medida que o processo de *gentrification* começa, vai se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, alterando todo o carácter social do bairro. Cerca de vinte anos mais tarde, Smith e Williams definiram esse processo como “a reabilitação de casas trabalhadoras e abandonadas e consequentemente a transformação de uma área em um bairro de classe média”, o que implica uma alteração na natureza política do poder, tanto do poder económico como cultural (Smith e Williams, 1986). O termo é também usado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995) e Smith (1996), que o definem como formas de empreendimentos que elegem certos espaços da cidade como “centralidades” e os transformam em espaços de investimento público e privado. Outro dos problemas que enfrentámos foi a tradução fiel do termo *gentrification* para português. Há autores que optam por manter o termo (Leite, 2004; 2008), como outros que defendem a adoção do termo “nobilitação urbana” (Mendes, 2008; Rodrigues, 2010), que permite dar conta de um processo de requalificação ou upgrade social e urbanística, presente no processo de *gentrification*, sem restringi-lo a uma alteração de classe social ou à reabilitação urbanística. Ainda assim, optaremos por utilizar o termo “enobrecimento urbano”, adotado por autores como Carlos Fortuna (1997; 2009) ou Silvava Rubino (2009).

similares; c) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana; d) e uma mudança da ordem fundiária, que em muitos casos implica o aumento dos valores fundiários e quotas das habitações e propriedades. Com efeito, o enobrecimento passou a constituir um processo de mudança socioespacial, no qual a chegada de grupos com maior estatuto socioeconómico levou à expulsão de ex-moradores que deixaram de poder pagar os custos habitacionais associados à regeneração urbana. Como lembra Smith (1996), este processo representa uma contraversão imprevisível ao que as teorias urbanas do séc. XX previam para a evolução das cidades.

Phillip Clay (1979) foi um dos primeiros autores a estudar o processo de enobrecimento urbano, chegando a desenvolver um dos modelos mais aceites sobre os estágios da *gentrification*. O modelo identificava as várias fases do fenómeno, desde a *pioneer gentrification*, na qual se salienta o papel dos *gentrifiers* pioneiros, à *maturing gentrification*, uma fase que envolve cada vez mais agregados familiares, indivíduos de classe média ou agentes imobiliários procuram aproveitar a oportunidade de investimento criada a partir do *rent gap*⁹ (Mendes, 2012).

Em alusão aos *gentrifiers* pioneiros (*marginal gentrifiers*), Rose (1984) defendia uma conceptualização específica do enobrecimento urbano, a *marginal gentrification*¹⁰. A *marginal gentrification* corresponde ao movimento de uma seção menos privilegiada das novas classes médias, que ou apresentam uma elevada clivagem entre o capital escolar e cultural ou ostentam um baixo nível de capital económico. Crieking (2006) também caracteriza a *marginal gentrification* como um “processo no qual alguns bairros centrais são tomados por uma população jovem, muito escolarizada, mais abastada do que os seus antigos moradores, sem serem por isso os ricos da cidade” (van Crieking, 2006).

Segundo Rose (1984), esta classe corresponde principalmente a mulheres, estudantes, artistas, jovens casais ou famílias monoparentais, que se encontram subempregados ou empregados temporariamente em situação precária, mas que ainda assim são atraídos pelo estilo de vida não conformista e ambiente urbano tolerante dos

⁹ O *rent gap* consiste numa alternância de investimento e desinvestimento, na qual este último produz, em termos de valor imobiliário, a possibilidade de reinvestimento. Quando a oportunidade de reinvestimento é criada, o potencial do valor imobiliário dos bairros aumenta através da compra de habitações e posterior renovação e revenda a membros mais ricos da nova classe média. Cf. Rubino (2009), Mendes (2008, 2012), Rodrigues (2010).

¹⁰ Novamente surge a problemática da tradução mais fiel do termo *marginal gentrification*. Mendes (2012) adota o termo “nobilização urbana marginal”, enquanto Rubino (2009) o apelida de “gentrificação marginal”. Sem querermos entrar na problemática da conceptualização ou tradução, optaremos pelo termo utilizado por Damaris Rose (1984), *marginal gentrification*.

centros das cidades, o que não deixa de manifestar algumas semelhanças à “classe criativa” de Florida (2002, 2004, 2005). Para Rodrigues (2010), o *marginal gentrifier* valoriza o centro histórico pela sua distinção urbanística, pela sua arquitetura típica, pela genuinidade dos seus residentes e pelo comércio tradicional de proximidade (Rodrigues, 2010).

De um modo geral, a pesquisa sobre o enobrecimento urbano produziu dois princípios importantes: que o fenómeno evolui por uma série de fases temporal e espacialmente específicas à medida que avança no espaço urbano (Clay, 1989; Donzelot, 2007); e que a sua causalidade deriva tanto de fatores associados às teorias da produção (Smith, 1996, 2002, 2005; Harvey, 2010, 2011, 2012) como do consumo (Ley, 1996).

Contudo, como lembra Mendes, raramente se tem questionado a ideia de que os estágios do enobrecimento e respetivas dinâmicas são moldados de forma diferente pela escala espacial e pelo contexto urbano onde ocorrem (Mendes, 2012: 62). Há, no entanto, abordagens que segurem a necessidade de análises ao nível geográfico que demonstrem a ambiguidade do processo e questionem os modelos teóricos aceites (*Ibidem*).

Ao nível geográfico,

Existe a visão revanchista dos sucessivos fluxos e avanços violentos e contestados da fronteira da nobilitação urbana no centro da cidade norte-americana como manifestações de antiurbanismo, e que se predispõe para uma interpretação de causa e efeito que se inclina para observar os conflitos socioespaciais e o desenvolvimento urbano desigual e fragmentado, ambos gerados pelos circuitos globais e movimentos cíclicos de capital. Em contraste, as análises canadianas e europeias têm-se centrado mais na contribuição da gentrification para a criação de ambientes urbanos de emancipação, de tolerância e de diversidade social na cidade centro (*Ibidem*, 2012: 63).

Enquanto a primeira reconhece o enobrecimento como um fenómeno socioespacial que gera efeitos nocivos para o ambiente social, a segunda vê o enobrecimento urbano como um movimento que une as pessoas no centro das cidades, que cria oportunidades de tolerância, diversidade e interação cultural e social. Lees (2000) denomina o “confronto” das visões como a tese da *cidade revanchista* vs. a tese da *cidade emancipatória*.

A zona de Hoxton, em Londres, é o exemplo de um bairro que foi regenerado apenas no sentido cosmético, ao combinar galerias de arte, bairros de habitação social

do pós-guerra e residências enobrecidas, com a com a premissa de que a classe criativa poderia viver em conjunto com as classes sociais mais desfavorecidas. No entanto, a estetização do espaço reclassificou o bairro como uma zona de elite, onde tanto os antigos residentes como os novos moradores, migrantes e prestadores de serviços, se sentiam deslocados (Miles, 2012).

A diferença e mistura social é incluída no discurso da cidade criativa (Florida, 2002; 2004) mas de uma forma muito restrita e alheia às condições socioeconómicas das minorias (Mendes, 2012), tal como se verificou no bairro de Hoxton. Ao contrário das expectativas do discurso da mistura social, não houve, em muitos casos, qualquer transferência de capital social dos grupos de maior estatuto socioeconómico para os restantes, o que revela, como já referimos, uma contraversão imprevisível ao que as teorias urbanas do séc. XX previam (Smith, 1996). A este propósito, Davidson (2010) lembra que, em condições normais, os mundos de vidas dos vários grupos sociais raramente se cruzam. Pelo contrário, as normas dessas camadas sociais podem entrar em conflito.

2.3. Definição da(s) problemática(s).

De facto, a regeneração urbana de base cultural, inspirada nos modelos da cidade cultural e criativa, parecia ser a solução para algumas das cidades pós-industriais dos finais do século XX. Impulsionada por argumentos técnicos e demonstrações empíricas de vários autores, o potencial económico da cultura vinha a ser reconhecido como peça fundamental na competitividade territorial e reconstrução das imagens e identidades das cidades. Em simultâneo, a definição dos conceitos de “criatividade” e “indústrias criativas” reforçava a ideia de que as políticas culturais seriam a solução para um leque de problemas. Em 1997, Smith (2001) afirmava que “as economias e sociedades mais bem-sucedidas do século XXI [seriam] também as mais criativas (Smith, 2001: 3), e que as indústrias criativas, que tinham origem na criatividade, habilidade e talento, possuíam o potencial de criar riqueza e emprego através da exploração da propriedade intelectual (DCMS, 2001).

O reconhecimento da capacidade das indústrias criativas era unânime. O sector das indústrias criativas vinha sendo reconhecido por analistas, consultores, organizações internacionais (Comissão Europeia, Banco Mundial), governos nacionais e locais como

uma força relevante na nova economia global (Reeves, 2002), onde pouco a pouco foram conquistando o seu espaço por entre as políticas económicas e as especificamente culturais (Pratt, 2005). Não nos admira que o sector criativo seria encarado como uma solução para uma diversidade de problemáticas. Aliás, a própria distinção das quatro áreas de atividade no sector cultural e criativo assim o confirmava. A “cultura”, um termo tão versátil e ambíguo, seria restringida ao campo nuclear das artes (KEA, 2006). No entanto, como reconhece Ferreira (2010), no plano nacional, as indústrias culturais e criativas ainda são, na maior parte das vezes, mantidas mais no plano retórico do que no prático.

Foi na definição do sector criativo que, naturalmente, emergiu o conceito de cidade criativa. As primeiras abordagens na sua teorização e importância para o desenvolvimento económico urbano partiram de autores como Charles Landry (1995; 2000; 2005), que debateu as condições que definem a natureza de um ambiente criativo, bem como a importância das especificidades de cada local para a potenciação dos seus ativos urbanos e económicos, ou Richard Florida (2002; 2004), que defendia a emergência de uma classe criativa nos EUA, e a entendia como um recurso essencial para a competitividade territorial. Eventualmente, conforme os objetivos estratégicos e modos de conceber a cidade criativa no âmbito da regeneração urbana, o planeamento urbano foi apontando para os três modelos distintos já referidos. Atualmente, as agendas políticas “bebem” um pouco de cada um destes modelos, o que as torna, de certa forma, muito ambíguas e pouco claras no que diz respeito aos objetivos, consequências e efeitos esperados.

No entanto, seja pelas ideologias liberais ou pelo forte pendor economicista das agendas criativas, os efeitos da regeneração urbana de base cultural, em muitos casos, resultaram em dimensões malsucedidas. Normalmente, as políticas urbanas concentram-se muito nos benefícios económicos do processo de regeneração, mas para que o desenvolvimento urbano seja consistente, não deveriam antes ter em conta o real envolvimento das pessoas? Há, inclusive, a perspetiva por parte de abordagens mais recentes (KEA, 2006; Agenda 21 da cultura, 2004; UNESCO) que configura a cultura como “parte integrante do processo básico de tomada de decisão que permeia toda a estrutura do mecanismo de ordenamento urbano” (Ursic, 2012). Normalmente, a regeneração de uma área urbana com determinados conteúdos sociais representa um empreendimento sensível, que geralmente requer grande articulação entre os diferentes grupos envolvidos (*Ibidem*).

Veja-se o caso da fábrica de Rog, na Eslovénia, analisado por Matjaz Ursic (2012). No plano esloveno, muitas foram as situações em que os gestores públicos tiraram partido da instabilidade económica de antigas zonas industriais, ao realizarem intervenções de qualidade duvidosa, em detrimento dos serviços públicos e comunidades locais. O problema é que muitos dos elementos que constituíam a heterogeneidade sociocultural desses espaços, ou não foram integrados, ou simplesmente foram excluídos, dos planos de regeneração, o que alterou por completo o espírito do lugar. À luz destes exemplos, o autor reconhece a necessidade de os técnicos e planeadores urbanistas terem em conta os utilizadores temporários do espaço e uma atenção redobrada aos eventuais efeitos regenerativos sobre os grupos sociais, culturais e artísticos envolvidos. Usando a escala de participação dos utilizadores no ordenamento urbano de Sherry Arnstein (1969), que enumera diferentes níveis de participação, Ursic (2012) verificou que, no caso da fábrica de Rog, o papel dos utilizadores temporários e diversos grupos envolvidos viu-se reduzido à escala da consulta e informação, em detrimento de uma participação ativa através de outras modalidades, como a parceria, a delegação de poderes ou mecanismos de controlo social (Ursic, 2012: 159).

É, segundo este exemplo, que nos interrogamos de que forma se deverá incluir os utilizadores ou outros grupos sociais nos processos de planeamento urbano. Não deveriam, como lembra Ferreira (2010), as políticas urbanas serem vocacionadas de acordo com o real envolvimento, expectativas e necessidades das pessoas, em vez de se guiarem por interesses económicos e comerciais?

Mesmo as cidades que se submeteram a processos de regeneração urbana de base cultural, e ganharam grande reconhecimento público através da programação de grandes eventos para o efeito, como Sydney, Glasgow ou Barcelona, falharam na representação das minorias (García, 2004). Na verdade, uma das dimensões mais malsucedidas destes programas de regeneração é a do real envolvimento das camadas sociais e territórios económica e culturalmente menos qualificados ou mais marginais (Bianchini e Parkinson, 1993; García, 2004; Ferreira, 2010).

O estudo de Beatriz García (2004) elucida-nos a este respeito. A cidade de Glasgow, à margem da celebração “Glasgow 1990 – Cidade Europeia da Cultura”, tornou-se um exemplo de regeneração urbana através da programação das artes, graças à sua transformação de uma cidade pós-industrial dos anos 60 a uma cidade culturalmente atrativa e orientada para os serviços (*Ibidem*: 105). A celebração deste

evento provou ser uma grande oportunidade para a regeneração urbana, ao assegurar financiamento para a remodelação de edifícios abandonados e transformando-os em locais artísticos de vanguarda. No entanto, falhou em dois aspetos: no acesso e envolvimento das comunidades socialmente privadas e geograficamente periféricas nas atividades artísticas; e na incapacidade de agir como plataforma na representação das culturas locais (*Ibidem*: 108).

A cidade de Sydney, que foi anfitriã dos Jogos Olímpicos de Verão, no ano de 2000, foi também outro caso aparentemente bem-sucedido. Na sua candidatura aos jogos, Sydney destacou o comprometimento de todo o país em melhorar o tratamento à sua população aborígine, servindo-se de aspetos culturais e educacionais para o planeamento do evento. Com efeito, foram definidos quatro festivais, os “Olympic Arts Festivals”, um para cada ano. O problema residiu na integração destes festivais ao evento “principal”, os Jogos Olímpicos de Verão, e na atenção mediática dada aos mesmos. Estes foram praticamente excluídos pelos media que cobriam as olimpíadas, que os tornaram, na prática, “invisíveis” ao comum visitante dos Jogos.

Não obstante, foram capazes de impulsionar o reconhecimento de inúmeros artistas aborígenes e outros grupos artísticos por parte do panorama australiano e contribuir para o estabelecimento de novas colaborações artísticas. Todavia, segundo García (2004), os “Olympic Arts Festivals” falharam em várias vertentes. Ao privar outras zonas circundantes de qualquer atividade cultural, atividades estas reservadas quase exclusivamente à Casa da Ópera de Sydney, os festivais, para além da fraca distribuição em termos de atividades artísticas, fracassaram tanto na oferta de uma visão da Austrália contemporânea como na representação da real diversidade do país e da cidade (*Ibidem*: 110-111).

Por último, a cidade de Barcelona, que em 2004 acolheu o “Fórum Universal das Culturas”, com a premissa de que o mundo necessitava de grandes eventos que se focassem na cultura, na educação e na sustentabilidade. O formato do Fórum incluía exposições, conferências, eventos e festivais de arte pública, bem como a criação de um *Website* que permitisse o diálogo e interação com uma comunidade mais ampla, de forma a fomentar a discussão em torno dos temas principais. Inicialmente, o propósito do evento era fomentar e gerar o diálogo em torno das temáticas, mas a necessidade de apelar ao público geral, de cativar patrocinadores e atrair os meios de comunicação social influenciou o formato final do evento. Com efeito, a debilidade do “Fórum Universal das Culturas” residiu na indefinição e na falta de credibilidade da sua

produção e promoção, o que acabou por transmitir uma má imagem em algumas das comunidades mais influentes de Barcelona (*Ibidem*: 113).

De facto, estes exemplos revelam algumas das limitações dos projetos de regeneração urbana de base cultural. Em alguns casos, a programação dos eventos tendeu a centrar-se demasiado no centro das cidades, excluindo as periferias, como outros evidenciaram a falta de coordenação entre os organizadores dos eventos, os agentes turísticos, os planeadores urbanos e a comunidade artística. Uma das grandes dificuldades na programação de grandes eventos é balancear os interesses das comunidades locais com os interesses dos turistas e comunicação social (García, 2004). O argumento de que as comunidades locais poderiam beneficiar do turismo e da criação de empregos não é suficiente, pois a satisfação dos interesses do turismo pode entrar em conflito com as tradições dos locais, afetando o seu ambiente natural (*Ibidem*).

O balanço entre os vários agentes incluídos deveria implicar a compreensão de que as artes podem ter sucesso nos eventos, sem se tornarem em um fator económico, mas sim num elemento facilitador para a participação local e ao mesmo tempo atrativo para os turistas e comunicação social. Mas, como refere Ferreira (2010), a ênfase maior que estas políticas urbanas vão colocando nos efeitos económicos, em detrimento para com os resultados sociais, assim o justifica. É a era do “marketing urbano”, segundo Bianchini (1999).

O que nos guia no percurso deste trabalho é a possibilidade de muitas destas abordagens resultarem em processos de enobrecimento urbano, “permitidas” pela vertente económica das políticas de regeneração urbana.

Como vimos, a associação entre as políticas culturais e regeneração urbana são interpretadas entre os processos de reconversão funcional e estético dos espaços das cidades à imagem dos estilos de vida e padrões de consumo das classes médias mais qualificadas e as transformações geradas pelos processos de globalização e transição das economias contemporâneas capitalistas de um regime fordista para um de acumulação flexível, onde a cultura e o lazer servem de motores aos processos de destruição criativa, dos quais variam entre o *paradigma do enobrecimento* e o *paradigma da disneyficação* (Zukin, 1991).

O enobrecimento urbano é um exemplo de destruição criativa, e pode ser motivado através de mecanismos contraditórios de expulsão e reapropriação (Mendes, 2012) que resultam dos processos de regeneração urbana de base cultural. À custa da expulsão de residentes ou empresas mais tradicionais, ficam a ganhar os promotores

imobiliários, empresas e instituições financeiras, o que leva à marginalização de culturas, à segmentação social e à diminuição da heterogeneidade social.

Normalmente, no contexto da globalização e competitividade territorial, o planeamento urbano acaba por se afastar das definições mais complexas de heterogeneidade social e capital cultural (Ursic, 2012: 154). Por desconhecerem os possíveis efeitos a médio/longo prazo das estratégias de regeneração, os projetos de intervenção tendem a concentrar-se apenas na mera preservação física do património edificado, negligenciando a importância dos bens culturais imateriais. São estas orientações que diminuem a heterogeneidade cultural, que fazem com que certos locais, normalmente centros históricos, se transformem em locais “disneyficados”. Consequentemente, essas orientações podem se traduzir na segregação ou exclusão social e espacial das classes mais desfavorecidas, em formas adaptadas do ordenamento do espaço, e, principalmente, em processos de enobrecimento.

Por exemplo, a ambição de muitos desses projetos é atrair o turismo cultural, o turismo que explora a arte e o património que, por sua vez, suscita investidores e profissionais a visitarem as cidades. Os turistas culturais, nas palavras de Miles (2012), “gostam de explorar as zonas de transição das cidades, e em velhos bares ou nas ruas estreitas podem sentir a emoção de se misturar com artistas, trabalhadores do sexo e migrantes” (Miles, 2012: 15). Mas repare-se no caso de El Raval, uma velha zona de prostituição na cidade de Barcelona, que talvez tenha levado demasiado longe a aposta nesse turismo. À margem do novo museu de arte contemporânea (MACBA), o bairro ainda está “cercado de ruas estreitas sombreadas por varandas, entre vielas onde as velhas lojas e os bares continuam a servir as populações locais” (*Ibidem*). Contudo, apesar das rendas serem controladas, as taxas nos serviços são mais elevadas. Com efeito, El Raval, embora continue a ser uma zona de transição, procurada pelo turista cultural, não transmite a imagem de um bairro de um velho porto mediterrânico.

É no processo de enobrecimento que certas áreas em declínio económico e populacional, normalmente centros históricos, são convertidos em bairros com “forte componente de produção e oferta cultural, artística e lúdica (Ferreira, 2010). Mas como é que esse processo é iniciado? Intensamente debatido nos anos 70, o enobrecimento designa o movimento de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, o que implica por sua vez o deslocamento de grupos sociais inferiores, que deixam de poder pagar o aumento dos custos de habitação associados à regeneração.

Na sua obra *The Landscapes of Power*, Zukin (1991) define o enobrecimento do centro da cidade como uma alternância de objetivos, da produção para o consumo, acompanhada por uma imposição de um novo poder cultural que identifica os empresários culturais como os seus principais agentes. O caso de estudo de Zukin é amplamente conhecido, e representa uma das grandes críticas à regeneração urbana de base cultural. O bairro de Soho, em Manhattan, era uma baixa vernácula em vias de se transformar numa zona financeira, aliada aos interesses de várias forças políticas. Contudo, essa “tentativa” encontrou resistência na comunidade artística que, atraídos pelos baixos cultos e amplos espaços, se foram instalando nos velhos sótãos de Nova Iorque do séc. XIX. Consequentemente, o antigo elemento vernáculo viu-se transformado num bem imobiliário de primeira, no qual “viver no sótão” representava uma condição social distintiva (O’Connor e Wynne, 1997).

Foi sob esta linha de ação que os promotores e agentes do desenvolvimento urbano começaram a reconhecer o valor da cultura na revalorização dos centros citadinos. Nos finais dos anos 70, várias cidades da América do Norte investiram neste modelo de regeneração urbana, que poderia incluir programas de animação cultura e arte pública. Na década de 80, este modelo foi diretamente importado para o Reino Unido. A regeneração da cidade de Manchester, por exemplo, foi feita com base numa consciente e explícita mudança das indústrias manufatureiras (de produção), para as indústrias de serviços, viradas para o consumo e lazer, os motores da destruição criativa que oscilam entre os paradigmas do *enobrecimento* e *disneyficação* (Zukin, 1991).

Como lembra Ferreira (2010), é neste contexto que as políticas influenciadas pela vertente económica vão gerando novos des(equilíbrios) entre as figuras estruturantes da ordem espacial e social da vida urbana: o público e o privado; o centro e as margens; a produção, o consumo e a participação; o cívico e o lúdico; o político, o económico e o cultural; o cidadão e o consumidor; o nativo e o estrangeiro; o transeunte e o turista; o paroquialismo e o cosmopolitismo culturais; a conservação e a renovação; a materialidade e o imaginário urbanos (Ferreira, 2010: 17).

A respeito das diferentes fases com que o fenómeno evolui, Mendes (2012) afirma que o enobrecimento normalmente é iniciado por algumas famílias em busca dos pequenos espaços disponíveis em bairros desvalorizados que oferecem condições para estilos de vida alternativos, que corresponde a uma primeira vaga lenta e esporádica, aliás, reconhecida na *marginal gentrification*. Porém, o mesmo nem sempre se sucede. A cidade de Charlotte, estudada por Smith e Graves, ilustra um caso em que a produção

do enobrecimento urbano caracterizou-se pela total ausência de *marginal gentrifiers* e tradicionais grupos pioneiros, o que questiona a validade do modelo de fases defendido por Clay (1979).

Porém, convém lembrar que o processo de enobrecimento urbano é muito diversificado, pois surge em vários formatos, em diferentes locais, com trajetórias temporal e espacialmente distintas, envolvendo vários protagonistas (Mendes, 2012). Neste sentido, mimetizar um modelo de regeneração urbana de base cultural, como sucedeu em várias cidades do Reino Unido e Europa Ocidental, pode resultar em dimensões malsucedidas.

2.3.1. O caso de estudo: objetivos e hipóteses.

É à margem das conceptualizações e problemáticas anteriormente referidas, que se pretende analisar a natureza do processo de regeneração urbana do núcleo histórico de Santa Maria, comumente chamado de “Zona Velha do Funchal”.

O núcleo histórico de Santa Maria corresponde ao primeiro núcleo habitacional da ilha da Madeira, que se desenvolveu desde 1420 na baixa do Funchal, e sempre foi habitado por pessoas de diferentes estatutos sociais. Por lá viveram sapateiros, caixeiros, ferreiros, pedreiros e pescadores, mas também indivíduos da nobreza, mercadores e senhores de terras. Acompanhou o auge das economias do açúcar e do vinho, sem nada beneficiar em termos arquitetónicos. Foi afetado pelas más condições higiénicas, pelo declínio da economia açucareira e vinícola, pela emigração ligada à colonização portuguesa e por várias crises sociais, económicas e políticas.

Ainda assim, o bairro de Santa Maria afirmou-se pela popularidade dos seus residentes, pelo pitoresco do casario e pela mistura de épocas e estilos que se sobrepõem. Ainda hoje coexistem raros vestígios das cidades do vinho e do açúcar por entre as casas térreas, habitações de sobrevivência das gentes de ofício que por lá viveram (Aragão, 1987). Contudo, como será demonstrado nos seguintes capítulos, e segundo várias análises (Bettencourt, 2007; Costa, 2013; CMF, 2014a), a Zona Velha do Funchal enfrentava, à entrada para o séc. XXI, um conjunto de problemas associados ao declínio das atividades industriais, artesanais e comerciais que existiam, como o despovoamento, que levava à degradação do edificado, o envelhecimento populacional e a perda de competitividade territorial, associada à definição de novas centralidades

previstas no PDM de 1997. Que medidas foram tomadas para combater estas problemáticas? Quais os objetivos que as motivaram?

Outra questão que surge, associada à temática da cidade criativa e da regeneração urbana, é se a cultura e a criatividade foram encaradas como soluções para o núcleo histórico de Santa Maria. Sabe-se que o potencial económico da cultura nos processos de regeneração das cidades já vinha a ser reconhecido na Europa e América do Norte por volta da década de 80. No plano nacional, iam surgindo vários exemplos do chamado “marketing urbano”, como a Expo’98 ou a Porto 2001. Nessa mesma altura, o núcleo histórico viria a ser classificado como “Zona Velha” pelo DLR n.º 21/86/M, de 02/10/1986, e definido no ano seguinte como ÁCRRU (Área Crítica de Recuperação e Renovação Urbana), estabelecido pelo DRR n.º 17/87/M (Rodrigues, 2013; CMF, 2014b), o que prova alguma preocupação por parte do Município do Funchal na área em questão.

Outro dos fatores que poderá ter influenciado a natureza desse processo prende-se com o ano de 2010. A 20 de fevereiro desse ano, o bairro de Santa Maria, como a cidade do Funchal e a ilha da Madeira no geral, foram alvos de uma intempérie que provocou um balanço total de 43 mortos, 7 desaparecidos, 120 feridos, 800 habitações danificadas, das quais 600 resultaram em desalojamento, perfazendo um total de 1.300 milhões de euros em prejuízos. Após a aluvião de 2010, verificou-se um grande aumento de medidas, ações e iniciativas em torno da recuperação do bairro. Naturalmente, o “clima” de pós-catástrofe assim o exigia. No entanto, a natureza dos processos de regeneração urbana que sucederam a catástrofe foram, inequivocamente, de teor cultural e criativo.

Tendo em conta que o planeamento urbano surge na combinação de vários tipos de preocupações, pretende-se então rever as linhas fundamentais que organizaram o processo de regeneração do núcleo histórico. De que forma foi a cultura encarada e perspetivada nesse processo? Sabe-se que os mais variados programas de reabilitação surgem na combinação dos três modelos teóricos da cidade criativa. Que princípios e características permitem agrupar o processo de regeneração do bairro de Santa Maria a uma destas dimensões?

É certo que o ano de 2011 motivou várias iniciativas, desde a celebração de eventos efémeros a festivais de arte pública, como o *On by Porto Bay* e o *Arte de Portas Abertas*. Que tipo de metas e objetivos tiveram estas ações? De que forma remetem para o marketing urbano? É reconhecido que uma das dimensões mais falhadas nos

processos de regeneração de base cultural reside no real envolvimento das pessoas e na representação das classes sociais mais desfavorecidas. Como foram então coordenados os interesses dos organizadores, planeadores, comunidade artística e residentes nos processos de regeneração? Verificou-se que, no caso da fábrica de Rog (Ursic, 2012), os utilizadores temporários foram limitados ao nível da consulta e informação na escala de Arnstein (1969). De que forma foram incluídos os utilizadores e, principalmente, os residentes, nos processos de planeamento urbano? Em que níveis?

Outro dos objetivos deste trabalho é analisar o impacto da regeneração urbana do núcleo histórico de Santa Maria em termos comerciais e demográficos. Sabe-se que a cultura, no âmbito da regeneração urbana, tem o potencial de fixar e atrair população com maior capital cultural e económico, como de promover a mistura social. Mas também se reconhece que a ênfase destas políticas nos efeitos económicos, em detrimento para os resultados sociais, gera mecanismos contraditórios de expulsão e reapropriação, que por sua vez conduzem à marginalização de culturas, à segmentação e diminuição da heterogeneidade social, gerando mecanismos contraditórios. Como foram os residentes influenciados por estes processos? Houve a diminuição da heterogeneidade sociocultural?

Tal como no caso de El Raval, as rendas no bairro de Santa Maria são controladas. E em termos comerciais? Sabe-se que, em El Raval, as taxas nos serviços eram elevadas. Novamente, outra das potencialidades da regeneração de base cultural reside na criação de emprego. Será este o caso do núcleo histórico? Se sim, que tipo de emprego criou? Não qualificado, de baixa remuneração? Ou aquele destinado às camadas sociais mais elevadas? Será então pertinente analisar a evolução recente do comércio no núcleo histórico para verificar de que forma este foi influenciado pelos processos de regeneração urbana.

Numa perspetiva mais especulativa, outro dos objetivos do presente trabalho é debater a possibilidade de o núcleo histórico de Santa Maria estar à beira do enobrecimento urbano. Tendo em conta que o enobrecimento urbano é muito versátil e dependente de muitas variáveis, pretende-se, à margem de outros casos de estudo, mostrar que vários efeitos inerentes à regeneração urbana de base cultural do bairro poderão se traduzir em processos de *gentrification*.

Com efeito, o estudo que aqui se apresenta parte de um conjunto de hipóteses associadas, baseadas na regeneração urbana de base cultural. Foi desde a década de 80 que se começou a gerar uma certa preocupação nas políticas públicas para com o estado

de degradação do núcleo histórico de Santa Maria, que se traduziu em várias medidas para o efeito. Desde essa altura, não se pode afirmar que o planeamento urbano para o núcleo se tenha inspirado nos modelos de regeneração urbana de base cultural ou nas várias dimensões teóricas da cidade criativa. Porém, após a intempérie de 20 de fevereiro de 2010, verificou-se um aumento de medidas, ações e iniciativas em torno da regeneração do bairro, e a alteração da natureza das mesmas. Neste, sentido apresentam-se as hipóteses de que, para além do processo de regeneração urbana do núcleo histórico ter sido catalisado pela aluvião de 2010, esse mesmo processo, nos últimos cinco anos, foi de base cultural. Viu-se também que os processos de regeneração urbana de base cultural podem levar à marginalização social, à diminuição da heterogeneidade sociocultural e à estetização do espaço. Com efeito, estas medidas, a médio/longo prazo, poderão se traduzir em processos de enobrecimento urbano. Tendo em conta que estes efeitos inerentes à regeneração urbana de base cultural se poderão identificar no bairro, apresenta-se a hipótese de o núcleo histórico de Santa Maria estar na iminência do enobrecimento urbano.

2.3.2. Estratégia analítica.

De forma a testar as hipóteses anteriormente referidas, a estratégia analítica utilizada no presente estudo consistiu, principalmente, na análise documental e estatística. Naturalmente, a estratégia partiu, inicialmente, pela revisão da literatura acerca da temática da regeneração urbana de base cultural, legitimada pelos conceitos da cidade criativa, e efeitos que esta poderá provocar, que se traduzem no enobrecimento urbano.

Como foi visto, o núcleo histórico enfrentava, à entrada para o séc. XXI, um conjunto de problemas associados ao declínio das atividades industriais, artesanais e comerciais, reconhecidos por várias análises científicas (Bettencourt, 2007; Costa, 2013; CMF, 2014a), desde a competitividade territorial, associada à definição das novas centralidades, previstas pelo PDM de 1997, o envelhecimento populacional, ou o despovoamento, que por sua vez conduzia à degradação do edificado. Apesar de essas debilidades serem reconhecidas por diversos estudos, desconheciam-se as razões históricas que permitiram ou influenciaram tais efeitos. Paralelamente, foi realizado, através

da análise documental, uma revisão literária acerca do passado do núcleo histórico, bem com a sua evolução no contexto temporal e espacial.

Para comprovar o envelhecimento populacional, a degradação do edificado e o despovoamento, a análise estatística através do INE (Instituto Nacional de Estatística) revelou-se essencial. Após o tratamento das fontes estatísticas provenientes do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, e Recenseamentos da População e Habitação: Censos 1991, 2001, e 2001, foi então possível caracterizar o núcleo histórico de Santa Maria em termos demográficos, territoriais e habitacionais.

Tendo em conta que um dos objetivos da dissertação é analisar a natureza do processo de regeneração gerado a partir das políticas públicas urbanas, e consequências que o processo provocou no território em questão, outra das estratégias metodológicas partiu pela investigação documental aos dois principais periódicos da ilha da Madeira, o *Jornal da Madeira* (JN) e o *Diário de Notícias* do Funchal (DN). A partir destas fontes documentais, procurou-se averiguar, entre 2010 e 2015, informações que se distinguem da seguinte forma: 1) a forma como o núcleo histórico de Santa Maria foi afetado pela aluvião de 2010; 2) os testemunhos dos residentes e comerciantes afetados pela intempérie de 20 de fevereiro; 3) as políticas públicas destinadas à regeneração do núcleo histórico; 4) as intervenções/ações/medidas que ocorreram no bairro de Santa Maria após a tempestade; 5) a abertura de bares/restaurantes/outros estabelecimentos no local. A recolha destas notícias justifica-se, para além da sua pertinência, pela facilidade em situar temporalmente as mais variadas informações acerca do núcleo histórico.

Outra abordagem nos termos da análise documental foi realizada através da pesquisa eletrónica. Para suportar a conceptualização e problematização do caso de estudo, foram recolhidas informações acerca de todas as ações realizadas a partir da página oficial da Câmara Municipal do Funchal¹¹, que posteriormente nos deu acesso a documentos cruciais como o projeto *Cidade Convida, Projeto de delimitação: Área de reabilitação urbana / ARU* (CMF, 2014b), o *Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal* (CMF, 2014a), o *Plano Diretor Municipal* (PDM), publicado no *Jornal Oficial* de 8 de agosto de 1997, e a declaração dos imóveis classificados (DRAC).

Foi possível recolher informações desde as várias ações, iniciativas e medidas em torno da regeneração do núcleo histórico, quer antes como depois da intempérie,

¹¹ Cf. <http://www.cm-funchal.pt/>.

artigos acerca das temáticas da cidade criativa, regeneração urbana e enobrecimento urbano, e dissertações sobre a evolução espacial e pedonização de várias ruas da cidade. Os projetos da CMF, *Cidade Convida, Projeto de delimitação: Área de reabilitação urbana / ARU* e o *Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal*, o PDM da cidade do Funchal, publicado no *Jornal Oficial* de 8 de agosto de 1997 e a declaração dos imóveis classificados da cidade da DRAC, foram outros dos documentos que se revelaram cruciais ao desenvolvimento desta dissertação.

Com o objetivo de avaliar a evolução recente do comércio e a forma como este foi afetado pelos processos de regeneração urbana direcionados para a área em estudo, foi realizado um levantamento funcional, em novembro de 2015, à principal artéria do núcleo histórico, a rua de Santa Maria. O levantamento funcional consistiu na recolha de dados relativamente à quantidade de estabelecimentos de comércio e serviços. Após a recolha, foi então possível cruzar estes dados com outras duas fontes documentais - o estudo de Pedro Costa (2013), *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*, e o estudo da CMF (2014a), *Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal* - que nos providenciaram informações acerca do comércio no Funchal e na rua de Santa maria relativamente aos anos de 1971, 2009, 2012 e 2014.

Para além da pesquisa documental, como estratégia complementar, foi possível a realização de algumas entrevistas informais a comerciantes e moradores, que permitiu recolher algumas informações acerca dos efeitos e consequências do processo de regeneração do núcleo histórico. Foi também realizada outra entrevista no dia 24 de abril de 2015, novamente de cariz informal, a José Maria Zyberchema, responsável pelo projeto *Arte de Portas Abertas*. Tendo em conta que uma das dimensões mais falhadas nos processos de regeneração urbana de base cultural reside no envolvimento das pessoas e na representação das camadas sociais mais desfavorecidas, esta intervenção direta permitiu recolher algumas informações sobre como foram coordenados os interesses entre os organizadores do projeto, a comunidade artística, os comerciantes e os residentes.

3. Caracterização do núcleo histórico de Santa Maria.

Tendo em conta que o presente trabalho pretende analisar a natureza dos processos de regeneração urbana no núcleo histórico de Santa Maria, será antes necessário caracterizar a área em questão. De forma a entendermos as razões que poderão estar por detrás do conjunto de problemas reconhecidos por vários estudos (Bettencourt, 2007; Costa, 2013; CMF, 2014a), será apresentado um breve enquadramento histórico ao bairro de Santa Maria na primeira secção do presente capítulo. Em segundo lugar, caracterizaremos o núcleo histórico em termos territoriais, demográficos e habitacionais, bem com a evolução dos mesmos no contexto temporal. Dado que atualmente ainda coexistem raros vestígios das cidades do vinho e do açúcar por entre as casas térreas que constituem o núcleo histórico de Santa Maria (Aragão, 1987), a última parte do capítulo tratará então de caracterizar o bairro em termos arquitetónicos.

3.1. Enquadramento histórico.

Em 1420, um ano após a descoberta do Arquipélago da Madeira, iniciou-se o povoamento da ilha numa área que ficou designada Santa Maria do Calhau. A cidade do Funchal desenvolveu-se então por uma longa rua ribeirinha, paralela ao mar, desde a Ribeira de João Gomes até ao Cabo do Calhau (atualmente Largo do Corpo Santo). Ao longo dos anos, a rua teve vários nomes, como Caixeiros, Alfândega, Mercadores e Santa Maria do Calhau.

Os primeiros habitantes, na sua quase totalidade artesãos de vários ofícios (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, tecelões, pescadores, entre outros), viviam em casas geralmente térreas e cobertas de palha (Aragão, 1987), juntamente com destacados indivíduos da nobreza, como o próprio Capitão do Funchal, João Gonçalves Zarco, que na zona tinha uma casa e fazenda.

Uma segunda rua surgiu a norte desta, que passou a ser conhecida pelo nome de rua Nova de Santa Maria (atualmente rua Latino Coelho), ou, simplesmente por rua Nova, em virtude de ser a segunda rua a surgir na zona. Para além de casas térreas dispersas, outras ruas, travessas, azinhagas e becos foram surgindo, compondo assim o

primitivo núcleo urbano do Funchal, formado a partir das duas ruas, que funcionaram como eixos estruturantes fundamentais.

Em 1430, ergueu-se uma pequena igreja dedicada a Santa Maria do Calhau, junto ao calhau e de frente à ribeira de João Gomes, pertencendo ao primitivo burgo medieval. Segundo António Aragão, a partir da igreja “estendia-se um chão que deslizava até ao calhau que servia de espaço social de convívio e comércio. Desta igreja saía, para nascente, uma rua e ao lado um improvisado cemitério e um poço público” (Aragão, 1992: 21). Em 1458, a igreja sofreu ainda obras de ampliação, o que revela um aumento de população.

Em termos demográficos, o italiano Luís de Cadamosto, que passou pela Madeira em 1455, afirmou que viviam na ilha 800 homens, sendo que destes, cem andavam a cavalo. Através destas informações, Aragão (1992) estimou que, nesse ano, vivam na vila do Funchal cerca de 3 mil habitantes, sendo que destes, a maioria concentrava-se no povoado de Santa Maria do Calhau.

Relativamente ao comércio do açúcar, pode-se afirmar que o ano de 1466 marcou um grande impulso social e económico que se repercutiu em termos urbanos. Foi devido ao açúcar que a ilha da Madeira passou a ser uma rota obrigatória do Atlântico, atraindo comerciantes de vários países europeus que traziam também novos produtos e ideias de trabalho. Para além da referência ao incremento da mão-de-obra escrava em detrimento dos homens de ofício, o ano 1466 data o momento em que o duque D. Fernando, a pedido dos moradores, baixou para $\frac{1}{4}$ o imposto lançado sobre o fabrico do açúcar, subvertendo as estruturas sociais. Com efeito, o século XVI ficou marcado, sem dúvida, tanto por mudanças económicas e sociais, como por mudanças de costumes e comportamentos humanos, provocadas pelo alastramento da produção e comércio do açúcar.

Um ano relativamente simbólico para a história do núcleo de Santa Maria foi o ano de 1470. Sem instalações próprias, foi precisamente em Santa Maria do Calhau que se realizou a primeira reunião da Câmara do Funchal, uma reunião cuja ata permanece até hoje. Foi também nesse ano que a produção açucareira atingiu níveis consideráveis, ao ponto de se ter estabelecido um contrato com uma sociedade de comerciantes portugueses e italianos para a venda do precioso “ouro branco” em Flandres, que depois se expandia para o restante mercado europeu (Guerra, 2010a: 21). E foi um desses mercadores, Martim Anes Boa Viagem, que passou a viver em Santa Maria do Calhau, tendo inclusive dado o seu nome à atual rua da Boa Viagem. Claro que, apesar do

Em termos sociológicos, é importante ressaltar a distinção de qualidade entre os moradores do Funchal, os quais podemos agrupar em dois grupos sociais: os primeiros, pessoas ditas de qualidade (lavradores, senhores de terras, gente privilegiada), suficiente para serem identificados como “homens bons do concelho” e que poderiam exercer a governança; e os segundos, de baixa condição (pessoas que viviam do trabalho laboral, artesãos e homens de ofício), que não possuíam qualidade e, com efeito, não lhes cabia governar. Com o passar dos tempos, estes dois grandes grupos sociais foram se acentuando e demarcando no panorama da sociologia insular.

Esta divergência foi, ainda, acentuada no início do século XVI, quando a cidade do Funchal passou a ser dominada por fidalgos, mercadores e senhores de terras enriquecidos pelo comércio do açúcar. Consequentemente, em oposição ao humilde povoado de artesãos de Santa Maria, ergueu-se um novo núcleo urbano, desenvolvido em torno da Sé Catedral do Funchal¹⁴. Contudo, não se entenda que o primeiro povoado tenha sido destruído ou substituído, mas sim, desprezado. O novo núcleo urbano desenvolveu-se rapidamente para poente, desde a Ribeira de João Gomes até à Ribeira de São João. Depreende-se que a Ribeira de João Gomes terá tido o seu papel como eixo estruturante dos dois primeiros núcleos urbanos da cidade do Funchal, servindo como uma fronteira, separando os dois grupos sociais supramencionados. Para demonstrar esta discrepância entre grupos, pode-se recordar que a partir de 1508¹⁵ ficou expresso que, por confirmação régia, apenas poderiam fazer parte do Regimento dos Oficiais da Câmara pessoas de qualidade ou fidalgos, menosprezando qualquer pessoa de outra condição.

É de notar que a prosperidade que a economia açucareira trouxe também se refletiu na arquitetura e arte da ilha da Madeira e, em particular, da cidade do Funchal. Tais riquezas proporcionaram a construção de grandes moradias e edifícios, muitos deles com traços de “estilo” mudéjar insular. Para caracterizar este estilo, socorro-me de Bettencourt, que o descreve como sendo

De influência ibérica, compreendia edifícios normalmente baixos, “sem arrojadas preocupações volumétricas”, com “janelas geminadas enquadradas de alfiz” e com tetos e coberturas de madeira, decorados “pelo profuso gosto geométrico mudéjar, variado e

¹⁴ Além do primitivo povoado de Santa Maria, que começou a se formar a partir da Igreja de Santa Maria do Calhau, também este novo núcleo urbano partiu igualmente de uma igreja, a Sé Catedral do Funchal. É interessante verificar a influência da religião, no estabelecimento de uma nova área urbana, servindo como um facto urbano polarizador, usual desde os povoados medievais.

¹⁵ Ano em que o Funchal sobe à condição de cidade.

imaginativo”, de que são exemplos, ainda hoje visíveis, a Sé Catedral e o Solar de D.^a Mécia (Bettencourt, 2007: 68).

A proliferação de canaviais e engenhos, a substituição dos cerrados de trigo¹⁶ pelas plantações de açúcar e o desequilíbrio financeiro existente entre a nova classe enriquecida de produtores e mercadores e os artesãos originou grandes fossos de teor económico e, conseqüentemente, social (Aragão, 1987). Como se deve adivinhar, todo este fervilhar de riqueza afastou-se do povoado de Santa Maria, deixando assim as estruturas artesanais do primitivo núcleo urbano sujeitas às novas plataformas socioeconómicas dos mercadores de açúcar.

Em virtude do comércio açucareiro, o primitivo povoado de Santa Maria rapidamente foi ultrapassado. Com o passar do tempo, este povoado foi se expandindo para poente, onde surgiram novos arruamentos, como a rua dos Mercadores, que corresponde em parte à atual rua da Alfândega. Se desta “cidade do açúcar” do século XVI pouco resta, além do formato de alguns quarteirões no atual centro do Funchal, do antigo núcleo urbano de Santa Maria muito menos. Dos séculos XV e XVI, como refere Aragão,

o que hoje por ali permanece, excluindo uma modesta porta com lintel de recorte manuelino, na rua dos Barreiros, e a Capela do Corpo Santo¹⁷ (séculos XV e XVI adulterados), são alçados de construções tardias erguidas nos séculos XVII, XVIII e XIX, muitas delas em ruínas ou bastante degradadas e outras inqualificáveis edificações levantadas em anos recentes (Aragão. 1987: 29).

Todas as novas edificações surgiram a poente da Ribeira de São João, tendo como elemento polarizador a Sé Catedral do Funchal, formando um novo núcleo urbano, recorrentemente intitulado de “cidade dos mercadores”. Relativamente aos espaços públicos, o lugar de convívio social era, por excelência, o Terreiro da Sé, espaço eleito para os divertimentos públicos, realização de procissões e atos públicos de trabalho, como a cirandagem de cereais (Aragão, 1992).

¹⁶ As plantações de trigo eram a grande forma de subsistência para as pessoas de ofício. A título de exemplo, a 10 de agosto de 1470, numa reunião do Senado do Funchal, proibiu-se a exportação de pão (trigo) por este escassear na Madeira. Tanto que, em 1479, produzia-se cada vez mais açúcar na ilha, apesar de não haver pão para mais de 4 meses (Aragão, 1987: 37-38).

¹⁷ Igreja que partilha o mesmo nome que o largo em que está inserida, Largo do Corpo Santo. A primeira referência histórica ao Corpo Santo data da segunda metade do século XV, conhecida inicialmente por Cabo do Calhau, situando o ponto mais oriental do primitivo povoado de Santa Maria do Calhau.

Em relação à nova área desassociada do aglomerado urbano de Santa Maria, pode-se nela distinguir mais duas áreas: a primeira, situada entre a Ribeira de João Gomes e de Santa Luzia, onde, em 1469, surgiu a rua dos Mercadores¹⁸, partilhando um nome que sustenta a sua toponímia e espelhando o carácter mercantil desta nova área urbana; e a segunda, constituindo o centro da atual cidade do Funchal, que surgiu no Campo do Duque¹⁹, onde se ergueram a Sé Catedral, a Nova Alfândega²⁰, a Casa da Câmara e a Casa da Misericórdia.

Em 1485 a economia açucareira já tinha atingido o seu cume e permanecia estagnada. Nesse mesmo ano, lançou-se uma imposição sobre o vinho, evidenciando a importância que a produção vinícola começava a atingir. Será curioso apontar que esta imposição seria dedicada, a partir de 1486, ao “enobrecimento” da futura cidade (Aragão, 1987: 63).

Nos dois séculos seguintes, a economia açucareira foi gradualmente desaparecendo, sendo mesmo substituída pela vinícola. Simultaneamente, também os canaviais foram substituídos pelos vinhedos. Com a riqueza do vinho chegou o Barroco, “uma arte de interior”, que se expandiu no interior das igrejas e capelas, sobretudo a nível insular. Em termos exteriores, o Barroco é recordado principalmente nas fachadas com cantarias lavradas das moradias dos proprietários das vinhas (Aragão, 1992). Como defende Bettencourt, ainda restam alguns desses edifícios, ainda que adulterados, na rua das Mercês, da Carreira, da Conceição, da Alfândega, dos Netos, das Pretas, do Bispo e dos Ferreiros (Bettencourt, 2007: 87). Ora se apurarmos a localização de todas estas ruas, poder-se-á confirmar que todas se encontram nas áreas urbanas anteriormente identificadas, desassociadas do primitivo núcleo de Santa Maria do Calhau. Com isto verificamos que, apesar de toda a riqueza acumulada pelos comércios do açúcar e do vinho, o povoado de Santa Maria sempre esteve afastado desta abundância de capital.

¹⁸Como refere António Aragão, será importante lembrar que nesta rua não vivam apenas prósperos comerciantes ou pessoas enriquecidas pelo comércio do açúcar. Desde o seu estabelecimento, as altas e baixas sociais viviam lado a lado, atingindo culminâncias exageradas (Aragão, 1987: 60). Há ainda a referência de que, pelo ano de 1469, esta rua albergava entre 600 e 700 mercadores relacionados com o tráfico açucareiro. Nela funcionavam entre 15 a 20 lojas (Guerra, 2010b: 134).

¹⁹ Em 1485, o duque D. Manuel, como governador da Ordem de Cristo, concedeu o seu chão (Campo do Duque), para nele se erguer uma igreja, uma praça e uma casa do concelho. D. Manuel ordenou que todas as casas fossem avaliadas pelo seu justo valor para que posteriormente fossem derrubadas para facilitar as obras já referidas, sendo esta a primeira expropriação realizada no Funchal.

²⁰ Ainda em 1477, a infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, instituiu as duas alfândegas insulares, uma no Funchal e outra em Machico. Já entre 1508 e 1514, após a sacração das paredes da futura Sé do Funchal, esta ordenou ainda a construção de um novo edifício para alfândega, que passou a ser chamada de *Nova Alfândega* (ver em Carita, 2013, pág. 23).

Da mesma forma que a economia açucareira foi enfraquecendo ao longo dos séculos XVII e XVIII, o mesmo destino teve a economia vinícola no século seguinte, ainda que por outras razões. No século XIX, a Madeira e, em particular o Funchal, sempre esteve dentro de um clima de instabilidade e conflitualidade devido à ocupação inglesa e à implantação do liberalismo. Relativamente à aliança entre Portugal e Inglaterra, durante as guerras napoleónicas, o exército inglês ocupou a ilha duas vezes: a primeira entre 1801 e 1802 por um destacamento liderado pelo Coronel Clinton; e a segunda já entre 1807 e 1814, onde chegaram ao Funchal “dois regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia” sob o comando do Major-General William Carr Beresford (Carita, 1982: 32). Posteriormente, em 1827, as guerras entre liberais e miguelistas conduziram a outra crise económica, levando os comerciantes ingleses, principais exportadores de vinho e importadores de cereais, a abandonar a ilha.

Já no século XX, Portugal viveu períodos de enorme agitação política que agravaram a crise social e económica em que o Funchal se encontrava. Em 1932, António de Oliveira Salazar foi nomeado Primeiro-ministro, e com a promulgação da Constituição de 1933 foi instituído o Estado Novo, que se consolidou entre 1934 e 1940. Ainda a Guerra Colonial Portuguesa, que começava a gerar grandes preocupações, teve o seu fim com a Revolução de 24 de abril de 1974. Com efeito, Portugal perdeu o seu mercado colonial, pelo que, a 12 de junho de 1985, assinou o tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)²¹. Por fim, em 1992, foi assinado o acordo de Maastricht. A verdade é que, relativamente à Madeira, todos estes acontecimentos foram acompanhados com a agravante do isolamento geográfico.

Outro fator que ainda antes agravou a instabilidade política que se vivia na Ilha da Madeira, prende-se com a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra Mundial. Como refere Rui Nepomuceno, para além da diminuição do tráfego do porto do Funchal durante esse período, que provocou uma crise de subsistência, o Funchal foi, ainda, bombardeado em 1916 e 1917, o que causou várias mortes e prejuízos materiais na cidade (Nepomuceno, 2006a). Depois, a 4 de abril de 1931, os habitantes da Madeira revoltaram-se contra Salazar e o seu governo corporativo, o que originou, da parte do regime fascista, uma ofensiva militar que resultou em vários bombardeamentos e tiroteios na ilha (Nepomuceno, 2006b). Depois desta revolta, a Madeira passou a ser das

²¹ Devido à perda do mercado colonial, Portugal aproxima-se do mercado europeu, solicitando a sua adesão à CEE em 1977. O pedido é concretizado na década seguinte, em 1986, simultaneamente com a Espanha.

regiões mais fustigadas durante a ditadura do Estado Novo, penalizada principalmente nos impostos. Consequentemente, muitas pessoas emigraram entre 1950 e 1970.

3.2. Território, demografia e habitação.

3.2.1. Caracterização territorial.

Composta por duas ilhas habitadas e duas não habitadas, a Região Autónoma da Madeira (RAM) divide-se por onze concelhos e tem uma área total de 782,2 Km², da qual 73,1 Km² corresponde à área do concelho do Funchal. Este concelho encontra-se, por sua vez, subdividido em dez freguesias, das quais se destaca, naturalmente, a freguesia de Santa Maria Maior, onde se encontra o núcleo histórico de Santa Maria, sobre o qual incide o estudo em questão.

Sobre o núcleo histórico de Santa Maria, é de esclarecer que foi classificado como “Zona Velha” desde a década de 1980, por via do Decreto Legislativo Regional n.º 21/86/M de 02/10/1986, decreto de também delimitava a área em questão. Em 1987, o município do Funchal criou para esta área uma “Área Crítica de Recuperação e Renovação Urbana” (ACRRU), definida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/87/M, de 8 de agosto, designando-a de “Zona Velha da Cidade”.

Posteriormente, em 1997, o PDM estabeleceu para o seu núcleo histórico a seguinte classe de espaço: zona predominantemente habitacional. Em 2002 foi renomeado de “Núcleo Histórico de Santa Maria”. Mais recente, encontra-se por aprovar um projeto da CMF designado *Cidade Convida, Projeto de delimitação. Área de reabilitação urbana / ARU*, de 2014, cujos limites incluem os núcleos históricos da Sé, São Pedro e Santa Maria Maior (CMF, 2014b).

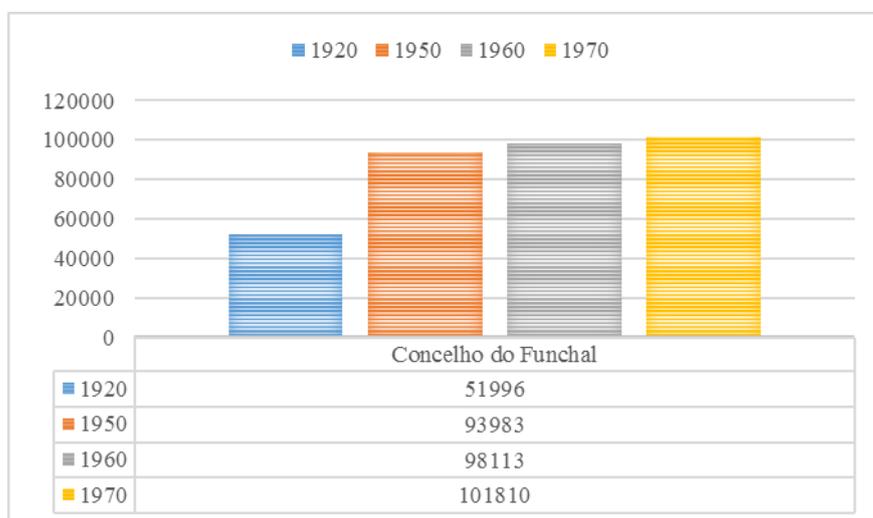
3.2.2. Caracterização demográfica.

O município do Funchal, segundo o Censos 2011, tem 111.892 habitantes, o que representa aproximadamente 40% da população total da RAM. Apresenta uma densidade populacional de 1469,6 habitantes por km², muito acima da média regional (334,3) e nacional (114,5). Ainda em termos da densidade populacional, as freguesias

de São Pedro, Imaculado Coração de Maria e Santa Luzia são as mais povoadas do concelho do Funchal.

Em relação à evolução demográfica da cidade do Funchal no séc. XX, parece ter sido pouco influenciada pela emigração madeirense do mesmo século. Resta-nos interrogar sobre o caso concreto do núcleo histórico de Santa Maria, tanto em termos demográficos. Infelizmente, a informação é pouca ou nenhuma, sendo que as únicas referências encontradas dizem respeito ao registo demográfico da freguesia de Santa Maria Maior (4.157 residentes) em 1861 (Guerra, 2010b) e aos pedidos de passaporte entre 1886-1900, dos quais 7 dos 110 requerentes eram naturais de Santa Maria Maior (Cosme, 2007: 50-58).

Gráfico 1. Evolução demográfica do Funchal (1920-1970).



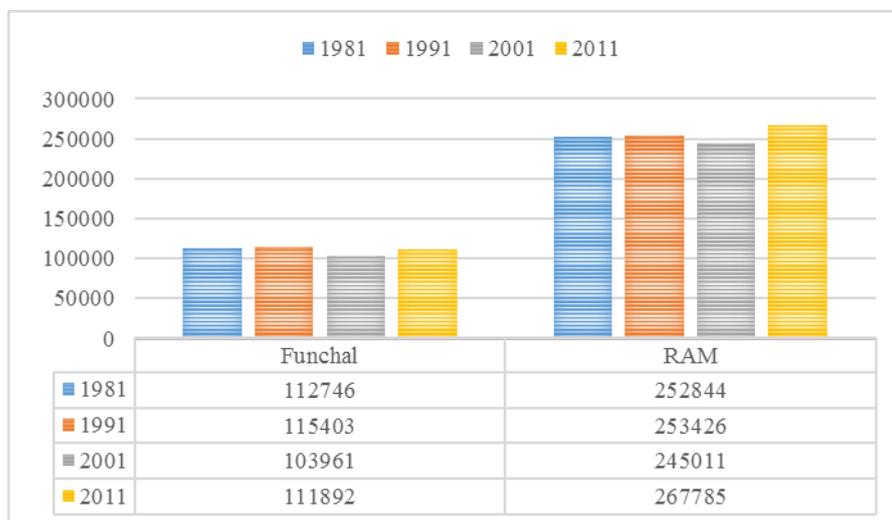
Fonte: Guerra, Jorge Valdemar (2010b) *Funchal: breve cronologia 1419 – 1976*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura /DRAC.

Contudo, é possível, ainda, analisar a evolução demográfica da freguesia de Santa Maria Maior com recurso ao Instituto Nacional de Estatística (INE), mais concretamente com base no Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981 e nos Recenseamentos da População e Habitação: Censos 1991, 2001 e 2011.

Com recurso ao Gráfico 2, é possível, desde logo, observar que, em termos de população residente, o concelho do Funchal quando comparado à RAM abrange cerca de 40% dos residentes do arquipélago, embora a tendência seja diminuir nos próximos momentos censitários. Em ambos os casos, verificou-se uma estagnação da população entre 1981 e 1991, seguida de uma perda em cerca de 3,3% até 2001. Ainda assim, esta

tendência inverteu-se entre 2001 e 2011, onde ocorreu uma recuperação populacional, tanto no concelho do Funchal (7,6%) como na RAM (9,3%).

Gráfico 2. Evolução da população residente na RAM e Funchal (1981-2011).



Fonte: INE, Recenseamento Geral da população 1981. Censos 1991, 2001 e 2011.

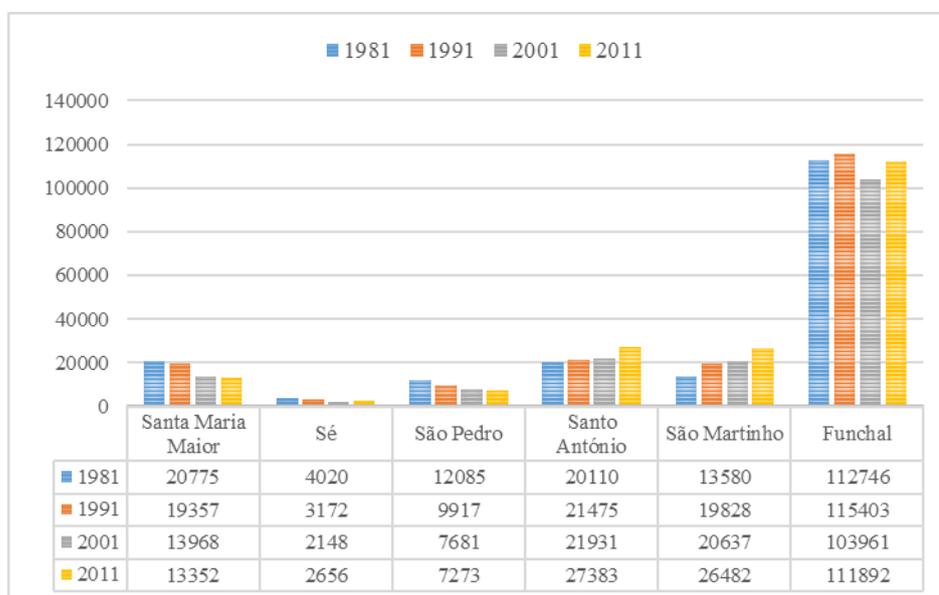
No caso concreto da freguesia de Santa Maria Maior, pode-se observar que esta, tal como as outras duas freguesias mais antigas do Funchal, demonstrou sempre uma tendência negativa entre 1981 e 2011, em termos de população residente. Quando comparada com as restantes, Santa Maria Maior demonstrou uma perda de 6.807 habitantes entre 1981 e 2001, uma quebra mais acentuada do a Sé e São Pedro, 1.872 e 4.404 respetivamente. Já entre 2001 e 2011, esta tendência acabou por estagnar, tanto no caso da freguesia de Santa Maria Maior como nas outras. É de referir que estes resultados, de certa forma, não são surpreendentes, visto estarmos a abordar as 3 freguesias mais antigas da cidade do Funchal. Ainda RAM da Madeira, os resultados suscitam algumas conclusões interessantes. Tais como as freguesias referidas, também estes apresentaram tendências negativas entre 1981 e 2001. Contudo, o mesmo não se sucedeu entre 2001 e 2011, onde os residentes aumentaram.

Como aponta Pedro Costa para o caso de Santa Maria Maior, apesar dos esforços da CMF para fixar a população no centro através da recuperação de várias residências e da construção de habitação social na zona zelha da cidade, a população continuou a decrescer, embora entre 2001 e 2011 essa redução tenha sido menor (Costa, 2013: 45). Miguel Albuquerque, ex-presidente da Câmara Municipal do Funchal, em declarações ao *DN* do Funchal de 15 de fevereiro de 2012, chegou a referir que um dos

grandes impedimentos à renovação dos centros históricos foi o congelamento das rendas, que conduziu à aceleração da degradação da função habitacional, apesar de atualmente se verificar a inversão dessa tendência.

Vejam os concelhos do Funchal, que, entre 1991 e 2001, perdeu 11.442 habitantes, recuperando posteriormente 7.931 em 2011. Cruzando estes registos pode-se obter duas conclusões: a) apesar do concelho do Funchal se ter expandido demograficamente na segunda década analisada, continua a não registar tantos residentes como em 1991; b) ao contrário do registo positivo do concelho do Funchal entre 2001 e 2011, o mesmo não sucedeu às freguesias históricas. Quer isto dizer que, de todas as freguesias do concelho do Funchal, as mais antigas, com os seus núcleos históricos associados, não parecem ter sido, de todo, as mais apelativas ao estabelecimento de residentes. Claro que, além das freguesias de São Martinho e Santo António, que aumentaram a sua população continuamente desde 1991, todas as outras registaram tendências contrárias, se bem que não tão acentuadas como as freguesias históricas.

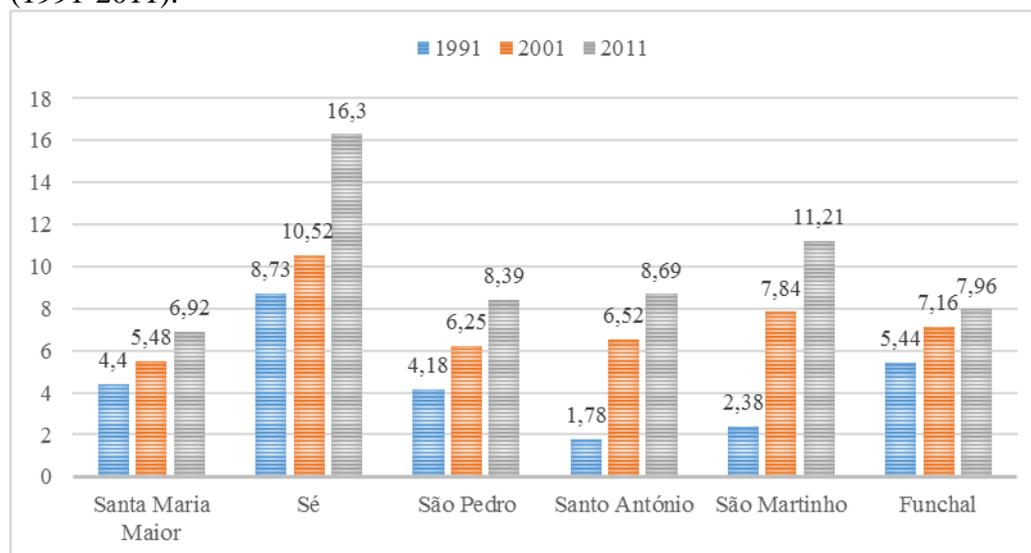
Gráfico 3. População residente por local de residência (1991-2011).



Fonte: INE, Recenseamento Geral da população 1981. Censos 1991, 2001 e 2011.

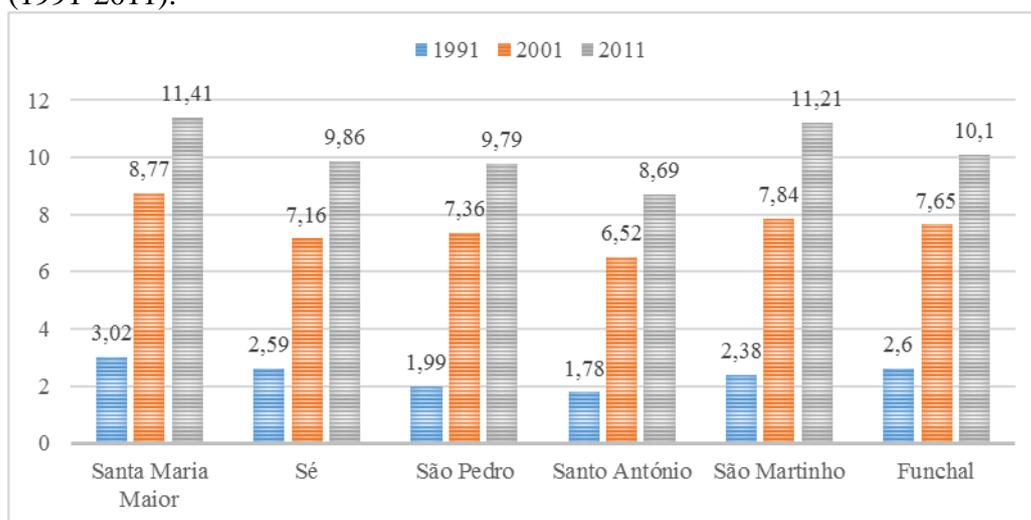
Relativamente à proporção de residentes que cinco anos antes vivia fora do município (Gráfico 4) e à proporção de residentes que estuda ou trabalha fora do município (Gráfico 5), verificam-se os mesmos resultados e tendências, tanto para a Madeira e, particularmente, para o concelho do Funchal, como para as freguesias que o compõem. Todavia, na proporção de residentes que cinco anos antes vivia fora do município, o aumento de residentes foi mais acentuado nas freguesias mais antigas que nas restantes. Ao cruzar esta informação com os dados do Gráfico 4, outra possibilidade apresenta-se. Apesar de as freguesias históricas do Funchal terem perdido mais residentes que as restantes, onde inclusive as de Santo António e São Martinho ganharam população, o mesmo não aconteceu à proporção de residentes que cinco anos antes vivam fora do município. Quer isto dizer que, entre 1991 e 2011, enquanto as freguesias históricas - São Pedro, Sé e Santa Maria Maior – e as restantes foram perdendo residentes para as que registaram tendências contrárias, as pessoas que vivam fora do município foram se estabelecendo de forma homogénea por todas as freguesias, apesar de a Sé apresentar valores elevados (16,30%), quando comparada com Santo António (8,69%), a freguesia mais povoada em 2011 (21.475 residentes).

Gráfico 4. Proporção (%) de residentes que 5 anos antes viviam fora do município (1991-2011).



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

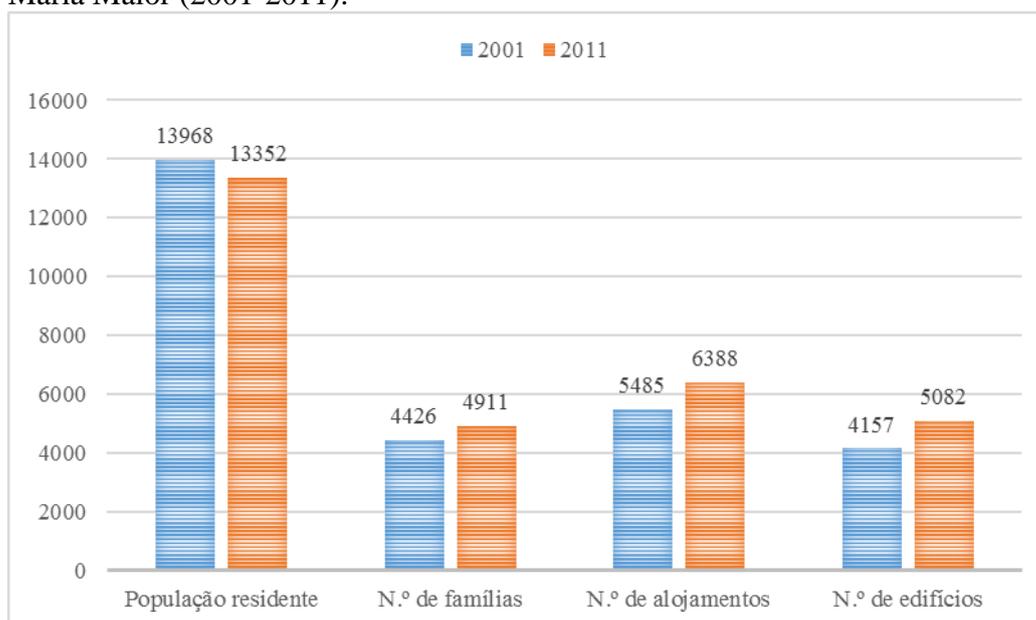
Gráfico 5. Proporção (%) de residentes que trabalha ou estuda fora do município (1991-2011).



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Outro fator a ter em conta para a freguesia de Santa Maria Maior é a variação entre a população residente e o número de famílias, alojamentos e edifícios. Apesar da freguesia ter registado perdas significativas ao nível da população residente entre 2001 e 2011 (-4,4%), o número de famílias apresentou valores inversos, com um aumento aproximado de 11%. E, tal como número de famílias, também os números de edifícios e alojamentos entre 2001 e 2011 aumentaram, evidenciando valores de 22,3% e 16,5%, respetivamente.

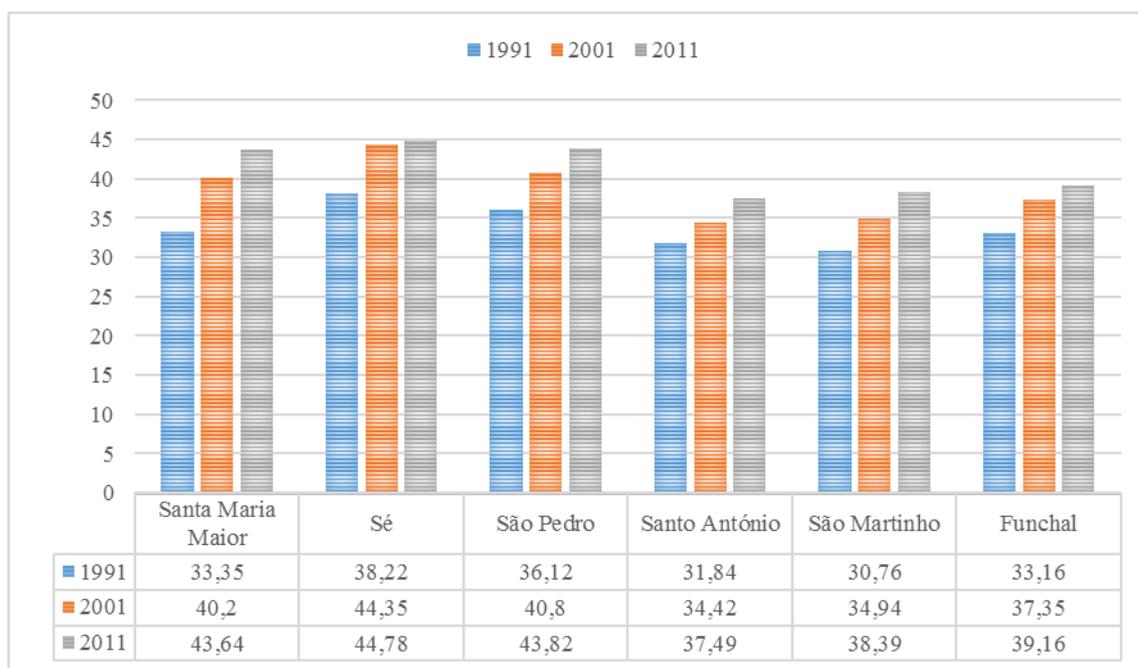
Gráfico 6. População residente e n.º de famílias, alojamentos e edifícios em Santa Maria Maior (2001-2011).



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Por fim, é importante analisar a idade média da população residente por freguesia. Como seria de esperar, Santa Maria Maior, Sé e São Pedro, representam as freguesias com a média mais elevada em 2011, 43,64, 44,78 e 43,82, respetivamente, quando comparadas com o concelho do Funchal e mesmo com a Madeira. A verdade é que a idade média da população tem aumentado em todos os casos, mas a velocidades diferentes. A população do Funchal, por exemplo, no espaço temporal analisado, em média, envelheceu seis anos. Já Santa Maria Maior, entre 1991 e 2001, envelheceu aproximadamente sete anos, e três de 2001 a 2011. Neste sentido, pareceu acompanhar o ritmo do município dos últimos dez anos, o que não a impede de ser a 3.^a freguesia mais velha do Funchal, apenas atrás da Sé e São Pedro.

Gráfico 7. Idade média da população residente (1991-2011).



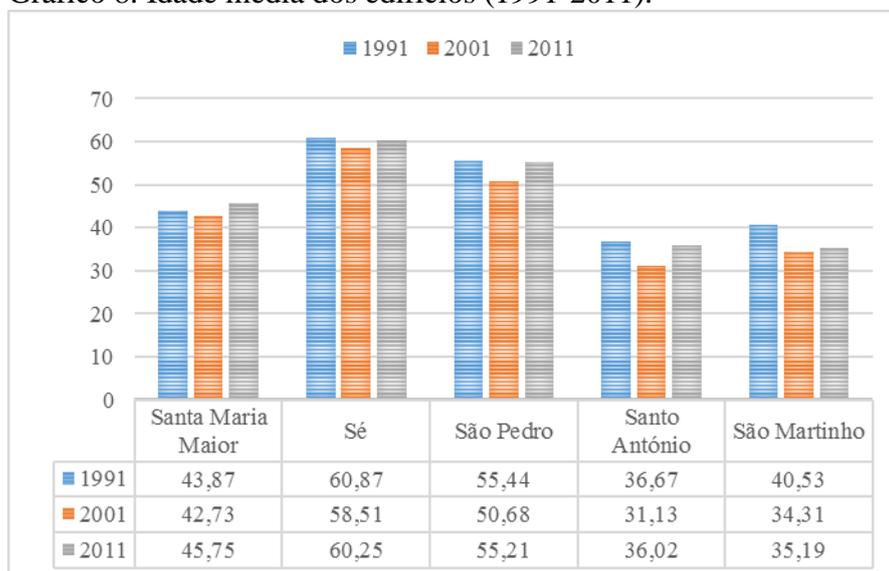
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

3.2.3. Condições de habitabilidade.

Observando a idade média dos edifícios, o que se pode observar é que os edifícios mais antigos se situam exatamente nas freguesias mais centrais e antigas do concelho, Santa Maria Maior, Sé e São Pedro. Contudo, o que os valores indicam é que, entre 1991 e 2001, todas as freguesias diminuíram os seus valores, o que revela um grande aumento na construção de edifícios, que posteriormente será verificado.

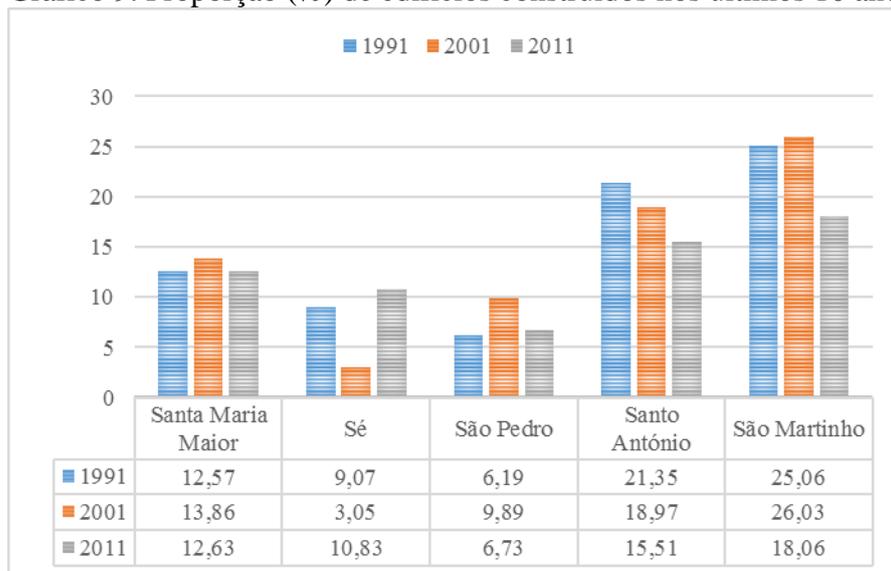
Relativamente à percentagem de edifícios construídos nos últimos 10, o que se verifica é uma ligeira diminuição desde 1991 nas freguesias de Santo António e São Martinho. Mesmo assim, estas freguesias apresentaram valores muito acima das freguesias históricas, o que coincide com a evolução demográfica, onde estas representam as freguesias mais povoadas do concelho do Funchal. Apesar da freguesia da Sé ter diminuído na percentagem de construções entre 1991 e 2001, esse valor inverteu-se nos dez anos seguintes, revelando valores de 10,83%. Em sentido inverso foi a freguesia de São Pedro, aumentando a percentagem (9,89%), de 1991 a 2001, mas devolvendo-a aos 6,73% em 2011. É de sublinhar a prestação semelhante da freguesia de Santa Maria Maior, se bem que por valores mais equilibrados.

Gráfico 8. Idade média dos edifícios (1991-2011).



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Gráfico 9. Proporção (%) de edifícios construídos nos últimos 10 anos (1991-2011).

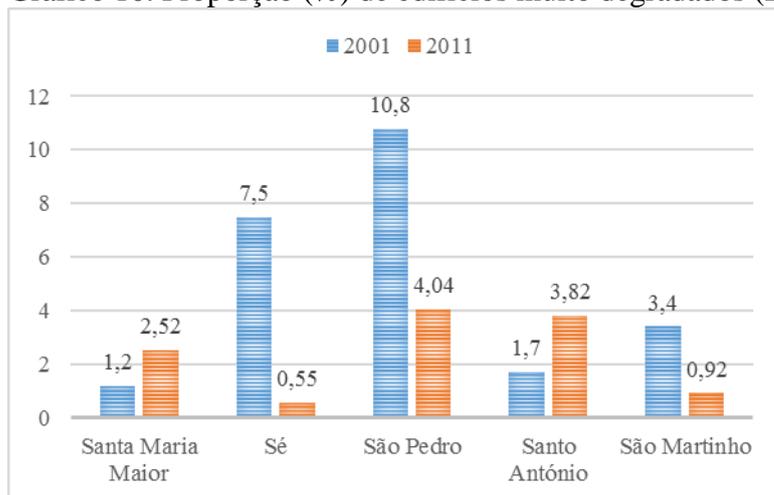


Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

No que diz respeito à proporção de edifícios muito degradados (Gráfico 10), salienta-se uma grande diminuição nas freguesias de São Pedro, São Martinho e especialmente na freguesia da Sé, que desceu dos 7,5% em 2001 para 0,55% em 2011. Em sentido inverso registaram as freguesias de Santo António e Santa Maria Maior, a aumentarem os valores para mais que o dobro entre 2001 para 2011, com destaque, ainda assim, para os valores relativamente baixos de Santa Maria Maior.

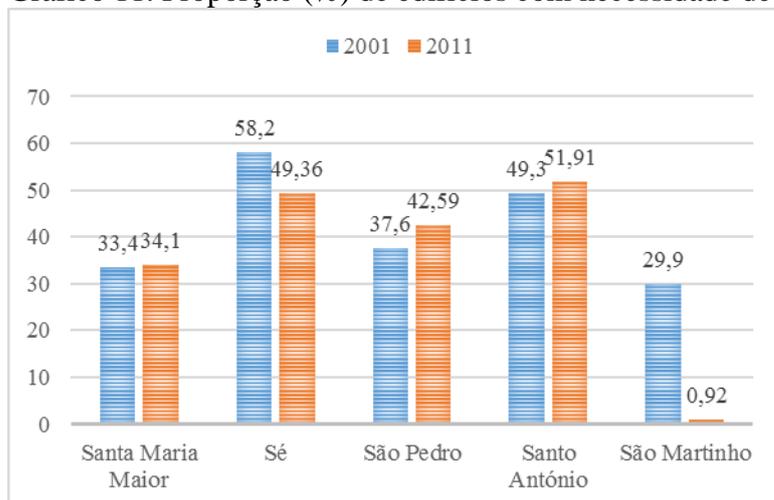
Contudo, a proporção de edifícios com necessidade de reparação (Gráfico 11) em todas as freguesias, excluindo São Martinho, mantêm-se elevadas desde 2001. Apesar de a freguesia da Sé ter diminuído a sua percentagem, mesmo assim apresenta valores elevados: 49,36 % de edifícios com necessidade de reparação. Ao contrário do que se poderia imaginar, São Pedro aumentou os seus valores na última década censitária (de 37,6% em 2001 para 42,59% em 2011). Finalmente as freguesias de Santa Maria Maior e Santo António, nas quais a proporção de edifícios com necessidade de reparação aumentaram.

Gráfico 10. Proporção (%) de edifícios muito degradados (2001-2011).



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

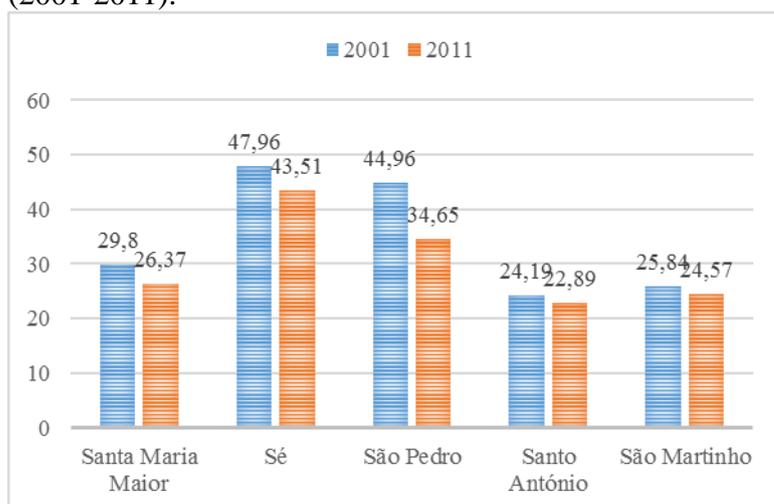
Gráfico 11. Proporção (%) de edifícios com necessidade de reparação (2001-2011).



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

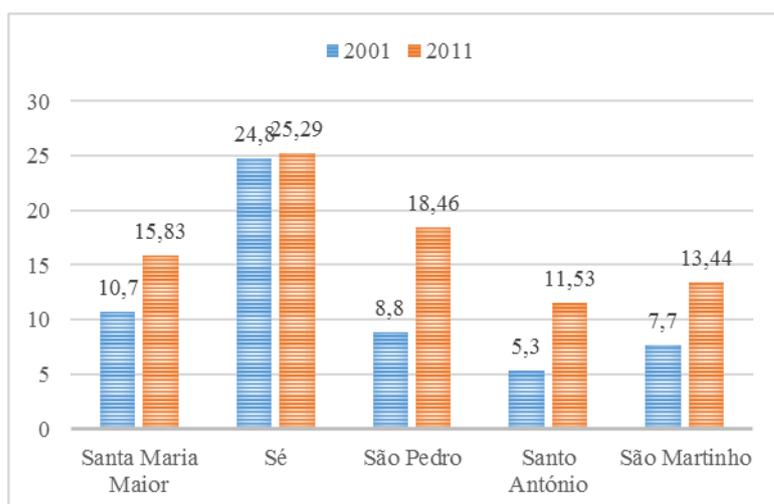
Por último, a relação entre a proporção de alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados (Gráfico 12) e a de alojamentos clássicos vagos (Gráfico 13). Entre 2001 e 2011, enquanto todas as freguesias diminuíram os seus valores, que se traduz numa menor percentagem de alojamentos alugados, os alojamentos clássicos vagos, em paralelo, aumentaram, se bem que de forma mais controlada na freguesia da Sé.

Gráfico 12. Proporção (%) de alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados (2001-2011).



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Gráfico 13. Proporção (%) de alojamentos clássicos vagos (2001-2011).



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

3.3. A arquitetura do núcleo histórico.

De acordo com o *Roteiro Histórico Turístico da cidade do Funchal*, as primeiras habitações na ilha, inclusive na zona de Santa Maria do Calhau, foram construídas em madeira, material de abundância e excelência. Só nos finais do séc. XV, depois das igrejas passarem a serem compostas por pedra, é que houve disponibilidade para o mesmo tratamento às habitações. Segundo os registos, a primeira casa feita em

pedra pertenceu a Constança Rodrigues, neta de Gonçalves Zarco, entre os anos de 1470-80 (CMF, 2004: 22).

Apesar da grande diversidade de ocupação social, o núcleo histórico de Santa Maria demonstra uma certa homogeneidade em relação aos processos construtivos, ao contrário de outras áreas da cidade que sofreram as pressões da renovação do tecido urbano e se descaracterizaram durante os últimos dois séculos. Verifica-se esta situação devido às condições socioeconómicas da população que lá reside desde os meados do séc. XIX. Como é apontado no *Roteiro Histórico Turístico da cidade do Funchal*,

Muitas são simples habitações populares, restritas quase a uma divisão chã, térrea, com porta e janela emoldurada a grossa cantaria insular. As alvenarias são pintadas de cores claras, por vezes rematadas com friso relevado dentro dos mesmos tons e o conjunto é ainda rematado com um falso soco, relevado e pintado por vezes a vermelho, cor que se estende às cantarias. No entanto, a malha urbana é também entremeada de construções com outra qualidade, de dois ou três pisos, demarcadas lateralmente por cunhais de cantaria e com os pisos marcados por friso de cantaria relevado. Os pisos superiores possuem janelas e varandas de lintel com balanço, rematadas com varandas gradeadas de ferro. Estas construções possuem o piso térreo destinado a arrecadações, algumas vezes com óculos para arejamento. O piso superior assenta em largas arcarias de cantaria mole, geralmente de arco abatido, que nascem quase diretamente do solo, praticamente sem impostas (*Ibidem*: 24).

Em termos de cantarias, as utilizadas nas construções mais antigas eram pintadas de quase negro ao vermelho, por serem de origem vulcânica (*tufo de lapilli*) e mais propícias à deterioração. Já em meados do séc. XVIII, as cantarias cinzentas (*traquiandesito* basáltico) foram se vulgarizando, por serem mais resistentes e dispensarem pintura. Também na mesma altura a cantaria do Porto Santo (*traquito*) começava a ser aproveitada pois era mais maleável que a cinzenta e mais resistente que a cantaria mole. Finalmente, no séc. XX, o gosto pela cantaria à vista começou a se generalizar, tendo estas sido picadas. Quanto à cobertura das casas, estas foram

Quase todas alteradas entre os finais do século XVIII e os inícios do XIX, sendo feitas com aspas de madeira, cobertas a telha romana, moldada de meia cana, as mais antigas e, progressivamente, a telha *marselha* e telha *lusa*. O telhado é geralmente de quatro águas, com o ponto do telhado relativamente pouco elevado, como é tradicional nas zonas mediterrâneas de poucas chuvas. Apresentam um beirado muito característico, assente numa cornija constituída igualmente por telha invertida. Esta característica cria um interessante e tradicional remate superior nestas casas. Aparece simples sobre as paredes sem aberturas; duplo, quando as fachadas possuem portas ou janelas simples; e triplo, por

causa da chuva, se apresenta janelas com varanda e balanço sobre a fachada. Algumas construções dos séculos XVII e XVIII apresentam cornijas de cantaria e, mais tarde, de alvenaria pintada. Algumas construções de menos aparato apresentam estes elementos em madeira pintada, o mesmo se passando em relação às molduras das janelas de alguns primeiros pisos (*Ibidem*: 24-25).

Por sua vez, a natureza dos remates de telhado parece suscitar um debate interessante. Os remates de telhado madeirense podem tanto ser um produto do ancestral culto fálico, de raízes pré-cristãs na Península, como sobrevivências do culto do Espírito Santo, também com raízes pré-cristãs. Em ambos os casos, os remates de telhado do séc. XVIII ao XIX parecem tratar-se de elementos zeladores da família ao nível da saúde, bem-estar, alegria e fertilidade. Com o auxílio do ditado “*quem casa, quer casa*”, não é de estranhar a colocação de “*pombos*” e “*cabeças de meninos*” nos remates dos telhados das casas como forma de desejar felicidade ao casal e à possível descendência, respetivamente²².

O Forte de São Tiago é, por excelência, uma das grandes referências arquitetónicas do bairro de Santa Maria. À margem da construção dos muros da cidade, iniciou-se a construção da fortaleza, que fechava a cidade do Funchal a nascente. É importante realçar que o traçado do Forte de São Tiago é da autoria de Jerónimo Jorge, fortificador e mestre das Obras Reais, que substituiu Mateus Fernandes em 1595²³. Iniciada a 1614, segundo a data que ainda ostenta no seu portão, acabaria por ser finalizada em 1637. Posteriormente, o forte de São Tiago foi ainda alvo de algumas modificações. Em meados do séc. XVIII a porta inicial foi ampliada, além da construção de um baluarte a nascente do edifício. Já no séc. XIX, quando foi ocupado pelas tropas britânicas, foi alvo de outras modificações, como as instalações do comandante e da guarda. Em 1901, foi decorado para receber o primeiro e último rei de Portugal a visitar a ilha da Madeira, D. Carlos I. Até 1992, desempenhava o papel de instalações militares da Polícia do Exército e do Esquadrão de Lanceiros do Funchal, sendo depois cedido ao Governo Regional da Madeira. Veio depois acolher um

²² Alguns casos podem revelar uma certa influência orientalista, em vigor no gosto da “*chinoiserie*” dos séculos XVIII/XIX e que marcaram os telhados portugueses, ou uma influência que poderá ser indiana, mais antiga e relacionada com os chamados “telhados de tesouro”. Contudo, a franca curvatura final, arbitrária, das águas dos telhados é inevitavelmente de influência chinesa, manifestada através de figuras de dragões no prolongamento dos remates de telhado (CMF, 2004: 27).

²³ Apesar de o mesmo ter regressado ao continente, voltou à Madeira em 1602, juntamente com os filhos Bartolomeu João e João Falcato, para iniciar a construção da fortaleza de São João do Pico. A 26 de Dezembro de 1618 acabou por falecer, sendo substituído pelo seu filho Bartolomeu João, que prosseguiu as obras.

programa cultural diversificado, servindo como museu militar e como Museu de Arte Contemporânea²⁴.

Figura 2. Forte de São Tiago.



Fonte: foto do autor, 2015.

A Capela do Corpo Santo, outra grande referência religiosa e arquitetónica, foi construída pelos residentes nos finais do séc. XV no largo do Corpo Santo, local que marcava o fim do aglomerado urbano e da praia do Funchal, normalmente designado como “cabo do calhau”. Constituída inicialmente por calhau rolado, dela ainda resta o portal gótico, assente em bases simples oitavadas, elegante e sem capitéis. A porta entalhada com painéis decorados com pergaminhos deve datar dos finais do séc. XVI ou inícios do séc. XVII, sendo um dos melhores exemplares na região. Nos séculos seguintes, a estrutura gótica foi mantida, “apresentado o portal enquadrado numa alta empena triangular, igualmente de gosto gótico, colocado sobre a empena da fachada do lado do mar “(CMF, 2004: 45).

Noutro sentido, há que fazer alusão a algumas características arquitetónicas à rua de Santa Maria, formada ao longo da praia do Funchal. Este troço ligava os dois primeiros locais de povoamento: o núcleo senhorial de residência do capitão João Gonçalves Zarco, nos arrifes de Santa Catarina, perto da Ribeira de São João; ao núcleo de Santa Maria do Calhau, para além da Ribeira de João Gomes. Nela misturam-se

²⁴ Ainda que o Museu de Arte Contemporânea tenha sido criado e instalado na Fortaleza de São Tiago desde 1992, em outubro de 2015 a coleção de arte contemporânea foi transferida para o centro das artes Casa das Mudas. Após esta transição, o nome da instituição foi alterado para *Mudas. Museu de Arte Contemporânea*.

construções tradicionais entremeadas com outras em maior escala, com varandas de ferro fundido, produto de um apogeu insular de comerciantes dos inícios do séc. XX.

Pode-se ainda observar outros prédios solarengos dos séculos XVII e XVIII, com alguns elementos típicos dos séculos XVI e XVII, como as portas com cantaria boleada, fechadas superiormente por pesados lintéis com chave. Uma das mais interessantes nesta rua é o prédio solarengo debruçado sobre o Ribeiro Seco. Com uma escala típica do séc. XVII, ainda apresenta delicados óculos polilobados sobre o ribeiro e um andar nobre marcado com janelas de cantaria e lintel avançado, decorado com filete saliente. Continua a manter uma pequena torre sobre a fachada virada para o ribeiro, além das suas janelas de guilhotina (CMF, 2004).

No início do séc. XX, a rua de Santa Maria era dotada de duas escolas - uma feminina e uma masculina - que correspondem aos números de porta 149/151a e 143/147a. Em 1937, o edifício foi alugado à CMF pelo comerciante José Miguel Gomes, que por sua vez inaugurou a “Escola Central do Sexo Masculino e Feminino”. Além de ter sido a escola primária da rua de Santa Maria, foi também ocupado com o intuito de armazéns e habitações, mantendo, porém, as suas características de construção. Atualmente acolhe um empreendimento hoteleiro, designado “Hostel Santa Maria”, inaugurado a 23 de maio de 2014, segundo o *DN* do Funchal. De acordo com o jornal, este representa um “novo conceito de alojamento turístico, muito em moda nas zonas históricas das cidades” (Oliveira, 2014: 18). Como apontam os promotores, “o Hostel recupera características da construção típica madeirense com os telhados vigados e tetos em caixote, mantém os amplos pés-direitos, bem como parte da azulejaria original e os pisos de madeira” (*Ibidem*). Ainda hoje se pode observar na fachada principal do edifício as designações das antigas escolas, uma reminiscência às mesmas.

Figura 3. ‘Hostel Santa Maria’.



Fonte: foto do autor, 2015.

Nesta rua viveram também, em habitações senhoriais tradicionais, as principais famílias de proprietários, mais concretamente nos n.ºs 253/255 (local onde, atualmente, se encontram os Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira) e 261. As restantes casas são construções posteriores, ou destinadas aos descendentes, ou contemporâneas, reservadas à população mais humilde e remediada. O *Roteiro Histórico Turístico da cidade do Funchal* chega a descrever estas duas casas, referindo que a casa n.º 261

É uma quase quinta, construída nos séculos XVIII/XIX, com acesso por portal ao pátio interior ajardinado e calcetado a pedra miúda do calhau que, por sua vez, dá acesso à residência e andar nobre por alpendre. Ainda são reconhecíveis no jardim algumas árvores de porte e qualidade, como acácias e jacarandás. As janelas sobre o pátio interior, mais intimistas, possuem os tradicionais tapa-sóis fasquiados, com a parte central amovível, as “*bilhardeiras*”, para se poder ver o que se passava fora, sem ofender a intimidade interior. As janelas de varanda sobre a rua eram dotadas de persianas igualmente em fasquiado de madeira, recolhíveis em bandeira superior. O solar mais abaixo (n.º 253/255) deve ser anterior e datar dos séculos XVII e XVIII. Constituiu-se no século XIX pela junção de dois edifícios anteriores, sendo o de nascente mais antigo. A qualidade geral da construção ainda se encontra patente nas janelas, de guilhotina tripla, dos poucos exemplares que restam na cidade. Possuía igualmente uma grande área de jardim, horta e serviços, que ia da rua de Santa Maria até à rua de cima (CMF, 2004: 29).

Por último, vale ainda referir dois pormenores patentes em alguns imóveis do núcleo histórico de Santa Maria. Um deles prende-se com a presença de azulejos isolados em três imóveis (rua de Santa Maria n.º 39 e n.º 126, Travessa do Pimenta n.º

6), com o seu competente número e inscrição. Estes foram mandados afixar a 28 de março de 1787 por Acórdão da Mesa de Santa Casa da Misericórdia do Funchal (Lº 5 da Mesa, f. 244 vº, 1783), e representam uma rara encomenda a uma fábrica de cerâmica de Portugal continental. Estes sinalizavam as casas que pagavam foro à Misericórdia do Funchal, que era constituída numa prestação certa ou variável em géneros ou dinheiro, daí a sua denominação de prédios foreiros. É de assinalar que os azulejos ainda se encontram em condições aceitáveis, apesar de o que se encontra na Travessa do Pimenta n.º6 estar parcialmente coberto por uma instalação elétrica.

Outro aspeto a assinalar são as cores com que outrora se pintavam a maioria das casas no núcleo histórico de Santa Maria, apesar de muitos destes indícios se encontrarem dissimulados. Ainda assim, são algumas casas que ainda mantêm, ou recuperaram, as paredes exteriores pintadas de amarelo-ocre, acompanhadas por uma barra que rodeia as portas e janelas em tom vermelho. A escolha destas cores surge na possibilidade da população ter como inspiração o forte de São Tiago, que até hoje mantém as cores referidas.

Figura 4. Casas em amarelo-ocre e barras de tom vermelho no Largo do Corpo Santo.



Fonte: fotos do autor, 2015.

Nota: note-se a influência do Forte de São Tiago (à esquerda) na definição das cores de algumas casas na Zona Velha do Funchal.

4. Transformações no núcleo histórico de Santa Maria.

Visto que este trabalho procura descrever a natureza da regeneração urbana do núcleo histórico de Santa Maria, o próximo capítulo será trabalhado em várias dimensões, dimensões estas que, de certa forma, influenciam essa mesma natureza regenerativa. Em primeiro lugar, abordaremos a evolução espacial da cidade no Funchal no contexto temporal, onde faremos referência às diversas plantas da cidade e planos diretores que foram surgindo ao longo dos séculos. Tendo em conta que a ilha da Madeira, e a cidade do Funchal em particular, partilham de um grande registo de aluviões, serão referidos, em segundo lugar, as que afetaram de forma direta o núcleo histórico de Santa Maria, com algum destaque para a que sucedeu a 20 de fevereiro de 2010. Posteriormente, analisaremos todas as políticas, ações e medidas desenvolvidas em torno da regeneração do núcleo histórico de Santa Maria desde a década de 1980, destacando algumas iniciativas de base cultural, como o *On by Porto Bay* e o *Arte de Portas Abertas*. Considerando o grande impacto que estas tiveram no bairro, averiguaremos, em quarto lugar, de que forma afetaram o comércio local, e especialmente a principal artéria do núcleo histórico, a rua de Santa Maria. Por último, será dado um enfoque especial na evolução do processo de pedonização da rua de Santa Maria, processo este concluído em 2011.

4.1. Evolução espacial da cidade do Funchal.

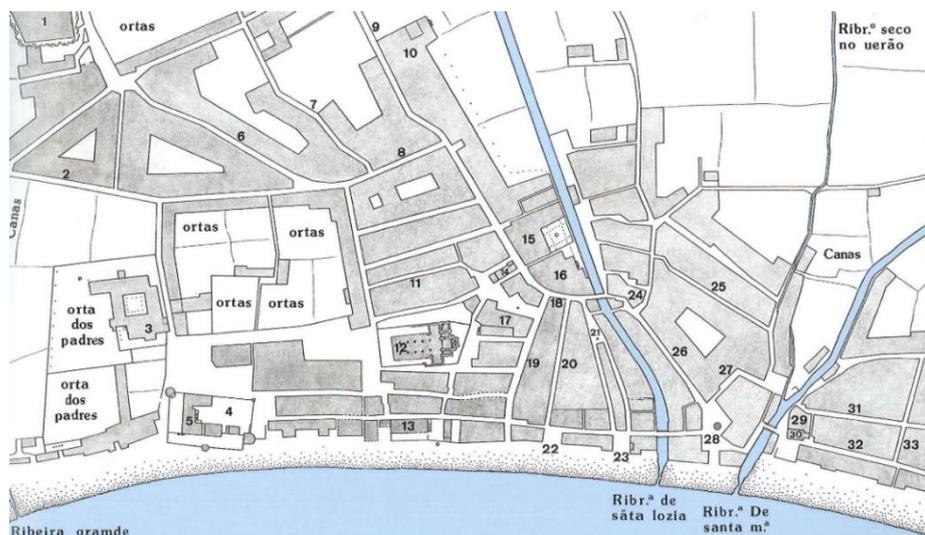
De forma a entendermos mais facilmente a evolução do núcleo histórico de Santa Maria, teremos, naturalmente, que fazer referência às diversas plantas e planos diretores da cidade que foram surgindo ao longo dos séculos. Sendo assim, a mais antiga planta da cidade do Funchal foi executada em 1570, por Mateus Fernandes, Mestre das Obras Reais. De cariz militar, a planta tinha como principal objetivo o planeamento de uma importante fortificação para o Morro da Pena. Nela, além dos três aglomerados urbanos que se foram estabelecendo ao longo do século XVI, eram já visíveis os principais eixos estruturantes da cidade, os quais se distinguem: o eixo formado pelas três ruas paralelas à costa – a rua de Santa Maria, a rua dos Mercadores e a rua de Santa Catarina; outro formado pelas ruas perpendiculares às anteriores – rua

Direita, rua do Sabão e a rua do Esmeraldo; e outro que formava o eixo de ligação entre a terra e o mar, através da rua dos Ferreiros.

Posteriormente, a cidade do Funchal nos séculos XVII e XVIII pouco cresceu, desenvolvendo-se praticamente para norte, ao longo da Ribeira de Santa Luzia e para poente. Continuamente em expansão, o facto é que a cidade do Funchal, como qualquer outra, nunca parou de crescer, mudar e evoluir. Apesar das semelhanças, como refere António Aragão, há certas dinâmicas que nos permitem distinguir dois tipos de cidades (indecisas e compostas), das quais o Funchal pertence à primeira. Indecisas, porque

Destroem o passado, mal se reconhecendo a paternidade que lhe forneceu a descendência, deixando fúnebres sugestões das épocas anteriores, consumindo-se a si mesmas. Cidades que, como o Funchal, se autodevoram dentro do seu primitivo espaço, apenas deixando espalhados, aqui e ali, pedaços mutilados das épocas antecedentes, que são afinal pedaços vivos do seu corpo morto (Aragão, 1987: 68).

Figura 5. Cópia parcial da Planta do Funchal de Mateus Fernandes (1570).



Fonte: ARM, Acervo António Aragão. Desenho de Eduardo Freitas publicado em *Para a História do Funchal*, 1987.

Nota: Pormenor de desenho de Eduardo Freitas representando a cidade do Funchal de 1570. À direita encontram-se identificados: 29 – Misericórdia do Funchal; 30 – Igreja de Santa Maria do Calhau; 31 – rua Nova de Santa Maria; 32 – rua de Santa Maria; 33 – rua da Boa Viagem.

significativas, desde a retificação do desenho da malha urbana ao traçado dos quarteirões, que anteriormente eram estabelecidos por lotes de terreno.

Já em 1915, é de referir o *Plano Geral de Melhoramentos* de Ventura Terra, que procurava valorizar a localização da cidade e a sua relação com o mar, além de querer arejar a cidade. Para a preparação do plano, o mesmo veio ao Funchal em fevereiro de 1913 para estudar as particularidades da ilha, tanto nas suas belezas como nos seus problemas. O arquiteto considerava a cidade

Bastante confusa, com ruas horrivelmente calcetadas, muito irregulares e acidentadas, uma cidade completamente “destituída dos requisitos que faziam formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas”. Lamentava, igualmente, que sendo a Madeira uma das “mais belas regiões do mundo”, a cidade do Funchal não aproveitasse os esplêndidos pontos de vista de que poderia tirar partido, apontando então diretamente para o desenvolvimento urbanístico (CME, 2006: 415).

Identificados os problemas, o *Plano Geral de Melhoramentos* tinha como principais objetivos a valorização dos espaços públicos da cidade, de modo a que se pudesse tirar partido do panorama paisagístico, como a resolução do problema da viação pública municipal, além de outros melhoramentos municipais e estatais. Na parte da habitação, o plano previa uma orientação distinta para as classes operárias e burguesas. A leste da cidade antevia-se a construção do bairro Oriental, na área de Santa Maria Maior, com largos arruamentos que o ligariam ao centro da cidade, além de fornecer terrenos propícios para a edificação de habitações acessíveis às classes trabalhadoras. E, como já havia sido desde os primeiros tempos do povoamento, o plano reservava às classes burguesas as zonas altas, a poente, seguindo, como refere Rui Carita, uma predisposição natural relativamente ao crescimento das cidades euro-ocidentais, reservando aos ricos a parte poente e deixando aos pobres a parte oriental (Carita, 2013). Além de não haverem grandes avenidas que permitissem a circulação fluida, quer para dentro do Funchal como para outros concelhos (Lopes, 2008), este acabou por não ser executado, muito devido à grande instabilidade política que se vivia na altura. Mesmo assim, o *Plano de Melhoramentos* de Ventura Terra não deixou de servir de inspiração e modelo para os planos que se seguiriam.

Em 1931, apesar da crise económica instalada pelo controlo financeiro de Salazar, a cidade solicitou ao arquiteto um plano de melhoramentos ao arquiteto Carlos Ramos, responsável então pelo *Plano de Urbanização para o Funchal 1931-33* (Carita, 2013). Com a implantação do Estado Novo, foi nomeado para a presidência da Câmara

Municipal do Funchal o Dr. Fernão Ornelas Gonçalves, que se manteve no cargo entre 1935 e 1946.

Figura 7. Plano de Melhoramentos de Ventura Terra (1915).



Fonte: Município do Funchal.

Nota: Pormenor do Plano de Melhoramentos para o Funchal, de Ventura Terra, no qual se observa a pretensão na melhoria do centro do Funchal ao nível das redes viárias.

Durante a sua vigência, a cidade foi alvo de grandes intervenções urbanas, principalmente ao nível da rede viária (Bettencourt, 2007), além de Fernão Ornelas ter sido responsável por grandes transformações ao nível da modernização da capital madeirense. Este tomou várias medidas, como o calçetamento das ruas em mau estado, a abertura e alargamento de outras, a instalação de esgotos, a construção de fontanários, a distribuição de luz elétrica, a instalação de cabos telefónicos e sinalização luminosa, e organização do comércio e indústria (Lopes, 2008). Ainda assim, o autarca promoveu a construção de bairros económicos nas áreas dos Ilhéus e dos Louros, destinados às classes que seriam realojadas a partir da zona velha da cidade, parte da qual estava para ser demolida.

Na década de 60, a necessidade de expansão, evolução, regeneração e renovação da cidade urgia a elaboração de novos planos de ordenamento do território. Em 1965, tomou posse da Câmara Municipal do Funchal o Dr. Fernando José Martins de Almeida Couto, que logo promoveu o debate em torno da elaboração de um novo Plano Diretor da Cidade do Funchal. Entre 1968-69 surge o *Plano de Urbanização do*

Funchal, elaborado pelo arquiteto José Rafael Botelho. Todavia, o plano, antes de aprovado, foi debatido nos célebres *Colóquios de Urbanismo*²⁷, organizados pela CMF em 1969. Neste colóquio, Raul da Silva Pereira afirmou que, apesar de haver

O predomínio de zonas urbanas contínuas, formando bairros com as suas características próprias, as habitações surgidas posteriormente destacam-se pela sua dispersão, interpenetrando-se as habitações com as terras de cultura, de tal modo que o concelho do Funchal, sendo o mais urbanizado, é também, um tanto paradoxalmente, um dos mais agrícolas (Pereira, 1969: 796).

Entre muitas medidas salientadas, há que destacar a criação de novas vias de circulação, a renovação das áreas centrais, das quais se inclui a requalificação dos núcleos históricos, e das novas expansões urbanas: as zonas turísticas e recreativas, na parte ocidental da cidade (que se julgava oferecer boas condições para um desenvolvimento turístico ordenado); e as zonas residenciais, a nascente do novo quartel e a sul do hospital regional (que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento habitacional). Contudo, estas medidas esbarraram em vários obstáculos que as impediram de prosseguir, desde a dificuldade na disposição dos terrenos necessários para as novas suburbanizações, e o financiamento para a criação de infraestruturas. Todavia, o *Plano Diretor da Cidade do Funchal* seria então aprovado por despacho a 23 de março de 1972²⁸.

Mais tarde, após a integração de Portugal como membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia (CEE), impunha-se uma revisão total, pelo que o *Plano Diretor da Cidade do Funchal* foi sujeito a exposição e revisão pública em junho de 1995 (Carita, 2013). No início da década de 90, a cidade do Funchal apresentava algumas fragilidades, como a excessiva concentração de funções económicas e administrativas nas zonas históricas (das quais se inclui o núcleo histórico de Santa

²⁷ No colóquio o arquiteto José Rafael Botelho apresentou vários problemas de urbanização da cidade que justificariam a necessidade de elaborar um *Plano de Urbanização*: 1) as condições naturais onde a cidade estava implantada e as dificuldades que provocavam na organização urbana; 2) o congestionamento da cidade; 3) o crescente conflito entre a circulação automóvel e pedestre no centro da cidade; 4) o adensamento do tecido urbano; 5) a desvitalização do centro devido à ocupação dos prédios habitacionais para atividades económicas; entre outros. Na sequência várias sugestões foram apresentadas, como: a) a expansão urbana para Oeste; b) uma renovação cuidada e consciente do centro da cidade; c) a conservação do património urbano natural e edificado; d) a revitalização do centro da cidade através da criação de equipamentos complementares à habitação; e) e a criação de novas vias de circulação (Bettencourt, 2007, pág. 144-45; Botelho, 1969a). Para os Colóquios, foram convidados o professor arquiteto Robert Auzelle e o arquiteto Nuno Teófilo Pereira (Carita, 2013, 228).

²⁸ O *Plano Diretor da Cidade do Funchal* foi revogado pelo *Plano Diretor Municipal da Cidade do Funchal* (PDM), ratificado pela Resolução nº887/97 de 10 de julho (*Jornal Oficial*, II Série, nº 151, de 8 de agosto de 1997).

Maria), o que levava ao seu congestionamento e abandono da função habitacional (Bettencourt, 2007). Com efeito, foram traçados novos focos de ação que, de entre várias medidas, se incluía a requalificação dos núcleos históricos, que englobava a pedonização e o melhoramento dos pavimentos, dos edifícios residenciais e dos estabelecimentos comerciais.

. Em 1997, o *Plano Diretor da Cidade do Funchal* foi ratificado, estabelecendo para os seus centros históricos as seguintes classes: Zona Predominantemente Habitacional (*zona velha*); Zona Predominante Terciário (*miolo do Funchal*); e duas zonas verdes urbanas (*recreio e lazer público*). A nível do ordenamento do território, o *PDM* propôs, entre muitas medidas, o estabelecimento de *Planos de Pormenor*, a preservação, recuperação e proteção do património cultural (artístico, construído e etnográfico) e o aumento da função habitacional no centro histórico, de forma a persuadir a fixação da população.

Será pertinente referir que, até aos tempos atuais, continua a vigorar este *PDM*²⁹, apesar de já se ter iniciado um processo de revisão ao mesmo por parte da CMF em agosto de 2010³⁰. Contudo, como vimos anteriormente nos valores demográficos, apesar de todas as medidas e políticas adotadas, os centros históricos da cidade continuam a perder moradores, com algumas exceções para a freguesia da Sé.

²⁹ Durante a vigência do atual *PDM*, foram deliberados vários planos de pormenor e urbanização para as zonas históricas – a) *Plano de Urbanização Ribeira Santa Luzia* (2004); b) *Plano de Urbanização Ribeira João Gomes* (2006); c) *Plano de Urbanização Ribeira São João* (2010); d) *Plano de Pormenor ARI/CE* (2008); e) *Plano de Pormenor do Castanheiro* (2010); f) *Plano de Pormenor da Villa Giorgi* (2010) – sendo que nenhuma delas inclui o núcleo histórico de Santa Maria.

³⁰ Informação consultada no *site* da Câmara Municipal do Funchal: <http://pdmfunchal.quatenaire.pt/>, visto a 15 de junho de 2015.

Quadro 1. Planos Urbanísticos do Funchal (séc. XX).

Ano	Autor	Designação	Principais objetivos
1915	Ventura Terra	Plano de Melhoramentos para o Funchal	Organização e remodelação do centro da cidade a nível viário
1931-1933	Carlos Ramos	Plano de Urbanização da cidade	Abertura de largas avenidas; Continuação da expansão da cidade para oeste
1935-1947	Fernão de Ornelas	Intervenções Urbanísticas	Aposta na modernização, mobilidade e acessibilidade da cidade, com base no Plano de Ventura Terra
1959	João Faria da Costa	Plano de Urbanização do Funchal	Aposta na modernização da cidade; destaque para as obras da Praça do Município e edifício da Capitania do porto do Funchal
1968-1969	José Rafael Botelho	Plano de Urbanização do Funchal	Expansão urbana para oeste; renovação do centro da cidade; conservação do património urbano natural edificado; revitalização do centro da cidade; estabelecimento de novas vias de circulação
1972	Câmara Municipal do Funchal	Plano Diretor do Funchal	Garantir um conveniente apetrechamento urbano; novas redes de circulação e comunicações; defender o património edificado e natural
1997	Câmara Municipal do Funchal	Plano Diretor Municipal do Funchal	Defesa a valorização do património cultural; mobilidade e acessibilidade; criação de habitação; valorização dos espaços públicos; recuperação da orla marítima; definição de novas centralidades

Fonte: Costa, Pedro (2013) *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa [Janeiro de 2013].

4.2. Aluviões ao longo dos séculos.

Desde o seu estabelecimento, a cidade do Funchal tem sofrido vários desastres, alguns já referidos anteriormente. Mas os mais recorrentes foram as aluviões³¹, que se foram intensificando durante os séculos XVIII, XIX e XX, que por sua vez levaram a grandes transformações na cidade. Por si só, a existência do vocábulo é sinónimo do longo registo de aluviões na ilha da Madeira, que remonta ao início da sua colonização (Sepúlveda, 2011; Quintal, 1999).

Naturalmente, o centro da cidade sempre foi uma das áreas mais afetadas pelas intempéries, principalmente as zonas que se situam nas imediações das três ribeiras da cidade: a leste, a ribeira de João Gomes; a ribeira de Santa Luzia, mais central; e a ribeira de São João, a oeste. De facto, como refere Ana Rodrigues, esta área corresponde ao centro económico e político-administrativo do Funchal, “uma vez que entre a ribeira de João Gomes e a de São João se situam quer as principais sedes de

³¹ Regionalismo que designa o fenómeno de inundações rápidas provocadas por um grande volume de água.

poder político-administrativo e religioso, quer as ruas comerciais de maior relevância na região” (Rodrigues, 2013: 38).

Sem querer menosprezar outras tempestades que ocorreram na ilha durante o passar dos séculos, apenas serão focadas aquelas que influenciaram a povoação de Santa Maria do Calhau, atual núcleo histórico de Santa Maria.

4.2.1. Trezentos anos de aluviões (séc. XVII – XX).

O ano de 1611 denuncia a primeira aluvião que afetou o povoado de Santa Maria Maior, referido no *Elucidário Madeirense*. Como indicam os autores, “colhemos notícia, num antigo manuscrito, que no ano de 1611 houve uma grande enchente no Funchal, que, entre os notáveis estragos que causou, se conta o de ter destruído em grande parte a igreja paroquial da freguesia de Santa Maria Maior que então ficava na rua que hoje tem o nome de Hospital Velho” (Silva e Menezes, 1998).

Já no século XIX, a Madeira e principalmente a baixa do Funchal foram afetadas por outra tempestade, mais concretamente a 9 de outubro de 1803. A força das águas rompeu as muralhas das ribeiras, como a ribeira de João Gomes, que cedeu em três pontos diversos (Silva e Menezes, 1998). De todas as zonas da ilha, o bairro de Santa Maria Maior foi o mais afetado pela tempestade. Inúmeras casas de habitação, outros prédios e inclusive a igreja paroquial³² foram arrastados para o mar. Como é referido no *Elucidário Madeirense*, “numa casa [...] ficaram soterrados 21 indivíduos e num prédio do Pelourinho morreram um súbdito inglês e 15 pessoas de família. ruas inteiras desapareceram com os seus habitantes e outras inundadas de água e lama deixaram os proprietários e inquilinos reduzidos à extrema indigência. [...] As ruas chamadas Direita, Tanoeiros, Valverde, Santa Maria, Hospital Velho e outras foram ao mar com uma incrível multidão de habitantes”. No total, calcula-se que, só no bairro de Santa Maria Maior, tenham morrido cerca de 200 pessoas (Carita, 2013; Silva e Menezes, 1998).

³² Igreja paroquial da Nossa Senhora do Calhau. Após a aluvião de 1611 e respetiva destruição de parte da igreja paroquial da freguesia de Santa Maria Maior, procedeu-se à construção de uma outra igreja nas imediações do atual fontanário chamado do Calhau, situada na margem esquerda da Ribeira de João Gomes, entre as atuais ruas de Santa Maria e Latino Coelho (Silva e Menezes, 1998).

Figura 8. Igreja de Santa Maria do Calhau.



Fonte: Câmara Municipal do Funchal. Foto de José Manuel Costa Alves.

Nota: Pormenor de uma panorâmica do Funchal, onde se observa a Igreja de Santa Maria do Calhau, destruída pela aluvião de 9 de outubro de 1803. Desenho a pena aguarelado a cores sobre papel da autoria de Thomas Hearne, que passou no Funchal em 1771.

Ainda no mesmo século, mais concretamente a 28 de outubro, outra tempestade afetou o bairro de Santa Maria, inundando completamente as ruas, chegando a água a invadir os segundos e terceiros andares das casas. Catorze anos mais tarde, em 1856, em virtude da abundância das chuvas, a corrente da ribeira de João Gomes acabou por transportar entulho que inundou a rua de Santa Maria, as travessas que a cortam, a rua do Ribeirinho de Baixo e o Largo do Pelourinho (Silva e Menezes, 1998).

Relativamente ao século XX, registam-se três ocorrências que afetaram o Funchal e, em particular, o bairro de Santa Maria. A primeira, entre 25 e 26 de fevereiro de 1920, causou inundações, não devido ao transbordo das ribeiras, mas sim à abundância das chuvas, que fez com que no bairro chegassem “a andar barcos nas ruas para conduzir pessoas de uns para outros pontos” (Aragão, 1987). Outra, a 3 de outubro de 1931, inundou a rua de Santa Maria de tal forma que foi necessária a intervenção dos bombeiros de forma a evacuar os residentes³³. Já em 1985, entre 6 a 8 de fevereiro, também houve inundações nas ruas de Santa Maria, 5 de outubro, das Hortas, entre outras, resultado de fortes chuvadas. Ainda se poderá fazer referência ao temporal de 19 de outubro de 1993, que deixou a cidade do Funchal irreconhecível, provocando cinco

³³ DN do Funchal, Funchal, 4 de outubro de 1931.

mortos, quatro desaparecidos e cerca de 400 desalojados, sem nunca precisar o que aconteceu à Zona Velha do Funchal (Pestana, 2010: 33).

4.2.2. Aluviões no séc. XXI.

No séc. XXI, é possível apresentar uma cronologia mais detalhada das ocorrências com recurso ao *Jornal da Madeira (JM)* e *Diário de Notícias* do Funchal (*DN*). Estão então registadas cinco aluviões, mais concretamente a 6 de março de 2001, a 24 de outubro de 2003, nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2007, de 7 a 9 de abril de 2008 e a 22 de dezembro de 2009 (Dantas, 2010a: 25-26), em que nenhuma delas especifica qualquer ocorrência no núcleo histórico de Santa Maria.

Mais recentemente, a 20 de fevereiro de 2010, ocorreu a intempérie que, apesar dos estragos causados na Madeira e na cidade do Funchal, deu origem a um rápido enobrecimento do núcleo histórico de Santa Maria. Vários concelhos foram afetados pela intempérie, como os do Funchal (principalmente a baixa e as zonas altas das freguesias), da Ribeira Brava, de Câmara de Lobos, de Santa Cruz, da Ponta do Sol e da Calheta.

Segundo o *JM* de 1 de maio de 2010, o balanço oficial do temporal indicou um total de 43 mortos, 7 desaparecidos, 120 feridos, 800 habitações danificadas, sendo que destas, 600 resultaram em desalojamento. Contudo, nos finais de 2010 o balanço das vítimas ainda esteve sujeito a atualizações, onde o número de mortos confirmados era de 46, sendo que havia, todavia, seis pessoas dadas como desaparecidas.

Em relação ao núcleo histórico de Santa Maria, são algumas as notícias que envolvem os estragos causados na área pelo temporal de 20 de fevereiro de 2010. É de apontar que, apesar de toda a atenção dada pela comunicação ao centro da cidade do Funchal durante a semana que sucedeu à aluvião, são poucos os textos publicados no *DN* e *JM* sobre o núcleo histórico de Santa Maria, o que demonstrou um certo défice de interesse dos media pela Zona Velha. De facto, durante essa semana, o relato jornalístico do desastre centrou-se na zona oeste da ribeira de João Gomes, excluindo quase sempre a representação do bairro de Santa Maria (Rodrigues, 2013).

O *JM* noticia, a 21 e 22 de fevereiro, que algumas ruas e artérias pertencentes à Zona Velha estavam cobertas de pedras e entulho, a uma altura que atingia 1,5 metros. Apesar de toda a devastação, um artigo no *DN*, publicado no dia 23 de fevereiro,

salienta uma certa negligência na mobilização de esforços de limpeza no bairro. A reportagem colecionou vários depoimentos de residentes que se sentiam esquecidos e revoltados com a falta de interesse da polícia, da Proteção Civil e das entidades camarárias (Correia, 2010a: 6-7). Coincidência ou não, um dia mais tarde, a 24 de fevereiro, o *JM* publicou uma notícia intitulada “Sem mãos a medir para tornar nova a Zona Velha”. No artigo foi referido que “o cenário nas artérias daquela zona da capital madeirense continuava a ser de verdadeira devastação, apesar do esforço sem limites das inúmeras equipas de limpeza no terreno e dos próprios populares” (Caldeira, 2010a: 14).

Para anunciar o estado em que ficou a Zona Velha, os periódicos optaram abordagens semelhantes, seja na dinâmica recuperação/destruição nos estabelecimentos direcionados para a restauração e mercado turístico (Dantas, 2010b; Correia, 2010b), na descrição em primeira pessoa na limpeza das quatro ruas que compõem o bairro de Santa Maria: rua D. Carlos I, rua de Santa Maria, rua Latino Coelho e rua do Hospital Velho (Caldeira, 2010a), ou na tragédia experienciada pelos residentes da Zona Velha (Correia, 2010a; Abreu, 2010). De forma breve, será apresentado o estado de cada uma das ruas no espaço de uma semana (entre 21 a 28 de fevereiro) após o desastre, segundo a narrativa dos dois principais diários do arquipélago da Madeira, o *Jornal da Madeira* e o *Diário de Notícias* do Funchal.

Assim sendo, no dia 24 de fevereiro, a rua D. Carlos I ainda se encontrava cheia de lama, atolada de viaturas destruídas, com “mangueiras a retirar água de dentro dos vários estabelecimentos e instituições (Caldeira, 2010a: 15). Três dias depois, apesar de não haver referência à permanência dos carros destruídos, vários voluntários – compostos por cerca de 90 escuteiros, elementos do Parque Natural da Madeira, entre outros – ajudaram, de forma incansável, na limpeza desta rua e arredores, como por exemplo, no parque do Almirante Reis (Caldeira, 2010b: 4-5).

De todas, foi a rua do Hospital Velho que demonstrou uma evolução mais rápida em termos de limpeza. O *JM* apenas a refere, no espaço de uma semana, no dia 24, indicando que a mesma, “apesar de oferecer dificuldades para a locomoção, era uma das que já tinha menos entulho” (Caldeira, 2010a: 15). Com esta informação apenas se poderá deduzir que, de todas as ruas, esta seria a mais urgente a limpar, quer pela sua natureza ou pela necessidade de pedonização e locomoção automóvel.

Outra rua que parece ter recuperado a sua faceta no espaço de uma semana foi a rua Latino Coelho. Novamente, no dia 24 de fevereiro, vários comerciantes limpavam

os seus estabelecimentos, casos do Instituto de Emprego e do Banif, tal como o Mercado dos Lavradores, que ainda estava “repleto de lama e terra, havendo duas máquinas a proceder à remoção das mesmas” (Caldeira, 2010a: 15). Contudo, apesar de alguns estabelecimentos continuarem em limpezas no dia 27, a lavagem do passeio e das paredes do Mercado dos Lavradores davam outra vida à zona (Caldeira, 2010b: 5).

Por fim, apesar de ter sido a rua que mais demorou a recuperar do desastre, a rua de Santa Maria foi também aquela que teve maior destaque nos periódicos já assinalados. A primeira referência concreta surgiu no dia 23 de fevereiro no *DN*, ao apontar a falta de interesse das autoridades policiais e camarárias na limpeza da rua. Para além de ter sido uma das ruas cobertas de entulho, pedras e lama até 1,5 metros, foi também recolhido o testemunho de vários cidadãos afetados pela intempérie do dia 20 do mesmo mês, residentes nesta mesma artéria da Zona Velha (Correia, 2010a: 6). No dia 24, já abordado anteriormente, foi o *JM* a fazer referência ao estado da rua de Santa Maria, recolhendo o parecer de dois comerciantes que limpavam o restaurante “Jaquet”. Estes afirmavam que a “água atingiu dois metros de altura dentro de restaurante, o que fez com que ficasse tudo perdido e seja preciso começar tudo de novo” (Caldeira, 2010: 15). No dia 27, o mesmo jornal noticiava as manifestações de solidariedade na rua em questão, através da distribuição de água e alimentos, mas sem fazer referência à evolução em termos de limpeza.

Por último, no dia 28, foi ainda o *JM* que dedicou uma das suas páginas em exclusivo à rua de Santa Maria, mencionando que “cerca de 40 pessoas, entre as quais funcionários do departamento do ambiente da CMF, escuteiros e elementos da Junta de Freguesia de Santa Maria ajudavam nas limpezas [...] onde a água e a lama entrou pelas casas adentro e chegou a uma altura acima de 1,5 metros” (Abreu, 2010: 8), recolhendo ainda mais testemunhos de moradores que foram afetados.

4.3. Ações desenvolvidas em prol da regeneração do núcleo histórico.

Apesar da regeneração da Zona Velha do Funchal ter sido “beneficiada”, ou acelerada, pela intempérie de 20 de fevereiro de 2010, a verdade é que antes da tempestade já se registavam algumas ações que pretendiam revitalizar a área. Trataremos então de apontar grande parte das medidas, políticas e ações que

influenciaram a revitalização do núcleo histórico de Santa Maria, tendo como marco o temporal de 20 de fevereiro de 2010.

Segundo a CMF, 1986/87 marca o início da criação por parte do município de uma “*Área Crítica de Recuperação e Renovação Urbana*” (ACRRU) para o núcleo primitivo da cidade, definida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/87/M, de 8 de agosto (CMF, 2014b: 5). Este momento marcou o primeiro momento de preocupação pela Zona Velha do Funchal, onde foram também realizadas algumas intervenções que vão de encontro ao conceito de reabilitação urbana, como o calcetamento da rua de Santa Maria.

A CMF chegou também a adquirir alguns imóveis em estado de degradação e recuperou-os para as mais variadas atividades, como um *atelier* de tempos livres para a população jovem ou um centro de recuperação para toxicodependentes. A praia de São Tiago foi outro espaço que foi recuperado pela Câmara, ao eliminar as barracas existentes e realojar os residentes que nelas viviam.

É neste contexto que se faz referência ao programa *RECRUA*³⁴, que contemplava uma comparticipação na recuperação de imóveis arrendados. O mesmo consistia em fornecer apoio financeiro para custear parte das obras de conservação e beneficiação dos imóveis arrendados, que poderia atingir até 41% dos gastos totais nas obras. Há também que sublinhar a disponibilização de alojamentos temporários por parte da CMF no período de duração das obras, o que mostrou ser uma oportunidade que favoreceu a recuperação e beneficiação de vários imóveis.

Figura 9. Acesso à praia de São Tiago.



Fonte: CMF: Câmara Municipal do Funchal “Ações desenvolvidas em prol da recuperação da zona” http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=168%3Aacoes-desenvolvidas-em-prol-da-recuperacao-da-zona&catid=63&Itemid=114 [7 de dezembro de 2015].

Nota: Pormenor do antes e depois do acesso à praia de São Tiago, com especial referência à eliminação das barracas.

³⁴ Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

Em 1995 foi também assinado um protocolo entre a Câmara Municipal do Funchal e o Ministério do Comércio e Turismo, a *Operação Piloto de Valorização Sociocultural e Turística do Núcleo de Santa Maria*. O protocolo envolveu uma verba de 335.000 contos, que foi utilizada na recuperação do núcleo habitacional e equipamentos socioculturais, como o Centro de Artesanato e Oficinas de Restauro e a Associação de Professores Reformados, no arranjo de fachadas, e na edição do roteiro do núcleo histórico de Santa Maria³⁵. Com este apoio foi também possível à CMF recuperar alguns prédios no sentido de instalar algumas atividades estruturantes no bairro, como a Junta de Freguesia e o Posto de Informação Histórico-Turístico, bem como a reparação de infraestruturas: redes de água e esgotos; telecomunicações e eletricidade; repavimentação dos arruamentos; largos e jardins (CMF, 2014b: 7).

De facto, este conjunto de ações provou ser um incentivo ao investimento privado, o que também levou particulares a procederem à recuperação de vários imóveis. Com efeito, foi assinado um acordo entre várias instituições (Instituto de Apoio ao Turismo; Município do Funchal, Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira; Sociedade Imobiliária do Terreno do Arsenal, Lda.; e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira). Com o benefício do programa *PITER*³⁶, surgiram propostas de particulares para o investimento na atividade turística e a criação de uma *promenade* à beira-mar e um jardim para o domínio público.

Posteriormente, a celebração do Funchal 500 Anos³⁷ foi outra das grandes ações que, de certa forma, contribuiu à regeneração da Zona Velha, promovendo atividades desde a recuperação de imóveis, visitas guiadas a eventos no bairro. “À Descoberta dos Núcleos Históricos do Funchal” foi um deles, um projeto que promoveu uma visita guiada no dia 28 de junho de 2008 pelo núcleo histórico de Santa Maria.

Outro dos eventos associados à celebração do Funchal 500 Anos foi a 2.^a edição do *On by Porto Bay*³⁸, um festival de arte de cariz solidário organizado pelo hotel Porto Santa Maria. Este envolveu a criação de arte ao vivo e animação na rua e em

³⁵ CMF: Câmara Municipal do Funchal “Ações desenvolvidas em prol da recuperação da zona” http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=168%3Aacoes-desenvolvidas-em-prol-da-recuperacao-da-zona&catid=63&Itemid=114 [7 de dezembro de 2015].

³⁶ Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional.

³⁷ O Funchal subiu à condição de cidade em 1508.

³⁸ Embora o *On By Porto Bay* se tenha associado à celebração de Funchal 500 Anos, não deixa de ser um evento com financiamento privado, sendo que a sua primeira edição remonta a julho de 2006.

palco, dividido por vários espaços na Zona Velha como o jardim do Almirante Reis, o Largo do Corpo Santo, a rua de Santa Maria e as imediações do hotel. É de sublinhar que as duas primeiras edições do evento (2006 e 2008) angariaram cerca de 64 mil euros, entregues a instituições de solidariedade social³⁹. A 3.^a edição do evento realizou-se em 2011, pelo que será abordada mais à frente no estudo.

De que o temporal de 20 de fevereiro de 2010 influenciou a Madeira e o núcleo histórico de Santa Maria em particular, não restam dúvidas. Foi um acontecimento que provocou 44 mortos, 7 de desaparecidos, 600 desalojados e mais de 1.300 milhões em prejuízos. Mas foi também uma tragédia que, a nosso ver, impulsionou a tomada de medidas e ações em torno da reabilitação urbana do núcleo histórico. Vejamos.

Uma das primeiras ações após temporal partiu da CMF, que criou em setembro de 2010 uma equipa (*Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*) liderada por João Carlos Abreu, conterrâneo do bairro de Santa Maria e ex-Secretário Regional do Turismo e Cultura.

Neste sentido, um ano após do temporal, o *DN* do Funchal divulgou no dia 8 de março de 2011 o 1.º relatório elaborado por essa mesma comissão, no qual foram revelados dez pontos de atuação essenciais para melhorar a imagem e segurança da Zona Velha: 1) a pedonização da rua de Santa Maria; 2) a pintura das portas das ruas por artistas convidados; 3) a colocação de esplanadas; 4) a abertura da Capela da rua da Boa Viagem; 5) a reparação dos três murais na rua D. Carlos I; 6) uma maior iluminação nos jardins da rua D. Carlos I; 7) a abertura do parque de estacionamento do Almirante Reis até às 02:00 da manhã, com preços especiais a partir das 20:00; 8) a deslocação das praças de táxis existentes junto ao Museu da Eletricidade e Ribeiro da Nora para a rua junto ao parque de estacionamento; 9) o arranjo condigno do jardim no Almirante Reis; 10) e a colocação de sinaléticas desde a Avenida do Mar ao Mercado dos Lavradores a indicar o Centro Histórico de Santa Maria (Oliveira, 2011a).

A proposta da pedonização da rua de Santa Maria justifica-se pelo grande número de viaturas que transitam numa rua tão estreita, além dos perigos que representam para os moradores e transeuntes. Outras das medidas a destacar é a colocação de esplanadas, uma clara tentativa de dinamizar o comércio associado à restauração. O relatório aponta também para a falta de visão dos executivos autárquicos, que ignoraram as potencialidades do núcleo histórico durante décadas.

³⁹ On by Porto Bay “About” <http://www.onbyportobay.com/about>. [7 de dezembro de 2015].

Certamente, para além das que serão referidas, houve ainda muitas outras ações com o objetivo de dinamizar o núcleo histórico de Santa Maria, pelo que focar-nos-emos nas que provaram ter um grande impacto na dinamização da zona histórica da cidade.

4.3.1. Festivais e feiras gastronómicas.

Após este relatório, o facto é que foram várias as iniciativas em prol da dinamização da zona, apesar de muitas terem sido de iniciativa privada, fruto da insatisfação dos comerciantes e moradores.

A 1.^a *Feira Gastronómica do Atum* foi uma delas, que decorreu entre 29 de abril e 7 de maio de 2011. Fartos da indiferença institucional, vários comerciantes do sector da restauração organizaram esta iniciativa, que consistia em três argumentos principais: a gastronomia de qualidade em torno do atum; animação de rua com recurso a grupos folclóricos e tunas académicas; e um ambiente de arraial, aproveitando a celebração da festa de São Tiago, que decorria no dia 1 de maio do mesmo ano.

Embora esta iniciativa tenha sido apoiada pela CMF, Empresa de Cervejas da Madeira e Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, os organizadores não deixaram de vedar este festival a outros comerciantes que não pertenciam ao núcleo organizador (Oliveira, 2011b). Vinte e três comerciantes participaram na iniciativa, que decorreu entre as 18:00 e 24:00 nos dias úteis, estendendo-se até às 02:00 nos fins-de-semana e feriados.

Há também que fazer referência à *Feira da Lagartixa*, que foi reativada na Zona Velha em 2011. Reativada, pois durante muitos anos era realizada no Largo da Restauração, de tal forma que algumas pessoas ainda identificam esse espaço como “Feira da Lagartixa”. Mas, em consequência do estabelecimento de novas centralidades associadas à abertura de novos centros comerciais, a feira acabou por cair no esquecimento, deixando de se realizar.

No entanto, no contexto da revitalização da Zona Velha do Funchal, e com o apoio da Câmara Municipal do Funchal e a *CRIAMAR*⁴⁰, o conceito da *Feira da Lagartixa* foi recuperado e organizado no núcleo histórico de Santa Maria. Associada à

⁴⁰ *CRIAMAR*: Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens.

CRIAMAR para fins solidários⁴¹, a feira passou a realizar-se todos os sábados, consistindo na venda de artigos desde velharias, roupas ou peças de artesanato regional (paus de poncha, brinquinhos, carapuças, botas de vilão, etc.).

Por fim, a *Feira das Velharias*, que se realizou entre 19 e 29 de setembro na zona histórica de Santa Maria. Integrada nas ações programadas para a regeneração do bairro, o evento tinha como objetivo a atração de visitantes a partir da exposição e venda de antiguidades, pelo que decorria entre as 11:00 da manhã até à noite.

4.3.2. On by Porto Bay.

Como já referido, as primeiras edições do festival *On by Porto Bay* foram realizadas em 2006 e 2008, onde angariaram cerca de 64 mil euros para fins solidários. Tal como as predecessoras, a 3.^a edição do *On by Porto Bay* consistiu na criação de arte ao vivo e animação em vários locais do núcleo histórico de Santa Maria. Organizado pelo grupo hoteleiro Porto Bay, o evento decorreu entre os dias 15 e 17 de julho de 2011, propondo a fusão de vários estilos artísticos, como a música ou as artes plásticas.

Além de ter sido a 3.^a edição, o evento teve outro fulgor, muito pelo apoio de várias entidades (CMF, TAP, FNAC, *Diário de Notícias* do Funchal, TSF, ANAM, Madeira Story Center, Madeira Wine Company, Meio, TMN), como pelas abordagens que foram introduzidas. As várias atividades realizaram-se pelas principais artérias do bairro de Santa Maria, como no jardim do Almirante Reis, na rua de Santa Maria, no Largo do Corpo Santo, ou no próprio hotel Porto Santa Maria, com especial destaque para a animação de três casas desocupadas, cedidas ao evento pelos proprietários das mesmas.

De todas as iniciativas promovidas, foi a reabertura efêmera de duas casas na rua de Santa Maria (a *Light House* e a *Deep House*), às quais se juntou a *Wine House*, a cargo da Madeira Wine Company. Nelas foram realizadas intervenções de arte contemporânea, música experimental e *design*, o que refletiu em momentos da fusão de várias artes (*art fusion*), como promovia o cartaz. A *Deep House* apresentou Punk D'Amour, Indie Buzz by Nuno Jacinto, Conversas de Café e Pedro Carvalheira. A *Wine House by Blandy's*, a cargo da Madeira Wine Company, promoveu *workshops*

⁴¹ A *Feira da Lagartixa* visou angariar fundos para a associação *CRIAMAR* através de donativos de 5 euros por feira.

dinamizados pelo enólogo Francisco Albuquerque, além das programações musicais levadas a cabo por Dirty Shufflers, Emanuel Juanito, Chris Blandy, João Nóbrega, Luís Vilhena e Filipe Pereira. Finalmente, a *Light House*, fora as propostas musicais de Jaime Machado, promoveu três tertúlias organizadas pela rádio TSF.

Interessa-nos destacar estas tertúlias promovidas pela TSF, pois serviram para debater temáticas relevantes ao estudo como “a arte e o centro histórico”, “Zona Velha, que futuro?”, e “Madeira, encruzilhada do mundo e de culturas”. As tertúlias contaram com a presença de várias pessoas conhecidas do panorama madeirense, como António Cruz, António Gonçalves, António Trindade, Fabíola Pereira, Henrique Amoedo, João Carlos Abreu, Joana Lomelino de Freitas, Joana Rêgo, Lília Bernardes, Luís Vilhena, Luísa Spínola e Nini Andrade Silva, algumas que inclusive pertenciam à *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*.

Como é referido na revista *MAIS*, dos debates realizados surgiu a certeza de que

O “casco histórico” do Funchal cosmopolita tem a consistência suficiente para suportar a diversidade de manifestações que o tornam vivo, apetecível durante 24 horas e edificante, como uma marca que se ostenta com orgulho. [...]. É firme a convicção que os centros históricos ganham com a diversidade cultural, que a Madeira esquina do mundo e lugar das mudanças deve atrair valores e motivar a fidelização de turistas e residentes. E que a zona velha tem futuro. Basta que se definam prioridades. Urge recuperar património; criar um fundo imobiliário para evitar a especulação; reformular o jardim do Almirante Reis, dotando-o de um anfiteatro ao ar livre; apostar na diversificação da oferta de serviços, mais do que outros restaurantes e bares, a Zona Velha precisa agora de galerias, de lojas de antiguidades e de novas referências (Oliveira, 2011c: 4).

De facto, foram muitas as pessoas que se deslocaram à 3.^a edição do *On by Porto Bay*, o que se refletiu num evento de grande sucesso. Como refere António Trindade, administrador do grupo Porto Bay, em entrevista à revista *MAIS*, não só dos visitantes se refletiu o sucesso do festival, não deixando de apontar a grande adesão de “pintores, escultores, músicos, dançarinos, atletas, numa palavra cidadãos, que se quiseram juntar para fazer um evento lúdico com objetivos de responsabilidade social”. Em relação à regeneração urbana da Zona Velha do Funchal, António Trindade defendia que esta tem de ser “entendida como um espaço que requer ideias muito claras por parte da autarquia funchalense quanto ao papel que deve desempenhar na cidade e que medidas reguladoras e investimento deverão ser tomadas” (Gonçalves, 2011b: 13).

Quanto ao sucesso do *On by Porto Bay*, Marmelo (2011) assim o reconhece: “o resultado está à vista. Cinco anos depois do primeiro *On by Porto Bay*, as duas casas continuam devolutas, mas a zona velha já não é apenas uma zona degradada e quase exclusivamente demandada por turistas em busca de restaurantes típicos. Santa Maria voltou a estar na moda entre os funchalenses e tornou-se um concorrido local de animação noturna⁴²”.

A 3.^a edição do *On by Porto Bay* conseguiu, como nas edições anteriores, dinamizar o núcleo histórico de Santa Maria através da arte e da música, mas há que destacar também a vertente solidária do evento. Neste sentido, todas as obras concretizadas pelos artistas durante o evento foram licitadas num jantar-leilão, sendo que os fundos foram revertidos para duas instituições de solidariedade social: a Associação de Amigos da Arte Inclusiva Dançando com a Diferença e a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal. Relativamente ao leilão das obras, é de frisar a angariação de 41 mil euros, um aumento significativo relativamente às edições de 2006 e 2008⁴³.

4.3.3. Arte de Portas Abertas.

Como já referido, um dos pontos de atuação sugeridos no 1.º relatório elaborado pela *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria* era a pintura das portas do bairro por artistas convidados. Foi nesse sentido que surgiu o projeto *Arte de Portas Abertas* e, apesar das muitas políticas, medidas e ações tomadas em prol da dinamização do bairro, acredita-se que esta terá sido a principal catalisadora da regeneração do núcleo histórico de Santa Maria.

Elaborado pelo fotógrafo espanhol José Maria Zyberchema, a ideia foi inicialmente apresentada em agosto de 2010 no evento *PechaKucha*⁴⁴, onde foram mostradas vinte fotografias de portas muito degradadas do núcleo histórico, afetadas pela intempérie de 20 de fevereiro. Após um contacto inicial com alguns artistas, a ideia

⁴² Marmelo, Jorge. (18 de julho de 2011). *Zona velha do Funchal ganhou vida nova e as artes tomaram conta de ruas e jardins*. Acesso em 6 de dezembro de 2015. Disponível em endereço eletrónico do jornal *O Público*: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/zona-velha-do-funchal-ganhou-vida-nova--e-as-artes-tomaram-conta-de-ruas-e-jardins-22509703>.

⁴³ *On by Porto Bay* “About” <http://www.onbyportobay.com/about>. [7 de dezembro de 2015].

⁴⁴ O *PechaKucha* é um movimento internacional criado no Japão que reúne arquitetos, *designers* e artistas plásticos em cerca de 300 cidades de todo o mundo. Consiste em apresentações nas quais o apresentador mostra vinte imagens à sua escolha, cada uma com a duração de vinte segundos. Com este formato pretende-se que a apresentação seja fácil, eficiente e dinâmica. Cf. <http://www.pechakucha.org/>.

consistia na pintura dessas mesmas portas por artistas convidados, transformando assim a rua de Santa Maria numa galeria de arte ao vivo, visível por todos e acessível para todos.

Com o apoio de vários artistas e pessoas ligadas à cultura madeirense, como Helena Berenguer, António Cruz, Martinho Mendes, Rui Soares, Luís Filipe, Paulo Sérgio Beju, o arquiteto Paulo David e a decoradora Nini Andrade Silva, o projeto foi apresentado à CMF em agosto de 2010. Apesar de aprovado, levou algum tempo a se concretizar, muito devido a burocracias e licenças. Com efeito, pouco se avançou no projeto entre agosto de 2010 e abril de 2011⁴⁵. Como refere Zyberchema em entrevista, foram inclusive feitos alguns contactos com a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) de forma a ultrapassar as barreiras necessárias, barreiras como a legislação que determinava a cor das portas, com a premissa de que o projeto daria “vida” ao núcleo histórico (Zyberchema, 2015).

Foi então graças à colaboração de João Carlos Abreu, ex-Secretário Regional do Turismo e Cultura, que foi possível um apoio por parte da CMF, que se traduziu no fornecimento de tintas necessárias à pintura das portas. Apesar da “ilegalidade”, houve o reconhecimento por parte da CMF que esta seria uma importante medida de revitalização do bairro, permitindo assim um certo “desvio” à lei, pois a legislação determinava que as portas do núcleo histórico apenas poderiam estar pintadas de cor verde ou castanha.

O projeto *Arte de Portas Abertas* resulta então de uma parceria entre o fotógrafo José Maria Zyberchema, João Carlos Abreu, a CMF e duas empresas privadas (*Acontece Madeira* e *Navega Bem – Web Design Lda.*). O projeto consistiu em recuperar e pintar as portas e espaços que foram deixados à ruína com o objetivo de sensibilizar a população, enchendo as vias de eventos culturais e artísticos, bem como dinamizar uma das zonas mais emblemáticas da baixa do Funchal e transformá-la numa galeria de arte ao vivo.

A pintura da primeira porta iniciou-se então a 6 de abril de 2011, porta que corresponde ao estabelecimento ‘Tasca Literária Dona Joana Rabo-de-Peixe’, n.º 77. Esta foi pintada pelo artista Mark Milewski, levando um mês para ser concluída. Noutro sentido, a primeira porta a ser concluída foi pintada por Gonçalo Martins, n.º 81/83, também na rua de Santa Maria. A pintura foi iniciada a 9 de abril e concluída nesse

⁴⁵ Arte de Portas Abertas “Projeto arte portas abertas” <http://www.arteportasabertas.com/pt/-info.html> [7 de dezembro de 2015].

mesmo dia. Em entrevista ao *DN* do Funchal de 16 de abril de 2011, Zyberchema elucidava que, para além da pintura de dez portas, “também serão empregues outros tipos de arte [...] ao nível da escultura, fotografia, vídeo e música” (Gonçalves, 2011a: 28).

Quatro meses depois do início do projeto, foi também *O Público* a dedicar um artigo ao projeto *Arte de Portas Abertas*. Refere que “a qualquer hora se veem ali os artistas trabalhando com pincéis e tintas, ou até grupos de alunos afadigando-se, em pleno sábado de julho, para dar vida e cor a outro velho prédio de uma das mais antigas e pitorescas ruas do Funchal⁴⁶”.

Figura 10. Porta n.º 77, ‘Tasca Literária Dona Joana Rabo-de-Peixe’.



Fonte: Foto cedida por Ruthia Portelhinha, 2014.

Foi tal o sucesso desta iniciativa que, apesar de inicialmente terem apenas ocorrido intervenções artísticas nas portas da rua de Santa Maria, outras ruas foram “alvo” do projeto *Arte de Portas Abertas*, como a rua dos Barreiros, a rua do Portão de São Tiago, a rua do Corpo Santo, a rua D. Carlos I, a rua de Aspirante Mota Freitas, a Travessa João Caetano, a Travessa das Torres, a Travessa do Pimenta e a Calçada do Socorro, sendo que no total foram pintadas cerca de 130 portas em todas as ruas, num total de mais de 200 previstas. E o sucesso não se reflete apenas na quantidade de portas pintadas.

⁴⁶ Marmelo, Jorge. (30 de julho de 2011). *Portas da cidade velha são agora obras de arte*. Acesso em 6 de dezembro de 2015. Disponível em endereço eletrónico do jornal *O Público*: <http://www.publico.pt/temas/jornal/portas-da-cidade-velha--agora-sao-obras-de-arte-22529697>.

Como se deve imaginar, um dos potenciais entraves ao sucesso desta iniciativa seria a aceitação por parte de comerciantes, proprietários ou moradores. Mas tal não se verificou. O sucesso da iniciativa foi tal que ultrapassou o âmbito dos artistas, levando também os residentes a pintarem as portas das suas casas. Finalmente, há que salientar que a presença de uma das portas (porta n.º 105 na rua de Santa Maria, pintada por Tiago Machado) na lista das 30 portas mais bonitas do mundo, elaborada pelo *boredpanda*, um *site* dedicado às mais variadas artes⁴⁷.

E, tal como havia afirmado José Maria Zyberchema, o projeto *Arte de Portas Abertas* não se limitou apenas à pintura das portas. Outras intervenções foram realizadas no âmbito do projeto, como a pintura de edifícios ou a instalação de esculturas. O *DN* do Funchal dava conta no dia 21 de junho de 2011 de uma nova instalação artística que surpreendeu os moradores e turistas que passavam na rua de Santa Maria. Tratava-se de uma imagem em ferro intitulada “Utopia”, esculpida por José Fernandes. Este, em declarações ao *DN*, explicava que a escultura foi “criada de propósito para que as pessoas sentissem a necessidade de libertar os seus pensamentos, muitas vezes presos por repressão da sociedade” (Gonçalves, 2011c).

Além desta, também outra escultura de José Fernandes causou algum impacto no bairro de Santa Maria. Instalada em julho de 2011, a escultura consistiu na instalação de “pássaros de ferro” no Ribeiro da Zona Velha, junto à ‘Venda Velha’. Novamente em entrevista ao *DN*, o artista clarificava que o objetivo das esculturas, tal como a que foi construída na rua de Santa Maria, era fazer com que as pessoas libertassem os seus pensamentos (Gonçalves, 2011d). As esculturas foram posteriormente retiradas no final do verão de 2011, sendo depois colocadas no telhado de uma casa na rua D. Carlos I e posteriormente recolocadas n’*O Clube dos Artistas e Poetas*, que corresponde ao edifício n.º 45^a na rua D. Carlos I, onde permanecem até a fase atual.

⁴⁷ Cf. Boredpanda “30 Beautiful Doors That Seem To Lead To Other Worlds” <http://www.boredpanda.com/most-beautiful-doors-around-the-world/>. [7 de dezembro de 2015].

Figura 11. Esculturas de José Fernandes.



Fonte: foto do autor, 2015; foto cedida por Zyberchema, 2011.

Posteriormente, depois das pinturas e instalações artísticas, há que fazer referência a outra intervenção. Conjuntamente com a *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*, foram afixados vários poemas de autores madeirenses, distribuídos pelas casas da rua de Santa Maria. O *DN* noticiava no dia 30 de agosto que esta consistia em uma coleção de poemas, onde se contabiliza o contributo de 18 autores, alguns com vários poemas, como era o caso de João Carlos Abreu (Henriques, 2011).

A título de curiosidade, a verdade é que o projeto inspirou outras iniciativas de natureza semelhante. Em abril de 2013, a baixa da cidade de Machico foi alvo do projeto denominado “Eu estou vivo”, que se traduziu na pintura de sete portas de edifícios deixados ao abandono.

4.4. Evolução recente do comércio.

De facto, tal como o centro das cidades, o comércio segue um determinado ciclo que envolve a repetição de várias fases: nascimento, crescimento, maturidade e declínio. Aliás, como refere Balsas (2000), o que distingue o centro das cidades das zonas da periferia é a multifuncionalidade e a mistura orgânica de funções. É no centro das cidades que nascem as funções terciárias que caracterizam as nossas urbes, tal como no centro histórico da cidade do Funchal.

E, tal como os centros históricos de outras cidades mundiais e portuguesas, o núcleo histórico de Santa Maria enfrenta um conjunto de problemas comuns: o despovoamento, o envelhecimento populacional, o tráfego automóvel, as acessibilidades e a coabitação entre o mercado tradicional e as grandes superfícies comerciais.

No que diz respeito ao despovoamento, este traz consigo outras problemáticas associadas, como a degradação do edificado e a insegurança. Outros problemas típicos no centro das cidades são o elevado tráfego automóvel, o estacionamento e as acessibilidades. Uma má acessibilidade traduz-se no constrangimento à mobilidade da população por si só já envelhecida, comum nos centros históricos das cidades. Também a coabitação entre o mercado tradicional e os grandes centros comerciais tem provocado nos centros das cidades um processo de desvitalização económica e social.

Como se pode imaginar, a evolução do comércio no Funchal não poderia estar desassociada do núcleo histórico de Santa Maria. Na verdade, o bairro sempre foi uma zona ligada aos ofícios mais humildes. Foi habitado por sapateiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, pedreiros e pescadores nos primórdios da sua existência. Acompanhou o auge e declínio da economia açucareira e vinícola, por onde se estabeleceram muitos caixeiros, caldeireiros, purgadores e mercadores. Já no séc. XX acolheu fábricas de bebidas, reparação de navios, estabelecimentos ligados ao artesanato, escolas e espetáculos de circo.

Foi também Fernão de Ornelas, que chegou à presidência da CMF em 1935, uma figura que marcou um período de grande viragem na atividade comercial, principalmente na criação de impostos. Começou por taxar as casas comerciais pelos letreiros nas fachadas, o que originou alguma contestação por parte dos comerciantes. Em 1940 voltou a criar um imposto na concessão das novas licenças comerciais e industriais, o que deu novamente origem a grande contestação. Sem dúvida, o pequeno comércio ainda detinha um grande peso na vida urbana do Funchal, contribuindo à saída de Fernão de Ornelas da presidência da CMF.

Foi também nas primeiras décadas do séc. XX que surgiram novas atividades comerciais no centro do Funchal, como o vestuário e o calçado. A articulação com o mercado inglês desempenhou também um papel importante na publicidade, denunciando a forte presença de comerciantes de origem inglesa (Costa, 2013). Ainda no mesmo século, a revolução de 25 de Abril de 1974 e a adesão de Portugal à UE levou a grandes mudanças no comércio, quer ao nível da distribuição, modelos de gestão e inovações, quer no aumento do poder de compra por parte dos consumidores.

Outro fator que influenciou a evolução do Funchal foi a definição de novas centralidades no âmbito do PDM de 1997. Entre elas há que realçar o *Amparo/Ajuda e Penteada*, que resultaram de uma aposta na função habitacional, e as *Madalenas*, que destaca a oferta de comércio na proximidade (Costa, 2013: 53). A década de 90 ficou

também marcada pelo surgimento das primeiras galerias comerciais, bem como na definição do conceito do centro comercial. O centro da cidade foi assim confrontado com a perda de utilizadores, com o esvaziamento dos espaços públicos e com a emergência de novos espaços de comércio e lazer em áreas mais suburbanas.

Vítor Gomes contabilizou em 1999 dezasseis centros comerciais no Funchal, dos quais apenas 4 se localizavam em áreas exteriores ao centro da cidade (Gomes, 2000). Também a abertura de grandes centros comerciais nas áreas exteriores ao centro da cidade em 2001 e 2005 contribuiu para o estabelecimento de outras novas centralidades.

Para enfrentar o problema da descentralização, a CMF apostou em políticas de habitação, com incentivos à reconstrução, isenções de taxas e outros benefícios, na tentativa de criar condições que incentivassem à habitação no centro da cidade. Destacam-se também algumas iniciativas de grande impacto no comércio tradicional, na sequência do segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCAII): o Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) e o Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (UBCOM).

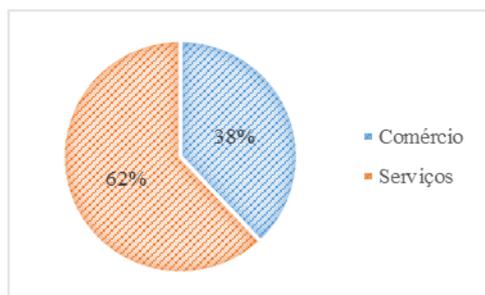
Em 2014, o Funchal contava com um total de 4408 estabelecimentos de comércio e serviços distribuídos por 10 freguesias, sendo que a Sé detém cerca de 40% do total de comércios e serviços. O comércio ocupa então um total de 38% em todo o município, enquanto os Serviços correspondem aos restantes 62%.

Tabela 1. Comércio e Serviços no Município do Funchal em 2014 (n.º).

Freguesias	Comércio	Serviços	Total
Sé	672	1087	1759
São Pedro	131	249	380
Santa Luzia	74	179	253
Santa Maria Maior	123	224	347
Santo António	219	240	459
Monte	21	46	67
Imaculado Coração de Maria	56	69	125
São Gonçalo	32	52	84
São Martinho	296	534	830
São Roque	43	61	104
Total	1667	2741	4408

Fonte: Município do Funchal.

Gráfico 14. Comércio e Serviços no Município do Funchal em 2014 (%).



Fonte: Município do Funchal.

4.4.1. Evolução recente do comércio na rua de Santa Maria.

Como nos é indicado pela CMF, foi nos finais dos anos 70 que um pequeno núcleo de bares começou a se instalar junto à Capela do Corpo Santo, atraindo a população e alterando a natureza do comércio local⁴⁸. Após a fixação dos bares, o facto é que a Zona Velha rapidamente começou a ser conhecida e tornou-se moda durante alguns anos. No entanto, foi eventualmente “substituída” por outros lugares mais centrais.

A celebração do “Funchal 500 Anos” desempenhou também um papel importante na estrutura atual do comércio do núcleo histórico de Santa Maria, bem como em um estabelecimento em particular. Dos muitos imóveis em estado de degradação que foram adquiridos pela CMF, o prédio n.º 170 na rua de Santa Maria foi um deles. No âmbito das iniciativas levadas a cabo pela autarquia, este foi recuperado e utilizado como sede na celebração do “Funchal 500 Anos” em 2008.

Posteriormente o edifício deu origem a um novo conceito ao replicar uma mercearia antiga, inaugurada pelo ex-Presidente da CMF, Miguel Albuquerque a 14 de janeiro de 2011. Em entrevista ao *DN* do Funchal do dia seguinte, o empresário que ganhou o concurso do espaço referia que a ‘Venda Velha’ não pretendia vender arroz, feijão ou especiarias para mistura, mas sim recriar o espírito das vendas e ambiente das mercearias. Com efeito, foi a abertura deste estabelecimento que marcou

⁴⁸ CMF: Câmara Municipal do Funchal “Enquadramento histórico – Santa Maria” http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=167%3Aenquadramento-historico-santa-maria&catid=63&Itemid=114. [11 de dezembro de 2015].

definitivamente a mudança na estrutura do comércio no bairro de Santa Maria (Caires, 2011a: 8).

Figura 12. Edifício da antiga sede do Funchal 500 Anos, atual 'Venda Velha'.



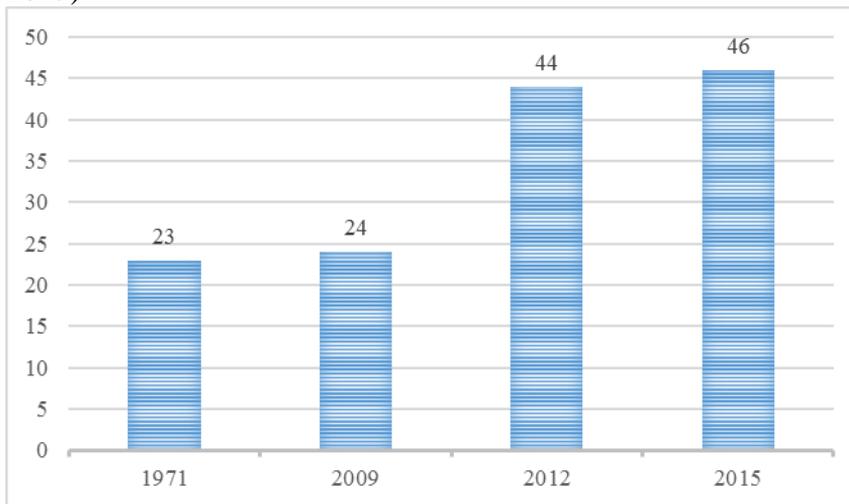
Fonte: Foto do autor, 2015.

Em relação à evolução do número de estabelecimentos na rua de Santa Maria, Pedro Costa (2013) fez uma recolha interessante tendo em conta duas datas: 1971 e 2012. O primeiro momento é importante pois remonta aos últimos anos do Estado Novo e às mudanças que advieram da revolução de 25 de Abril. O segundo momento resulta de um levantamento funcional por parte do autor à rua de Santa Maria, tendo em conta as funções do comércio e pequenos serviços existentes.

Há que sublinhar a importância do segundo momento pois sucede a intempérie do 20 de fevereiro de 2010, o que remonta ao início da regeneração dos espaços no núcleo histórico de Santa Maria. Ainda assim, foi escolhido um terceiro momento (2015), para que se possa observar melhor a evolução da oferta no comércio e nos serviços.

Assim sendo, de 1971 para 2009, a rua de Santa Maria passou de 23 para 24 estabelecimentos (Costa, 2013), o que demonstra uma evolução lenta em termos de quantidade. Mas, como se pode observar no Gráfico 14, a lacuna entre 2009 e 2012 reflete a grande aposta na dinamização do bairro de Santa Maria, que se traduziu em um aumento significativo de estabelecimentos, tanto comerciais como de serviços. No ano de 2012 e 2015 registaram-se 44 e 46 estabelecimentos, respetivamente.

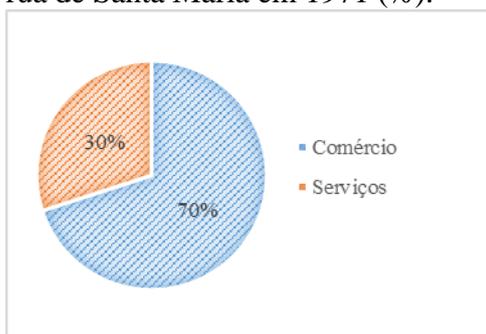
Gráfico 15. Estabelecimentos de Comércio e Serviços na rua de Santa Maria (1971-2015).



Fonte: Anuário Comercial de Portugal, 1971; Costa, Pedro (2013) *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa [janeiro de 2013].; Levantamento funcional, novembro de 2015.

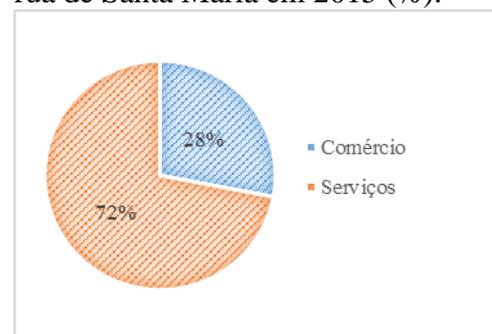
Estatisticamente falando, é perceptível a transformação da natureza do comércio na rua de Santa Maria desde 1971 até à atualidade. Em 1971, cerca de 70% dos seus estabelecimentos eram comerciais, sendo que os outros 30% correspondiam aos serviços (Gráfico 16). Em 2015, os papéis inverteram-se, onde os serviços, muito devido ao ramo da restauração, ocupam agora 72% de todos os estabelecimentos do arruamento (Gráfico 17).

Gráfico 16. Comércio e Serviços da rua de Santa Maria em 1971 (%).



Fonte: Anuário Comercial de Portugal, 1971.

Gráfico 17. Comércio e Serviços na rua de Santa Maria em 2015 (%).



Fonte: levantamento funcional, novembro de 2015.

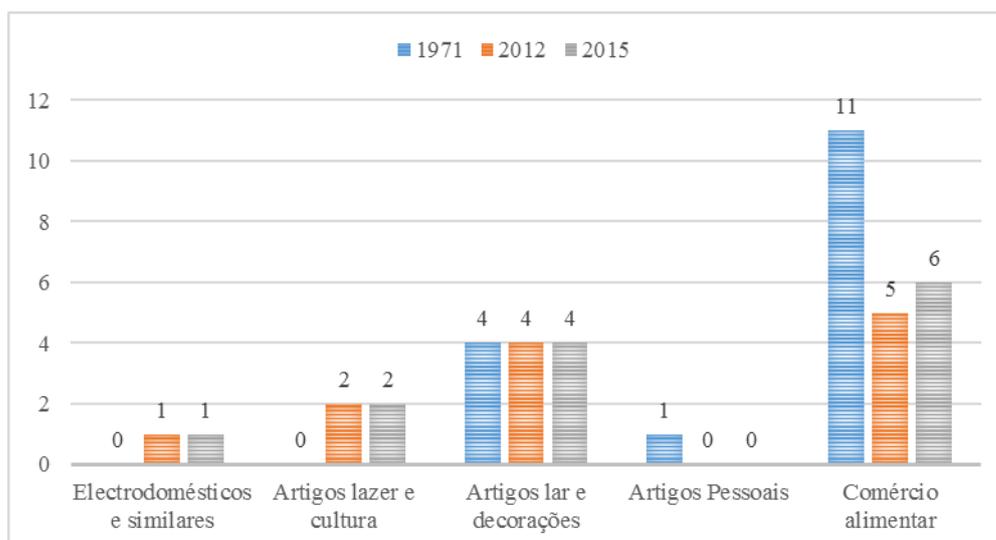
Entre o sector comercial, pode-se observar que a rua de Santa Maria era praticamente dominada pelos produtos alimentares em 1971, ao contrário de 2012 ou em 2015. Como refere Pedro Costa, esta era uma rua com muitos residentes na altura, que por sua vez possuíam uma “relação de confiança forte com os comerciantes deste eixo” (Costa, 2013: 59). Com efeito, 9 dos 11 estabelecimentos eram mercearias, sendo que em 2015 contam-se apenas duas das 6 registadas (Gráfico 18).

É de sublinhar também a permanência atípica dos estabelecimentos de equipamentos para o lar (artesanato) desde 1971, com especial destaque para a Fábrica de Chapéus de Santa Maria. Em entrevista ao proprietário da loja, este admite que foi apenas o sector da restauração que beneficiou das medidas de regeneração levadas a cabo no bairro. Pelo contrário, prejudicou outros ramos e principalmente o seu negócio, que se reflete na diminuição constante das vendas.

Referimo-nos da mesma forma aos serviços de estética, que se mantiveram com dois estabelecimentos desde 1971, se bem que de uma forma diferente. É que, apesar de estes corresponderem a duas barbearias em 1971, em 2012 e 2015 registam-se dois cabeleireiros. Além dos danos associados, este parece ser um dos sectores que não foi nem beneficiado nem prejudicado pela aluvião de 20 de fevereiro. Em entrevista à revista *MAIS*, a proprietária de um destes cabeleireiros afirmava que, apesar de a zona possuir “cada vez menos moradores [...] clientes, no entanto, não têm faltado” (Caires, 2011b: 12). E ainda reforçou que “muitas das senhoras que por lá viviam e foram realojadas continuam a ser suas clientes” (*Ibidem*), o que demonstra uma relação de confiança semelhante à que os moradores tinham com as mercearias em 1971.

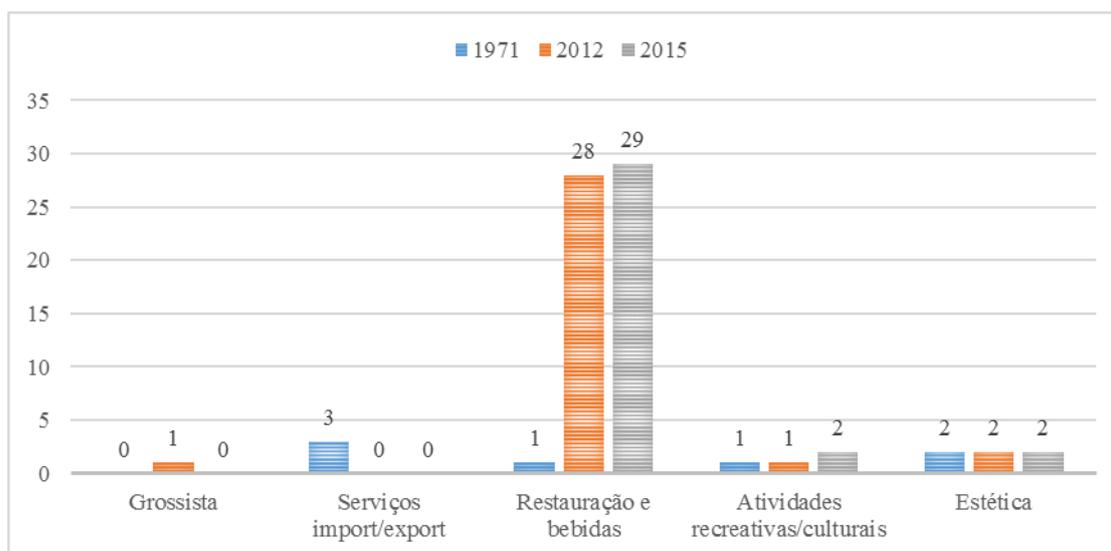
Em sentido inverso ao comércio alimentar regista o sector da restauração. Apesar de a rua de Santa Maria ser dominada pelo primeiro em 1971, o facto é que a restauração passou a predominar em 2012 e 2015 (Gráfico 19). Como pontos de atuação inseridos no 1.º relatório da *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*, a verdade é que a pedonização e a colocação de esplanadas na rua de Santa Maria foram duas medidas que, logicamente, beneficiaram a restauração. Em 1971, o único estabelecimento do sector da restauração era uma padaria. Já em 2012 e 2015 registavam-se 28 e 29 estabelecimentos de restauração, respetivamente.

Gráfico 18. Estabelecimentos comerciais na rua de Santa Maria.



Fonte: Anuário Comercial de Portugal, 1971; Costa, Pedro (2013) *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa [janeiro de 2013].; Levantamento funcional, novembro de 2015.

Gráfico 19. Estabelecimentos de serviços na rua de Santa Maria.



Fonte: Anuário Comercial de Portugal, 1971; Costa, Pedro (2013) *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa [janeiro de 2013].; Levantamento funcional, novembro de 2015.

Apesar da grande evolução do ramo da restauração, este estagnou nos últimos três anos, havendo apenas mais um estabelecimento em 2015 quando comparado com 2012. Muitos fatores poderão estar na origem da estagnação verificada: a crise, o aumento do IVA ou a redução do horário de funcionamento dos bares e restaurantes.

O próprio *DN* do Funchal destacou essa mesma estagnação da restauração na Zona Velha do Funchal, com alguma polémica à mistura. Como é indicado na notícia,

os empresários além de terem enfrentado o aumento do IVA para 22% e a quebra nas vendas na ordem dos 40 a 50% devido à crise, tiveram ainda que suportar a redução do horário de funcionamento dos bares e restaurantes, muito devido às queixas de barulho por parte dos moradores (Caires, 2013: 8).

De facto, as queixas por parte dos moradores não eram novidade. Houve duas reportagens por parte do *DN* em julho de 2011 e em julho de 2012, onde alguns moradores se queixavam do ruído e do estacionamento irregular. Coincidência ou não, o que se pode verificar é que as queixas surgiam com mais frequência no Verão. Além das frequentes reclamações na secção “Cartas do Leitor” do *DN*, os moradores organizaram uma petição a exigir a redução do horário de funcionamento, apesar de reconhecerem os benefícios da revitalização. Com efeito, a CMF deliberou em outubro de 2013 a redução do horário de funcionamento das 04:00 da manhã para a 01:00 nos dias de semana (até as 02:00 nos fins de semana e vésperas de feriados).

É exatamente na autoria desta petição que está a origem da polémica referida. É que, como relata o *DN*, corria a versão no bairro de Santa Maria de que as razões dos moradores escondiam os interesses e pressões da concorrência e de que um dos mentores dessa mesma petição trabalhava num estabelecimento da concorrência. Coincidência ou não, a verdade é que a CMF nessa mesma altura se preparava para autorizar a abertura dos bares na rua das Fontes, no outro lado da cidade, até às quatro da manhã. Como aponta Marta Caires,

A verdade é que a moda pegou e no Verão de 2011 e de 2012 todos os caminhos da diversão noturna foram dar à Zona Velha. A par dos bares, apareceram mais restaurante e esplanadas, o circuito começou a ser jantar por ali e ir tomar um copo a seguir, também na zona. Estava tudo certo, vendia-se bem, os bares colocavam as fotos na página do Facebook. A Zona Velha era o Bairro Alto da Madeira [...]. Do outro lado da cidade, na rua das Fontes, os bares estão cheios, há muita animação. Em breve, estes serão os únicos bares da baía da cidade a ter licença de funcionamento até as quatro da manhã [...] Na Zona Velha, a euforia dos primeiros tempos passou, há quem pense já em desmontar o negócio e abri-lo noutro lado, num sítio com menos complicações (*Ibidem*, 2013: 8-9).

Sem dúvida, a evolução recente do comércio na Zona Velha do Funchal não se resume apenas à abertura de estabelecimentos. Outros, por várias razões, encerraram nos últimos anos. De acordo com o *Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal* realizado pela Câmara Municipal do Funchal, dez estabelecimentos que pertenciam ao núcleo histórico de Santa Maria encerraram em

2014 (CMF, 2014a). De todas, foi na rua de Santa Maria que mais estabelecimentos encerraram, com um total de 4. Seguem-se a rua Direita e a rua Latino Coelho, com 2 espaços cada uma. Por fim contam-se mais dois fechados, um na rua do Portão de São Tiago e outro na rua D. Carlos I (CMF, 2014a: 112).

Figura 13. Largo do Corpo Santo (1960-2015).



Fonte: Fotografia Perestrelos, Capela do Corpo Santo, Funchal, 1960, Arquivo Regional da Madeira – DRC/SRECT, Imagem n.º 131; foto do autor, 2015.

4.5. Pedonização da rua de Santa Maria.

Outra das medidas que está ligada diretamente à evolução do comércio na Zona Velha do Funchal foi a pedonização da rua de Santa Maria, proposta pela *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*. Apesar de se ter concretizado em 2011, um ano após a intempérie de 20 de fevereiro, a verdade é que este processo, associado à renovação e requalificação urbana do centro histórico, já havia sido iniciado em 1996/97.

De facto, a génese e problemática da pedonização nos centros das cidades é mais antiga do que se pode imaginar. A pedonização está associada ao encerramento das ruas ao trânsito automóvel, um processo tão antigo quanto a presença dos automóveis nas cidades. As primeiras referências à pedonização remontam aos centros de cidades nos Estados Unidos da América dos anos 20, exatamente no momento em que as densidades e os fluxos pedonais e automóveis se tornaram incompatíveis (Alduán, 1998).

Devido à dificuldade no escoamento do intenso tráfego automóvel no centro das cidades, a criação de áreas pedonais propõe: a criação de áreas que sejam confortáveis à mobilidade pedonal; proibição ou limitação do uso do veículo automóvel em áreas com valor histórico e patrimonial; a garantia de condições de ruído favoráveis

aos moradores e transeuntes; a criação de áreas mais seguras; a contribuição ao desenvolvimento do comércio e turismo da própria cidade.

Na pedonização, há que ter sempre em conta a compatibilidade entre a cidade, o automóvel e o peão, nunca esquecendo algumas exceções como os moradores, os veículos de emergência e os carros de transporte do lixo, importantes pela sua funcionalidade e as cargas e descargas, cruciais para o comércio, ainda que restritas a períodos pré-definidos. É Frederico Sá (2010) que identifica três tipos de ruas pedonais: as predominantemente motorizadas, as predominantemente pedonais e as intermédias. As primeiras asseguram a circulação de transportes coletivos e estacionamento, ao contrário das segundas, que contam com uma forte presença de peões, pelo que poderão existir elementos arbóreos, mobiliário urbano, e pavimento a pensar na segurança do peão. As intermédias são pensadas na coexistência entre o peão e o automóvel através da imposição de velocidades moderadas, da arborização das ruas e da redução do tráfego de atravessamento (Sá, 2010).

Como reconhece Alduán (1998), são vários os efeitos positivos da pedonização, onde se destacam a diminuição do ruído, da contaminação e dos acidentes, o reforço de algumas atividades comerciais e turísticas e sobretudo a recuperação do centro da cidade para os peões como elemento chave da sua identidade. Contudo, apontam-se alguns efeitos negativos, como a expulsão da função residencial dos centros, a especialização de alguns ramos comerciais em detrimento de outros e a deslocação dos problemas para a periferia das áreas pedonais.

Convém lembrar que a criação dos espaços pedonais não origina, por si só, tais efeitos. Estes normalmente estão ligados a políticas relativas ao uso do solo e dos edifícios, ao aluguer e construção e à reabilitação do património edificado (Alduán, 1998). O caso da pedonização das ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz em 1993, na baixa de Coimbra, ilustra alguns destes efeitos. Em declarações ao *Jornal i*, o vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) afirmava que “o comércio não aumentou com a pedonização”, defendendo ainda que as ruas deveriam ter tido outro “acompanhamento, como muitas esplanadas, atividades lúdicas e mais animação” (*Jornal i*, 2 de agosto de 2009). Foi também José Costa, ex-presidente da ACIC, que ligava o insucesso da pedonização da baixa de Coimbra a uma série de circunstâncias, desde o aparecimento de grandes superfícies comerciais, a dificuldades nos transportes e estacionamentos e sobretudo a crise generalizada que afetou a classe média (*Idem*, 2009).

No que diz respeito à cidade do Funchal, foi em 1946 surgiram os primeiros calcetamentos das ruas e o aumento da circulação viária na cidade. Em paralelo com a crescente utilização do automóvel, foram se gerando várias situações de conflito entre o trânsito automóvel e pedonal, situações que urgiam a tomada de decisões por parte das autoridades competentes. Com efeito, a massificação do automóvel e as consequentes emissões de poluentes levaram à limitação do acesso automóvel em alguns arruamentos centrais do Funchal.

As políticas de restrição ao automóvel começaram então nos anos 90, com o encerramento das ruas da Queimada de Cima e de Baixo (1993), rua João Tavira (1996), rua do Bispo (1995/96), rua de Santa Maria (1997), rua dos Murças, Capelistas e António José de Almeida (2001), rua do Esmeraldo (2004) e a faixa sul da Avenida Arriaga (2004) (Costa, 2013: 71).

Como salienta Bettencourt, a cidade do Funchal ainda apresentava algumas debilidades na década de 90, das quais se pode destacar a excessiva concentração de funções económicas e administrativas nas zonas históricas, o que levava ao seu congestionamento e abandono da função habitacional (Bettencourt, 2007). Com efeito, foram traçados novos focos de ação que, de entre várias medidas, se incluía a requalificação dos núcleos históricos, que englobava a pedonização e o melhoramento dos pavimentos, dos edifícios residenciais e dos estabelecimentos comerciais.

É principalmente nos centros das cidades que devem ser impostas velocidades reduzidas e outras limitações aos utilizadores motorizados de forma a garantir uma maior segurança ao peões e moradores. Como é normal, os núcleos históricos apresentam um desenho das suas ruas e um património que impõe exigências de tempos antigos, o que dificulta o uso do seu espaço e potencia o conflito entre os transportes e o peão (Costa, 2013).

Este é o caso da rua de Santa Maria, primitivo núcleo de ocupação da cidade do Funchal. De acordo com o 1.º relatório elaborado pela *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Centro Histórico de Santa Maria*, a proposta da pedonização da rua de Santa Maria justificava-se pelo grande número de viaturas que transitavam numa rua tão estreita, além dos perigos que representavam para os moradores e transeuntes.

Aliás, a rua sempre manteve esta morfologia. Jorge Valdemar Guerra inclusive considerava que, no ano de 1748, apesar de ser a mais estreita, a rua de Santa Maria era também a rua com mais trânsito no Funchal, fervilhando quer de pessoas que se dirigiam à Igreja de Nossa Senhora do Socorro (Igreja de Santiago Menor), quer de

boieiros, arrieiros e outras montadas a cavalo (Guerra, 2010a). Atualmente a rua mantém as mesmas características, confrontando a rua Brigadeiro Oudinot a oeste e a este com a rua do Lazareto, rondando os 630 metros.

Desde a divulgação do 1.º relatório da *Comissão* a 8 de março de 2011, a verdade é que o processo de pedonização da rua de Santa Maria avançou de forma favorável e relativamente célere. No dia 27 de abril de 2011 o *DN* do Funchal chegou a anunciar que a decisão estaria para breve, faltando apenas a confirmação do anterior presidente da CMF, Miguel Albuquerque. De acordo com a notícia, a rua de Santa Maria estaria para “fechar definitivamente ao trânsito para permitir a colocação de esplanadas e com elas a captação de mais público para esta área histórica da cidade” (Correia, 2011: 4).

Tal foi que em junho do mesmo ano o *DN* anunciou que o pedido de pedonização teria sido aceite por Miguel Albuquerque, pelo que os serviços municipais teriam apenas o mês de junho para estudar e apresentar alternativas ao trânsito. Como indica Marta Caires, esta seria uma medida que permitiria a programação de outras atividades para a rua, além do licenciamento de mais esplanadas (Caires, 2011c: 6). Em paralelo, foi também publicado no mesmo dia que os pedidos de licenciamento de esplanadas aumentaram, como os pedidos para alargamento do horário de funcionamento (Caires, 2011d: 6).

De facto, os objetivos da pedonização da rua de Santa Maria fazem-nos lembrar na diversidade das áreas pedonais. Esta variedade tem em conta diversas características, desde a sua localização, circunstâncias urbanísticas, condições de acesso, dimensão, morfologia, atividades ou uso do solo. Segundo Alduán (1998), é nesta diversidade de condições que surgem várias imagens de marca ou identidades dos centros históricos pedonizados: a cidade-museu, quando se pretende atrair o turista a visitar o centro histórico; a cidade-comercia, quando o objetivo é cativar o consumidor a fazer compras; a cidade do poder político, quando os espaços são reservados às instituições oficiais; e a cidade-bar, quando o centro histórico tende a se especializar na diversão noturna (Alduán, 1998).

Para finalizar, o percurso da rua de Santa Maria tornou-se então pedonal em julho de 2011, onde quem mais beneficiou foram os restaurantes e esplanadas, como verificado anteriormente na evolução recente do comércio. A CMF estipulou então que de segunda a sexta feira entre as 10:30 e as 01:00 e aos fins de semana e feriados entre as 10:30 e as 03:00, a circulação automóvel fica interdita, encontrando-se aberta, no

restante horário para cargas e descargas. Nesta última condição, as cargas e descargas são permitidas pelo acesso da rua Brigadeiro Oudinot com saídas na rua dos Barreiros, travessa João Caetano, travessa do Pimenta e travessa dos Escaleres (Costa, 2013).

5. A caminho do enobrecimento?

5.1. O caso do núcleo histórico de Santa Maria.

Estará o núcleo histórico de Santa Maria a caminho do enobrecimento urbano? Talvez, mas dever-se-á primeiro discutir as agendas políticas para a regeneração urbana da área em questão, debater quais estariam orientadas para o ideal da cidade criativa, analisar que impacto tiveram em termos demográficos e comerciais e averiguar a futura agenda para a regeneração do núcleo histórico para se poder justificar essa possibilidade.

Por volta da década de 1980, foi se gerando no campo das políticas urbanas, um pouco por toda a Europa e América do Norte, a crescente aposta na cultura como forma de atrair investimentos, profissionais, turistas, residentes e de promover imagens apelativas para as cidades (Ferreira, 2010), e com a descoberta do seu potencial económico, a cultura foi encarada como uma solução, tanto à crise socio-económica como à perda de competitividade territorial no contexto pós-fordista (Harvey, 1989; Castells, 1996; Miles, 2012). Definitivamente, foi neste contexto que o planeamento urbano se foi tornando ambíguo, ao se inspirar e combinar elementos das três dimensões teóricas da cidade criativa nas suas agendas de reabilitação urbana (Ferreira, 2010). As expectativas também eram várias: a regeneração das economias locais; o crescimento económico e aumento do emprego; a regeneração do património monumental, espaço físico, imagem e identidade das cidades; a coesão e diversidade social; ou a melhoria da qualidade de vida urbana em geral.

Contudo, a vocação economicista e tendência para o marketing urbano das políticas urbanas desencadeou mecanismos contraditórios de expulsão e reapropriação (Mendes, 2012). Em muitos casos, a regeneração de base cultural levou à marginalização de culturas, à estetização do espaço ou à diminuição da heterogeneidade cultural, efeitos que por sua vez resultam no enobrecimento urbano (Ley, 1996; Lees *et al.*, 2008). Com efeito, a futura configuração das cidades poderá depender cada vez mais do setor privado ou de parcerias público-privadas (Miles, 2012).

É sob este panorama que nos interrogamos sob a natureza das agendas políticas para a regeneração da Zona Velha. Terá sido de base cultural? Inicialmente, por volta da década de 70/80, não se pode dizer que a estratégia tenha sido essa. Nessa altura, o

centro histórico de Santa Maria enfrentava um conjunto de problemas associados ao declínio das atividades industriais, artesanais e comerciais, como o despovoamento, que levava à degradação do edificado, o envelhecimento populacional e a perda de competitividade territorial, associada à definição das novas centralidades (Bettencourt, 2007; Costa, 2013; CMF, 2014a).

Para suprimir estas problemáticas, o núcleo histórico de Santa Maria foi classificado como “Zona Velha” pelo DLR n.º 21/86/M a 02/10/1986, e definido no ano seguinte como ACRRU, estabelecido pelo DRR n.º 17/87/M, que o nomeou “Zona Velha da Cidade” (Rodrigues, 2013; CMF, 2014b). Esta nomeação provou ser o primeiro momento de preocupação por parte da CMF ao estado de degradação do bairro de Santa Maria, que se traduziu no calcetamento da rua de Santa Maria e na recuperação da praia de São Tiago no âmbito do programa *RECRUA*. Posteriormente, em 1995, o protocolo assinado entre a CMF e o Ministério do Comércio e Turismo resultou na *Operação Piloto de Valorização Sociocultural e Turística do Núcleo de Santa Maria*. Como admite a CMF⁴⁹, este conjunto de medidas provou ser um incentivo ao investimento privado, que, com o benefício do programa *PITER*, deu origem a propostas de particulares para o investimento no turismo e estetização do espaço.

Em termos nacionais, a tendência para o marketing urbano iniciou-se na década de 1990, que se traduziu em grandes eventos como a Expo’98 e a Porto 2001 (Ferreira, 2010). No caso regional, e, mais concretamente, no bairro de Santa Maria, essa tendência refletiu-se em eventos como a celebração do “Funchal 500 Anos”, que promoveu visitas guiadas ao bairro e a recuperação de vários imóveis, ou nas primeiras edições do *On by Porto Bay*, festivais de arte pública que procuraram dinamizar a Zona Velha em 2006 e 2008, o que revela o início da aposta em políticas regenerativas de base cultural, mesmo antes da aluvião de 20 de fevereiro de 2010. È como lembra Ferreira (2010), ao apontar que a preocupação estratégica pelas indústrias criativas e culturais em Portugal ainda são mantidas mais no plano retórico do que no prático. Na prática, estas traduzem-se principalmente em programas direcionados para o património ou no apoio às atividades culturais mais clássicas (Ferreira, 2010).

Após a intempérie, a CMF criou em 2011 a *Comissão de Requalificação e Embelezamento do Núcleo Histórico de Santa Maria*, que sugeriu as tais dez medidas

⁴⁹ CMF: Câmara Municipal do Funchal “Ações desenvolvidas em prol da recuperação da zona” http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=168%3Aacoes-desenvolvidas-em-prol-da-recuperacao-da-zona&catid=63&Itemid=114 [7 de dezembro de 2015].

para melhorar a imagem e segurança do bairro. Diagnosticados os pontos de atuação, a estratégia para a regeneração da área passou pelo investimento público e por parcerias público-privadas em eventos/festivais, como elementos catalisadores de outras iniciativas no âmbito das indústrias criativas e na especialização do comércio local. Naturalmente, convém lembrar que este aumento de iniciativas se deveu ao “clima de catástrofe” que sucedeu à intempérie.

Definitivamente, foi no ano seguinte à aluvião de 20 de fevereiro que se verificou o grande aumento de medidas em torno da regeneração urbana de base cultural. Só no ano de 2011, destacam-se a Feira Gastronómica do Atum, a Feira da Lagartixa, a Feira das Velharias, a 3.^a edição do *On by Porto Bay* e o projeto *Arte de Portas Abertas*, que levou a cabo várias intervenções de teor artístico e cultural, e a pedonização da rua de Santa Maria, concretizada em julho. Que princípios e características permitem agrupar o processo de regeneração do núcleo histórico a uma das dimensões da cidade criativa?

Tendo em conta os modelos estudados, parece-nos que o projeto de regeneração do núcleo de Santa Maria apresentou algumas características que remetem ao modelo da cidade criativa inspirado por Landry (2000; 2005; 2008). Neste, é colocado maior ênfase nos projetos artísticos (*Arte de Portas Abertas*; *On by Porto Bay*) do que, por exemplo, na classe criativa, onde a cidade é vista como um local capaz de potenciar o uso das capacidades criativas dos seus habitantes, trabalhadores, organizações e autoridades, de forma a resolver problemas individuais ou coletivos (Ferreira, 2010).

Porém, convém lembrar que nesta dimensão, os desenvolvimentos da cultura e criatividade são pensados mais como instrumentos e ferramentas para atingir determinados objetivos do que propriamente objetivos a serem atingidos. No caso das políticas urbanas direcionadas para o núcleo histórico de Santa Maria, o objetivo não é, nem foi atrair a classe criativa de Florida, mas sim servir-se da criatividade e cultura nos processos de regeneração urbana como forma atingir uma variedade de objetivos, como a estetização do espaço e a atração do turismo. Tendo em conta que a subjetividade do planeamento cultural surge na combinação dos vários modelos teóricos da cidade criativa, ainda assim, não se pode assumir que o processo de regeneração urbana do núcleo histórico de tenha inspirado em qualquer uma destas dimensões. O facto de algumas das características remeterem a estes modelos não significa, necessariamente, que estes tenham servido de base ou inspiração para esses processos regenerativos.

Por outro lado, sabe-se que uma das dimensões mais malsucedidas dos programas de regeneração urbana de base cultural é a do real envolvimento das camadas sociais e territórios económica e culturalmente menos qualificados e marginais (Bianchini e Parkinson, 1993; García, 2004; Ferreira, 2010), o que pode levar à polarização, segmentação e exclusão social. Como é que foram então coordenados os interesses entre os residentes do núcleo histórico e os restantes agentes envolvidos?

A evolução do projeto *Arte de Portas Abertas* elucidá-nos a este respeito. Segundo Zyberchema, o projeto começou a ser discutido com os residentes, foi iniciado juntamente com os moradores, e algumas ideias do projeto partiram de pessoas que queriam fazer parte da iniciativa. Ainda assim, as dificuldades foram evidentes, pois algumas casas não estavam habitadas, noutras viviam inquilinos e não propriamente os proprietários, e noutras os moradores simplesmente não entendiam o conceito do projeto. Nas palavras de Zyberchema,

Este projeto, ao contrário de outros projetos similares que se destinam para os turistas, não era nem foi destinado para os turistas. O projeto era para os que vivem lá, os moradores, e a partir do momento em que os que lá vivem se identificam e aceitam o projeto como seu, logo virá o turista, pois partirá da parte dos moradores o cuidado pelas portas e pela sua regulação. Os moradores começaram então a tomar o projeto como seu, e, apesar de se desconfiar da segurança e preservação das portas, a verdade é que foram os inquilinos e os moradores a tratar da própria preservação das portas que estavam pintadas [...] Considero que este projeto tenha sido mais para os residentes, pois estando do lado deles, o principal objetivo do projeto seria contribuir para o seu bem-estar, pois não se trata de expulsá-los de lá, mas sim criar um bem-estar geral que os fizesse querer continuar a viver na Zona Velha do Funchal. Pois é possível conviver com a arte, com uma rua cheia de vida, com uma rua movimentada (Zyberchema, 2015).

Como se verificou, o sucesso da iniciativa foi tal que ultrapassou o âmbito dos artistas, levando também alguns residentes/comerciantes a pintarem as portas das suas casas/estabelecimentos. Poder-se-á dizer que, nos termos da escala de Arnstein (1969) sobre a participação dos utilizadores no ordenamento urbano, os moradores do núcleo histórico de Santa Maria, no âmbito do projeto *Arte de Portas Abertas*, foram remetidos inicialmente ao grau de simulação (informação, consulta e apaziguamento), apesar de posteriormente, o envolvimento de alguns moradores/comerciantes no projeto se ter traduzido no primeiro nível dos graus de poder dos cidadãos, a parceria.

Relativamente aos impactos da regeneração urbana em termos comerciais, os resultados são esclarecedores. Em conjunto com estas iniciativas, a pedonização da rua de Santa Maria desempenhou um papel crucial no comércio, ao beneficiar o ramo da restauração. A diferença entre 2009 e 2012 é reveladora da influência da pedonização e dos processos de regeneração urbana no comércio local. No espaço de três anos, o número de estabelecimentos aumentou de 24 para 44 (Costa, 2013), sendo que destes 44, vinte e oito estavam ligados ao ramo da restauração. Convém lembrar que, apesar da enorme evolução do ramo da restauração, o mesmo estagnou nos últimos três anos. Vários fatores poderão estar na origem desta estagnação, como o aumento do IVA para 22%, a quebra nas vendas entre 40 a 50% devido à crise e a redução do horário de funcionamento dos estabelecimentos (Caires, 2013).

Sabe-se que uma das limitações dos projetos de regeneração urbana prende-se com a falta de coordenação entre os agentes envolvidos, pois as políticas urbanas são frequentemente movidas por interesses económicos e comerciais em vez de se guiarem pelas reais necessidades e expectativas das pessoas (García, 2004; Ferreira, 2010). O processo de regeneração urbana da Zona Velha representa claramente esta dimensão malsucedida, ao demonstrar dificuldades em balancear os interesses da comunidade local com os interesses da restauração e turismo.

Em 2011, à medida que as ações em torno de regeneração do núcleo histórico aumentavam, combinadas com a especialização da restauração, aumentavam por sua vez as queixas por parte dos moradores. Houve duas reportagens no DN do Funchal em julho de 2011 e em julho de 2012 em que os moradores se queixavam do ruído e do estacionamento irregular. Para além, em 2013, os moradores organizaram uma petição a exigir a redução do horário de funcionamento, apesar de reconhecerem os benefícios de regeneração (Caires, 2013). No entanto, a redução dos horários de funcionamento da restauração no bairro de Santa Maria não solucionou este problema. Outra notícia publicada no DN, a 4 de novembro de 2014, esclarece o estado de espírito dos moradores afetados. Com o título de “Zona Velha ‘acordou’ com apelos de justiça”, é referido que

“Os moradores da Zona Velha da cidade do Funchal atingiram o ponto de saturação! Dizem-se esquecidos por quem tem o dever de zelar pelo bem-estar de toda a população, dirigindo críticas à Câmara Municipal do Funchal. Mudaram as pessoas, mas as coisas, em vez de melhorarem, só pioraram, disseram-nos em unísono, diversos moradores. Criticam o(s) excesso(s) cometidos dia após dia, pelos empresários da restauração. O ruído, durante a noite, atinge níveis insuportáveis, mas também há atropelos à dignidade dos moradores na

localidade ao longo do dia [...]. Diversos moradores colocaram plásticos com mensagens alusivas ao protesto acerca do ruído excessivo em algumas das portas pintadas que caracterizam a zona desde algum tempo. Pincharam-nos de forma a não estragar as pinturas. E o resultado foi testemunhado por todos os que lá passaram durante o dia de ontem (Fernandes, 2014: 2).

Em termos demográficos, a verdade é que os dados disponíveis não nos permitem confirmar que os processos de regeneração urbana tenham influenciado o número de residentes do núcleo histórico de Santa Maria. De facto, o número de residentes na freguesia de Santa Maria Maior tem diminuído consistentemente desde 1981. Contudo, o último momento censitário remonta ao ano de 2011, precisamente a altura em que a quantidade de ações em torno da regeneração do bairro estava no seu auge. Seguramente, a próxima verificação censitária poder-nos-á elucidar sobre os efeitos da regeneração no bairro em termos demográficos.

Outra das problemáticas dos projetos de regeneração urbana reside na indefinição da estratégia a seguir e na imprevisão das consequências que advirão em termos de serviços, comércio, utilizadores temporários e comunidade local (Ursic, 2012). No caso do núcleo histórico em particular, que estratégias se seguirão? Que objetivos e expectativas as motivam?

Neste sentido, faz-se referência ao *Cidade Convida*, um projeto de delimitação de ARU (Área de Reabilitação Urbana) de 2014, que no momento encontra-se em fase de aprovação. Na origem deste projeto está o reconhecimento por parte da CMF da “continuada insuficiência, degradação e obsolescência de alguns edifícios” nas zonas históricas da cidade, o que justifica a proposta de intervenção baseada na delimitação de uma ARU (CMF, 2014b). A proposta enquadra-se no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012 de agosto, conforme o seu artigo 13º, relativamente à delimitação e aprovação da ARU (CMF, 2014b: 4).

As ARU, nos termos do RJRU, abrangem “áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado, ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas” (n.º 2, artigo 12º, RJRU), às quais deverão corresponder as Operações de Reabilitação Urbana (ORU), enquanto “conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a

reabilitação urbana uma determinada área” (alínea h do artigo 2º, RJRU). Segundo o documento, com esta proposta antevê-se o início de

um novo ciclo na política urbana, capaz de responder às necessidades e recursos de hoje, promovendo eficazmente a dinamização da economia local e a afirmação de um tecido económico resiliente, fortalecendo a coesão social e territorial, melhorando de forma sustentável a qualidade de vida dos cidadãos, e potenciando o património histórico, cultural e paisagístico do concelho (CMF, 2014b: 7).

No âmbito da regeneração urbana para as ARU, nas quais se inclui o núcleo histórico de Santa Maria, a proposta de delimitação territorial tem como estratégia política basilar a promoção da reabilitação dos edifícios da área de intervenção, consoante a concessão de incentivos e apoios aos proprietários e demais titulares de outros direitos, ónus e encargos. Numa perspetiva mais geral, os seus eixos estratégicos dividem-se da seguinte forma: 1) reinvenção do centro histórico do Funchal; 2) reversão da degradação do centro histórico através da regeneração e reabilitação do património edificado; 3) integração e articulação na cidade e na envolvente; 4) promoção da revitalização económica e social; 5) promoção da eficiência energética e sustentabilidade ambiental; 6) e a afirmação da cidade do Funchal como destino turístico internacional através do reforço dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer, para que o “visitante sinta, experimente e viva a cidade” (*Ibidem*: 12-13).

Tendo em conta os eixos estratégicos referidos, o *Cidade Convida* apresenta os seguintes objetivos específicos: a) a consagração formal dos três núcleos históricos (Santa Maria, Sé e Santa Clara), que, fazendo parte da memória coletiva da cidade, são também património cultural, natural e construído, que importa conservar, reabilitar e valorizar; b) a renovação, em termos populacionais, dos núcleos históricos envelhecidos e com sinais de despovoamento e abandono, garantindo o rejuvenescimento dos mesmos; c) o aumento dos equipamentos coletivos em imóveis devolutos recuperados como incentivo à permanência da população e atração de novos residentes; d) a qualificação e valorização dos equipamentos existentes; e) a redinamização, em termos comerciais, do centro terciário principal; f) a redefinição da política de transportes e estacionamento para o centro histórico da cidade; g) a dinamização do mercado social de arrendamento municipal; h) e o fomento da adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados (CMF, 2014b: 14).

É notória a ambição do projeto. Mas sabe-se que uma das maiores problemáticas dos projetos de regeneração urbana reside na indefinição das estratégias a

seguir e na imprevisão das consequências das mesmas. Percebe-se que os eixos estratégicos, neste caso, são apresentados de uma forma muito geral e pouco clara. Um dos eixos estratégicos pretendidos é a reinvenção do centro histórico do Funchal. Mas com que objetivos? Com que motivações? Pretende-se também reverter a degradação do centro histórico através de regeneração e reabilitação do património edificado. Como lembra Ferreira (2010), a preocupação estratégica pela cultura resume-se, no panorama nacional, a programas direcionados para o património. Normalmente, no contexto da globalização e competitividade territorial, o planeamento acaba por se afastar das definições mais complexas da heterogeneidade social e capital cultural (Ursic, 2012).

Noutro sentido, a preocupação com a afirmação do Funchal como um destino turístico internacional através do reforço dos espaços destinados ao turismo, cultura e lazer apenas revela a vertente económica das políticas públicas urbanas direcionadas para o centro histórico. No entanto, como serão balanceados os interesses dos residentes com os interesses do turismo? Segundo esta vertente, não irá o planeamento urbano gerar novos desequilíbrios entre as figuras estruturantes da ordem espacial e social da vida urbana? Normalmente, quando se desconhece os efeitos a médio/longo prazo, estas orientações poderão resultar na diminuição da heterogeneidade cultural, o que faz com que certos lugares, como os centros históricos, se transformem em locais “disneyficados” (Zukin, 1991; Ferreira, 2010).

Figura 14. Um bairro “disneyficado”.



Fonte: foto do autor, 2015.

Um dos objetivos do projeto *Cidade Convida* reside na qualificação, valorização e aumento dos equipamentos coletivos como forma de incentivar a permanência da população, atrair novos residentes e “convidar” o visitante a “sentir, experimentar e viver” a cidade. Porém, na prática, o que o projeto pretende é atrair novos residentes como forma de “rejuvenescer” o centro histórico, quer em termos populacionais como económicos, e garante uma série de benefícios fiscais para quem queira investir.

Desses benefícios, destacam-se: i) isenção por cinco anos de IMI aos prédios urbanos objeto de reabilitação urbanística; ii) isenção por dois anos de IMT para as aquisições de prédios urbanos destinados à regeneração; iii) isenção de IMT para as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma, destinado a habitação própria e permanente, na primeira venda do prédio reabilitado; iv) dedução à coleta (IRS) de 30% dos encargos suportados pelo proprietário para a reabilitação, até ao limite de 500 euros; v) a tributação à taxa reduzida de 5% quando haja venda de um imóvel reabilitado em ARU; vi) tributação a 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS, quando exclusivamente devido ao arrendamento de imóvel reabilitado; vii) aplicação de taxa reduzida (IVA) de 6% nas obras de reabilitação urbana com apoio público; viii) isenção do pagamento das taxas de emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia das obras em edifícios de interesse patrimonial, classificados e obras participadas por programas públicos; ix) redução de 50% do valor das taxas de emissão ou admissão de comunicação prévia das obras da zona central, em relação às áreas para hotelaria e para habitação; x) redução de 50% das taxas pela ocupação da via pública, para obras de reabilitação de edifícios em que 44% seja área habitacional e na zona central; xi) redução de 50% do valor das taxas de ocupação da via pública para o comércio e restauração; xii) redução de 50% do valor das taxas de publicidade para os estabelecimentos comerciais e de restauração (CMF, 2014b: 40-44).

Por outras palavras, estes incentivos e benefícios fiscais vão de encontro à estratégia política basilar do projeto, a promoção da reabilitação do património edificado, o que nos faz lembrar, à margem de outros casos exemplares, que a grande vocação economicista por parte destas políticas de regeneração poderão levar ao enobrecimento urbano, através da marginalização de culturas, da estetização do espaço e renovação do edificado e da diminuição da heterogeneidade cultural (Ley, 1996; Smith, 1996; Lees et al., 2008; Ferreira, 2010).

5.2. Conclusão.

Estará então o núcleo histórico de Santa Maria à beira do enobrecimento urbano? É provável. A natureza dos seus processos de regeneração urbana e futuro planeamento urbano assim o demonstram. Nos últimos anos, as políticas públicas urbanas direcionadas para o núcleo histórico encararam a cultura e as artes mais como ferramentas para atingir determinados objetivos do que propriamente objetivos a serem atingidos (Ferreira, 2010). Com efeito, as artes e a cultura estiveram presentes nestes processos como mecanismos para a atração de consumidores, turistas e investidores, em vez de representarem um “veículo” para a capacitação e representação local (García, 2004).

De facto, as várias iniciativas que sucederam a aluvião de 2010, como o *On by Porto Bay* e o *Arte de Portas Abertas*, mostraram capacidade na regeneração do bairro, o que resultou na estetização do espaço e na especialização do comércio na restauração. Como tal, a cultura e o lazer, associados a este clima regenerativo, funcionaram como motores da chamada “destruição criativa” das paisagens urbanas, ao remeterem para o paradigma da disneyficação (Zukin, 1991). Neste caso, a destruição criativa traduziu-se na conversão funcional e simbólica de ruas e bairros em museus ao ar livre (Ferreira, 2010). Na verdade, algumas destas iniciativas tiveram em conta o envolvimento dos grupos sociais envolvidos (moradores, comerciantes, comunidade artística). No entanto, não se pode dizer que foram de encontro às reais necessidades das pessoas. As sucessivas queixas por parte dos moradores associadas à proliferação de bares/restaurantes mostram isso mesmo. Com efeito, a falta de coordenação entre os interesses da comunidade local e interesses do turismo poderá se traduzir na marginalização/polarização social ou até mesmo na efetiva expulsão dos residentes.

De certa forma, pode-se afirmar que as expectativas e objetivos do projeto *Cidade Convida* poderão, a certa altura, coincidir com a combinação de processos previstos por Savage e Warde (1993), que levam ao enobrecimento urbano. Uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana parece corresponder ao caso da Zona Velha.

Segundo o documento, apesar do baixo nível de qualificações académicas da população residentes nas ARU, verifica-se um aumento no número de indivíduos qualificados, o que poderá revelar a tal substituição no centro da cidade de um grupo

social por outro com maiores rendimentos e qualificações. O enobrecimento urbano supostamente designa o movimento de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, o que implica o deslocamento de grupos sociais inferiores, que deixam de poder pagar o aumento dos custos de habitação associados à regeneração. Não será este um indício, ainda que superficial, desse caso?

De facto, o congelamento das rendas no centro histórico foi um dos grandes entraves à renovação do edificado. Porém, um dos eixos estratégicos do projeto *Cidade Convida* é a dinamização do mercado social de arrendamento municipal (CMF, 2014b: 14). Poderá esta medida significar a expulsão dos moradores do bairro? Ainda a respeito dos custos de habitação, segundo os Censos 2001 e 2011, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados aumentou, em dez anos, de 96€ para 188€ na freguesia de Santa Maria Maior. No entanto, uma reportagem publicada no *DN* no dia 7 de junho de 2015 demonstrava que, apesar dos incentivos e benefícios fiscais, o interesse da população em viver no centro da cidade era pouco, pois “um T3 na mesma freguesia de Santa Maria Maior pode custar 550€ por mês” (Cardoso, 2015). De qualquer das formas, o facto é que estas medidas poderão resultar no aumento dos valores fundiários e quotas das habitações e propriedades, outra das combinações que poderão dar origem ao enobrecimento urbano.

6. Referências bibliográficas.

- AAVV (2005) *Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a reformulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN*. Relatório final do observatório do QCA III. Lisboa: ISCTE/CET.
- Abreu, Paula (2010) “Rua de Santa Maria limpa casas e negócios” *Jornal da Madeira*. Funchal, 28 de fevereiro. 8.
- Alduán, Alfonso Sanz (1998) *Elogio y censura de la peatonalización de los centros históricos*. Burgos.
- Aragão, António (1987) *Para a História do Funchal, 2ª edição revista e aumentada*. Funchal: edição Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura/DRAC.
- Aragão, António (1992) *O espírito do lugar: A cidade do Funchal*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor.
- Arrimar, Jorge de Abreu (1997) *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*, Funchal: edição do autor.
- Arnstein, Sherry (1969) “A Ladder of Citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*. 35. 216-224.
- Belando, M. V. Sánchez; Ulldemolins, Joaquim Rius; Zarlenga, Matías I. (2012) “Ciudad creativa y ciudad sostenible?: Un análisis crítico del ‘modelo Barcelona’ de políticas culturales”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99. Coimbra: CES. 31-50.
- Bettencourt, Luísa (2007) *A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes*. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. [janeiro de 2007].
- Bianchini, Franco (1999) “Cultural Planning for Urban Sustainability”, in Louise Nystrom; Colin Fudge (org.), *City and Culture: Cultural Processes and Urban Sustainability*. Kalmar: The Swedish Urban Environment Council. 34-51.
- Bianchini, Franco; Parkinson, Michael (orgs.) (1993) *Cultural Policy and Urban Regeneration. The West European Experience*. Manchester & New York: Manchester University Press.
- Botelho, José Rafael (1969a) “Problemas de Urbanização do Funchal”, in *Colóquios de Urbanismo (1969) – palestras e conclusões das mesas redondas*. 17-33.

- Botelho, José Rafael (1969b) “Realizações Urbanísticas e Programação”, in *Colóquios de Urbanismo (1969) – palestras e conclusões das mesas redondas*. 143-155.
- Caires, Marta (2011a) “Zona Velha recupera conceito das ‘vendas’” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 15 de fevereiro. 8.
- Caires, Marta (2011b) “Do Mercado ao Socorro” *Revista MAIS*. 1 a 7 de maio. 10-13.
- Caires, Marta (2011c) “Rua de Santa Maria fecha ao trânsito” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 2 de junho. 6.
- Caires, Marta (2011d) “Pedidos de licenciamento de esplanadas aumentaram” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 2 de junho. 6.
- Caires, Marta (2013) “Apogeu e Queda da Zona Velha” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 10 de fevereiro. 8-9.
- Caldeira, Ricardo (2010a) “Sem mãos a medir para tornar nova a Zona Velha” *Jornal da Madeira*. Funchal, 24 de fevereiro. 14-15.
- Caldeira, Ricardo (2010b) “‘Super-Homens’ da limpeza” *Jornal da Madeira*. Funchal, 27 de fevereiro. 4-5.
- Caldeira, Susana (2010) *Da Madeira para o Hawaii: a emigração e o contributo cultural madeirense*. Funchal: CEHA.
- Cardoso, Francisco José (2015) “Centro pouco atrativo” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 7 de junho. 6-7.
- Carita, Rui (2013) *História do Funchal*. Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira.
- Carita, Rui (1982) *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*. Funchal: DRAC.
- Castells, Manuel (1996) *The Rise of the Network Society*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- Caves, Richard (2000) *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce*. Cambridge: Harvard University Press.
- CME (2006) *Miguel Ventura Terra – A arquitectura enquanto projeto de vida*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende.
- CMF (2004) *Roteiro Histórico Turístico da cidade do Funchal*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- CMF (2007) *Funchal em Mapas e Números*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- CMF (2014a) *Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal*. Funchal: Município do Funchal/DPE/GIG. Acesso em 28 de janeiro de

2015. Disponível em endereço eletrónico http://www.cm-funchal.pt/images/stories/area_actuacao/comercio/revitalizacaoComercio/ESTUDO_COMERCIO_FX2014.pdf.
- CMF (2014b) *Cidade Convida, Projeto de delimitação. Área de reabilitação urbana / ARU*. Funchal: Município do Funchal. Acesso em 28 de janeiro de 2015. Disponível em endereço eletrónico http://www.cm-funchal.pt/ordenamento/images/stories/ordenamento/AreaReabilitacaoUrbana/CidadeComVida/04__PARTE-ESCRITA_CADERNO.pdf.
- Correia, Ana Luísa (2010a) “Zona Velha ‘esquecida’” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 23 de fevereiro. 6-7.
- Correia, Ana Luísa (2010b) “Entre o céu e a lama. Em dia de sol, as limpezas avançam e turistas e locais já passearam pela cidade” *Diário de Notícias* do Funchal. 24 de fevereiro. 16-17.
- Correia, Ana Luísa (2011) “Rua de Sta. Maria deverá fechar ao trânsito” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 27 de abril. 4.
- Cosme, João (2007) “A Madeira e os seus espaços: nótulas sobre a emigração madeirense na segunda metade do séc. XIX”, in *Revista Islenha*, n.º 41. Funchal: DRAC. 41-58.
- Costa, Pedro (2000) “Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa”, in *Análise Social*, vol. XXXIV (154). 957-983.
- Costa, Pedro (2009) *Bairro Alto-Chiado: Efeitos de meio e desenvolvimento sustentável de um bairro cultural*. Lisboa: CML.
- Costa, Pedro (2013) *Comércio tradicional e pedonização no centro do Funchal*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa [janeiro de 2013].
- Dantas, Marília (2010a) “Desastres naturais relatados desde 1611” *Jornal da Madeira*. Funchal, 21 de fevereiro. 25-26.
- Dantas, Marília (2010b) “Hora de limpar o entulho e a lama” *Jornal da Madeira*. Funchal, 23 de fevereiro. 8-9.
- Davidson, Mark (2010) “Love thy Neighbour? Social Mixing in London’s Gentrification Frontiers”, in *Environment and Planning A*, 42(3). 524-544.
- DCMS (2001) *Creative Industries Mapping Document*. Londres: DCMS.

- Donzelot, Jacques (2007) “The three speed city”, in Stiftel, B.; Watson, V.; Acselrad, H. (org.), *Dialogues in Urban and Regional Planning 2*. London/New York: Routledge.
- Featherstone, Mike (1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Fernandes, Edmar (2014) “Zona Velha ‘acordou’ com apelos de justiça” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 4 de novembro. 2.
- Ferreira, Claudino (2005) “Grandes eventos e revitalização cultural das cidades. Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo’98 e da Porto 2001”, *Territórios do Turismo*, 2.
- Ferreira, Claudino (2009) “Intermediários culturais e cidade”, in Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Almedina.
- Ferreira, Claudino (2010) “Cultura e regeneração urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades”, in revista *Tomo*, nº 16.
- Florida, Richard (2002) *The Rise of the Creative Class: And How it’s Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books.
- Florida, Richard (2004) *The Rise of The Creative Class*. New York: Basic Books.
- Florida, Richard (2005) *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge.
- Florida, Richard (2008) *Who’s Your City? How the Creative Economy is Making Where to Live the Most Important Decision of Your Life*. New York: Basic Books.
- Fortuna, Carlos (1997) “Destradicionalização e Imagem da cidade: o caso de Évora”, in Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, Cultura e Globalização (Ensaio de Sociologia)*. Celta Editora. 231-257.
- Fortuna, Carlos (2009) “Cidade e urbanidade”, in Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Almedina. 83-97.
- Friedman, J. (2007) *A Spatial Framework for Urban Policy: New Directions, New Challenges*. Madrid: OCDE Internacional Conference “What Policies for Globalising cities? Rethinking the Urban Policy Agenda”.
- Frutuoso, Gaspar (1998) *Saudades da Terra – Livro II*. Ponta Delgada: Edição Instituto Cultural da Ponta Delgada.
- Furtado, Gonçalo; Alves, Sandra (2012) “Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitectura: Mais uma estratégia a concertar”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99. Coimbra: CES. 125-140.

- García, Beatriz (2004) “Urban Regeneration, Arts Programming and Major Events. Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004”, in *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1). 103-118.
- Glass, Ruth (1964) “Introduction: Aspects of change”, in Centre for Urban Studies (ed.), *London: Aspects of change*. Londres: MacGibbon and Kee.
- Gomes, Vítor (2000) *Leitura da lógica da Internacionalização e das ligações Global/Local no comércio do Funchal*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Gonçalves, Sandra da Silva (2011b) “On by Porto Bay continuará a ser bienal” *Revista MAIS*. 24 a 30 de julho. 12-13.
- Gonçalves, Sandra da Silva (2011a) “A arte de mudar a face da Rua de Santa Maria” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 16 de abril. 28.
- Gonçalves, Sandra da Silva (2011c) “Nova instalação artística surpreende na Zona Velha” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 21 de junho. 25.
- Gonçalves, Sandra da Silva (2011d) “Arte recria estranhos pássaros na Zona Velha” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 9 de julho. 29.
- Garnham, Nicholas (2005) “From Cultural to Creative Industries. Na Analysis of the Implications of the ‘Creative Industries’ Approach to Arts and Media Policy Making in the United Kingdom”, in *International Journal of Cultural Policy*, 10(1). 1-4.
- Guerra, Jorge Valdemar (2010a) *Funchal 500 anos: Momentos e Documentos da História da nossa cidade*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura /DRAC.
- Guerra, Jorge Valdemar (2010b) *Funchal: breve cronologia 1419 – 1976*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura /DRAC.
- Hall, C. M. (1996) “Hallmark events and urban reimagining strategies: coercion, community, and the Sydney Olympics”, in *Practising Responsible Tourism: International Case Studies in Tourism Planning, Policy and Development*. Edição L. C. Harrison & W. Husbands, John Wiley & Sons, Brisbane. 366-379.
- Harvey, David (1989) *The condition of Postmodernity: an inquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harvey, David (1992) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, David (2010) *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.

- Harvey, David (2011) *Le capitalismo contre le droit à la ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris; Éditions Amsterdam.
- Harvey, David (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso.
- Henriques, Paula (2011) “Zona Velha da cidade veste-se de poesia”, *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 30 de agosto.
- Howkins, John (2001) *The Creative Economy: How people Make Money From Ideas*. Allen Lane: Penguin.
- Jackson, John A (1991) *Migrações*, Lisboa: Escher.
- Janes, Emanuel (2000) “A emigração madeirense para o Brasil durante a 2.^a Guerra Mundial (1935-1945)”, in *As Ilhas e o Brasil*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo. 481-508.
- Jansen, Clifford J. (1969) “Some sociological aspects of migration”, in *J.A. Jackson (Ed.), Migration*, Cambridge, Cambridge University Press. 60-73.
- KEA European Affairs (2006) *The Economy of Culture in Europe*. Study prepared for the European Commission.
- Klein, Naomi (2012) “Hurricane Sandy: Beware of America’s disaster capitalists” *The Guardian*, 6 de novembro.
- Landry, Charles; Bianchini, Franco (1995) *The Creative City*. London: Demos.
- Landry, Charles; Greene, Lesley; Matarasso, Francois; Bianchini, Franco (1996) *The Art of Regeneration. Urban Renewal through Cultural Activity*. Stroud: Comedia.
- Landry; Charles (2000) *The Creative City. A Toolkit for Urban Innovators*, London: Earthscan Publications.
- Landry, Charles (2005) *Lineages of the Creative City*. Stroud: Comedia.
- Leite, Rogério Proença (2004) *Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Editora UNICAMP.
- Leite, Rogério Proença (2008) “Localizando o espaço público: *Gentrification* e cultura urbana”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 83. Coimbra: CES. 35-54.
- Lees, Loretta (2000) “A Reappraisal of Gentrification: Towards a Geography of Gentrification”, in *Progress in Human Geography*, 24(3). 389-408.
- Lees, Loretta; Slater, Tom; Wyly, Elvim (2008) *Gentrification*. London: Routledge.
- Ley, David (1996) *The New Middle Class and the Remarking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.

- Lopes, Agostinho (2008) *A obra de Fernão de Ornelas na presidência da Câmara Municipal do Funchal (1935-1946)*. Funchal: Coleção Funchal 500 Anos, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”.
- Marmelo, Jorge (2011) *Zona velha do Funchal ganhou vida nova e as artes tomaram conta de ruas e jardins*. Acesso em 6 de dezembro de 2015. Disponível em endereço eletrônico <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/zona-velha-do-funchal-ganhou-vida-nova-e-as-artes-tomaram-conta-de-ruas-e-jardins-22509703>.
- Marmelo, Jorge (2011) *Portas da cidade velha são agora obras de arte*. Acesso em 6 de dezembro de 2015. Disponível em endereço eletrônico <http://www.publico.pt/temas/jornal/portas-da-cidade-velha--agora-sao-obras-de-arte-22529697>.
- Martins, Oliveira (1994) *Fomento Rural e Emigração*, 3.^a edição. Lisboa: Guimarães Editores.
- Mendes, Luís (2008) *A nobilitação urbana no Bairro Alto: Análise de um processo de recomposição socio-espacial*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mendes, Luís (2012) “Nobilitação urbana marginal enquanto prática emancipatória: alternativa ao discurso hegemónico da cidade criativa?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99. Coimbra: CES. 51-72.
- Miles, Malcom (2012) “Uma cidade pós-criativa?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99. Coimbra: CES. 9-30.
- Myerscough, John (1988) *The Economic Importance of the Arts in Great Britain*. London: Policy Studies Institute.
- Nepomuceno, Rui (2006a) *História da Madeira. Uma visão atual*. Porto: Campo das Letras.
- Nepomuceno, Rui (2006b) *A Conquista da Autonomia da Madeira – os conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Caminho.
- O’Connor, Justin; Wynne, Derek (1997) “Das margens para o centro. Produção e consumo de cultura em Manchester”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, Cultura e Globalização (Ensaio de Sociologia)*, Celta Editora. 189-205.
- Oliveira, Ricardo Miguel (2014) “Hostel Santa Maria com várias valências” *Diário de Notícias do Funchal*. Funchal, 16 de maio. 18.

- Oliveira, Ricardo Miguel (2011a) “Zona Velha da cidade continua desprezada” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 8 de março. 4.
- Oliveira, Ricardo Miguel (2011b) “Zona Velha ganha festival do atum” *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 21 de março. 6.
- Oliveira, Ricardo Miguel (2011c) “Sementes de cultura” *Revista MAIS*. 24 a 30 de julho. 4-5.
- Peck, Jamie (2005) “Struggling with the Creative Class”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, 29(4). 740-770.
- Peixoto, Paulo (2009) “Requalificação urbana”, in Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Almedina. 41-52.
- Pereira, Raul da Silva (1969) *Desenvolvimento e urbanismo do arquipélago da Madeira*, comunicação integrada nos Colóquios de Urbanismo do Funchal.
- Pestana, João Filipe (2010) “Histórias de tempestades”, *Diário de Notícias* do Funchal. Funchal, 21 de fevereiro. 33.
- Pimenta, Fernando Tavares (2014) “O caso do arquivo da Agência Ferraz” in *Revista Ilzenha*, n.º 54. Funchal: DRAC. 93-110.
- Pratt, Andy (1997) “The cultural Industries Productions System: A Case Study of Employment Change in Britain, 1984-91”, in *Environmental and Planning A*, 29(11). 1953-1974.
- Pratt, Andy (2005) “Cultural Industries and Public Policy. Na Oxymoron?”, in *International Journal of Cultural Policy*, 11(1). 31-44.
- Porter, Michael (1990) *The Competitive Advantage of Nations*. Basingstoke: Macmillan.
- Quintal, Raimundo (1999) “Aluviões da Madeira. Séculos XIX e XX”, in *Territorium. Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, n.º 6. Coimbra: Edições Minerva. 31-48.
- Ravenstein, Ernest G. (1885) “The laws of migration”, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II. 167-227.
- Ravenstein, Ernest G. (1889) “The laws of migration”, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 52, Part II. 241-301.
- Reeves, Michelle (2002) *Measuring the Economic and Social Impact of the Arts: A Review*. Londres: The Arts Council of England.
- Robinson, Ken (1999) *All Our Futures: Creativity, Culture and Education*. NACCCE report.

- Robinson, Ken (2001) *Out of Our Minds: Learning to Be Creative*. West Sussex: Capstone Publishing.
- Rodrigues, Walter (2010) *Cidade em transição. Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- Rodrigues, Ana Salgueiro (2013) “O que pode a arte quando o desastre acontece? Arte de portas abertas: biopolítica e transgressão nas margens do Funchal”, in *Arte e Poder. Revista Comunicação & Cultura*, n.º 15. Lisboa: CECC/FCH. 37-56.
- Rose, Damaris (1984) “Rethinking Gentrification: Beyond the Uneven Development of Marxist Urban Theory”, in *Environment and Planning D: Society and Space*, 2(1). 47-74.
- Rubino, Silvana (2009) “Enobrecimento urbano”, in Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Almedina. 25-97.
- Santos, Maria Licínia Fernandes (2007) *Os madeirenses na Colonização do Brasil*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Sá, Frederico Amado de Moura (2010) *Espaço público à escala local*. Dissertação de mestrado em Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade. Aveiro: Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. [março de 2010].
- Savage; Mike; Warde, Alan (1993) *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*. London: Macmillan.
- Scott, Allen (1997) “The Cultural Economy of Cities”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, 21(2). 323-339.
- Sennett, Richard (1998) *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. New York: Norton.
- Sepúlveda, Sílvia Maria Ferreira (2011) *Avaliação da Precipitação Extrema na Ilha da Madeira*. Dissertação de mestrado em Engenharia do Ambiente. Lisboa: IST-UTL. [novembro de 2011].
- Silva, Fernando Augusto da; Meneses, Carlos Azevedo de (1998) *Elucidário Madeirense*. Fac-símile da edição de 1940-1946, 3 vols., Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura/DRAC.
- Smith, Neil; Williams, Peter (1986) *The gentrification and the city*. Boston: Allen & Unwin.
- Smith, Neil (1996) *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. Nova Iorque: Routledge.

- Smith, Neil (2002) “New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy”, in *Antipode*, 34(3). 427-450.
- Smith, Neil (2005) “El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal”, in David Harvey; Neil Smith (orgs.), *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. 59-78.
- Smith, Chris (2001) *Creative Industries Mapping Document*. Department for Culture Media & Sport. Versão electrónica consultada a 17.01.2016, em <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-2001>.
- Ursic, Matjaz (2012) “Revitalização cultural urbana ‘de cima para baixo’ – Bens Culturais escondidos e a reabilitação da antiga fábrica Rog”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99. Coimbra: CES.
- Van Criekingen, Mathieu (2006) “A cidade renasce! Formas políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas”, in Bidou-Zachariasen, Catherine, *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume. 89-120.
- Zukin, Sharon (1991) *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press.
- Zukin, Sharon (1995) *The culture of cities*. Cambridge: Blackwell.
- Zybercherna, José Maria (2015) Funchal: 24 de abril.